



# ciências sociais

temas  
contemporâneos



Edição  
Fac-similar

João Carlos Tedesco  
Elenice Pastore  
(Organizadores)

*méritos*  
editora



# **ciências sociais**

**temas  
contemporâneos**





Edição  
Fac-similar

**João Carlos Tedesco  
Elenice Pastore**  
(Organizadores)

# ciências sociais

**temas  
contemporâneos**

 *Coleção*  
*Acadêmica* 1

*Passo Fundo*  
2005

*méritos*  
editora

2005 - Versão livro em papel

2023 - Versão fac-similar em ebook/PDF

© Livraria e Editora Méritos Ltda.

Rua do Retiro, 846

Passo Fundo - RS

CEP 99074-270

Página na internet: [www.meritos.com.br](http://www.meritos.com.br)

E-mail: [sac@meritos.com.br](mailto:sac@meritos.com.br)

Charles Pimentel da Silva

Moacir Pimentel Goelzer

Editores

Cléa R. Battezzini

Ilustração da capa

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Partes deste livro podem ser reproduzidas desde que citados o título da obra, o nome dos organizadores, da editora e os demais elementos de referência bibliográfica, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

---

C569 Ciências sociais: temas contemporâneos /  
organizado por João Carlos Tedesco, Elenice Pastore.  
- Passo Fundo: Méritos, 2005.  
230 p. - ( Coleção Acadêmica, 1)

1. Ciências sociais 2. Sociologia 3. Vida social  
4. Trabalho 5. Movimento social 6. Sociedade  
I. Tedesco, João Carlos (org.) II. Pastore, Elenice (org.)

CDU: 31

---

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Fernanda Miguellis  
CRB10/1241

2005 – versão livro em papel – ISBN 85-89769-07-0

*Impresso no Brasil*

# Apresentação

As ciências sociais continuam cada vez mais desafiadas a dar conta de uma realidade contemporânea dinâmica, mais abrangente em termos de visibilidade e de comunicação.

O mundo ganhou novas feições econômicas, geográficas, culturais e políticas que (re)introduzem interrogações e exigem mais intercâmbios e interfaces com as várias ciências da esfera humana e social. Novas formas de convivência social, novos sistemas técnicos e informacionais produzem relações sociais que configuram imagens, imaginações, formas e significações variadas às sociabilidades.

Isso faz com que as ciências sociais, ainda que atropeladas pelas circunstâncias sociais, produzam novas visões de conjunto das perspectivas em curso para interpretar e presentir o que se constitui no presente.

As ciências sociais surgem com a modernidade, legitimando ou problematizando a *experiência dos modernos*, a qual desenraizou processos e convicções tradicionais bem como julgamentos morais, dogmas religiosos e consuetudinários. Essa experiência apostava num horizonte racionalizado de mundo pela ciência, progresso, estado-nação, identidade e liberdade, pelo crescimento das forças produtivas de base tecnológica, pela sociedade do trabalho etc. Acreditava-se que o mundo social, em seus universos econômico, cultural e político, poderia ser incorporado ao horizonte do entendimento da ciência.

No entanto, os pilares que sustentavam as ciências sociais (estatismo, nacionalismo e cientificismo), atualmente, não são mais tão resistentes assim; seus congêneres macros e objetivos, tais como a racionalidade na política e no poder, a técnica, o desenvolvimento e a democratização, o industrialismo e a modernização como processos civilizatórios, ganham novos contornos.

A interatividade pela tecnologia multimídia, os vários formatos que a chamada *sociedade do trabalho* estrutura na sociedade pós-industrialista, os mecanismos de mercado, de informação e de cultura mundializados, as novas geografias de poder mundial, os novos processos de dependência econômica e técnica, as preocupações ecossistêmicas e agroecológicas, o multiculturalismo, a interculturalidade, o paradigma da ciência pós-moderna que reforça noções de imprevisibilidade, interpenetração, espontaneidade, desordem, dentre muitas outras dinâmicas macro e microssociais, fazem com que as ciências sociais se tornem mais imprescindíveis aos vários campos do saber, o que requer autocrítica, abertura para epistemes de campos que se possam considerar afins, anticristalização e sedimentação normativa de pressupostos atemporais.

Pela ótica da (inter)subjetividade redefinem-se as noções de emancipação, de trabalho, de sociabilidade, de futuro etc. as quais denotam profundas alterações no social, incorporando ainda mais as noções de complexidade e de incertezas no conjunto das ciências sociais.

Esse contexto também desafia e desperta o interesse dos autores deste livro, professores e pesquisadores das ciências sociais, os quais entendem que, sem dúvida, é com *leituras* da realidade que se tornará possível, na vida acadêmica, o debate, o diálogo e a interpretação de diferentes ângulos que possam ser tecidos diante da vida social. Essa foi a proposta deste livro que objetiva divulgar e socializar a produção intelectual, fruto de pesquisas e interesses destes docentes em torno de temas variados,

porém contemporâneos às preocupações gerais e que perpassam o meio social.

A primeira parte deste livro, *Reflexões teóricas sociológicas*, agrupa 4 capítulos:

a) *As matrizes do pensamento sociológico: reflexões introdutórias*, que estudam os princípios teórico-metodológicos necessários à compreensão das matrizes constitutivas e integrativas da vida social que permite identificar, contextualizar e compreender o desenvolvimento do pensamento sociológico.

b) *A questão profissional no campo da sociologia* debate as oportunidades de trabalho no campo das ciências sociais num mercado que valoriza mais as profissões técnicas diretamente relacionadas à lógica capitalista. Procura reconhecer a relação entre o estudo, a educação, o trabalho e o emprego, pois aí residem dúvidas que muitos jovens enfrentam quando vão escolher um curso de ensino superior, como a dúvida de como construir o acesso ao mercado de trabalho? Também busca elucidar o paradoxo existente no mercado de trabalho que é o aumento de volume do trabalho com a diminuição de mão-de-obra.

c) *Pontos de apoio para descobrir a tropicologia* em Gilberto Freyre que discute o pluralismo metodológico como consequência filosófica e científica de sua ampla cosmovisão, onde se conciliam diferentes e até conflituosas teorias e escolas sociológicas. O efeito literário dessa larga e integrada cosmovisão é o uso que ele faz, no discurso ensaístico, da técnica ficcional conhecida em teoria literária como *enumeração exaustiva*.

d) *Comunicação: mediação, cultura, poder e cidadania* reflete sobre aspectos da história recente da comunicação no Brasil. Isso é feito a partir de alguns conceitos-chave nos debates sobre os processos midiáticos na atualidade. Objetiva alertar para uma formação cidadã, tanto aos usuários, quanto aos profissionais da comunicação.

A segunda parte, *Gênero e movimentos sociais*, apresenta-se em três capítulos.

e) *Relações de gênero na agricultura ecológica* analisa as relações de gênero no espaço de produção da agricultura ecológica. Dando seqüência a temática do gênero, analisa a construção histórica da identidade de gênero, correlacionando esse processo ao mundo do trabalho, à sociedade de classes aos universos culturais.

f) *Gênero trabalho e família* que aborda algumas questões da atualidade que envolvem essas três dimensões.

g) *Movimentos sociais* que busca identificar, a partir de alguns pesquisadores, a definição desse conceito com suas variações teóricas e históricas e, também, interpretar e analisar alguns tipos de movimentos sócias brasileiros, destacando, as mudanças que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, por fim aponta algumas características de movimentos sociais da atualidade.

A terceira parte, *Terceiro setor e economia solidária*, traz dois capítulos:

h) *Terceiro setor* reflete sobre as novas dinâmicas da correlação entre estado e sociedade civil; procura mostrar as novas formas de controle social sobre a esfera pública e se essa dimensão produz ou não uma nova cultura política e social.

i) *Economia solidária* é entendida aqui como princípio da relação entre agentes econômicos na esfera da produção e do consumo e, nesta lógica, a experiência prática de economia solidária é problematizada observando a metodologia da constituição do empreendimento, a forma como seus integrantes superaram os problemas e as perspectivas do consumo solidário na construção de políticas públicas.

*Os organizadores*

# Sumário

## PARTE I

### Reflexões teórico-sociológicas

1. As matrizes do pensamento sociológico: reflexões introdutórias  
*Ironita P. Machado*..... 15
2. A questão profissional no campo da sociologia  
*Walter Frantz*.....51
3. Pontos de apoio para descobrir a tropicologia em Gilberto Freyre  
*Mauro Gaglietti*..... 67
4. Comunicação: mediação, cultura, poder e cidadania  
*Otavio José Klein* ..... 79

## PARTE II

### Gênero e movimentos sociais

5. Gênero, trabalho e família  
*Elisabeth Nunes Maciel* ..... 103
6. Relações de gênero na agricultura ecológica  
*Elenice Pastore* ..... 137

7. Movimentos Sociais: uma retrospectiva das últimas décadas e os desafios da atualidade  
*Henrique Kujawa* ..... 167

### PARTE III

## TERCEIRO SETOR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

8. Terceiro setor: uma nova cultura na relação entre esfera política e esfera social?  
*João Carlos Tedesco e Paola Silva* ..... 191
9. Economia solidária, redes e consumo solidário  
*Jandir Pauli* ..... 211

Parte

I

# Reflexões teórico-sociológicas





# As matrizes do pensamento sociológico: reflexões introdutórias

Ironita P. Machado\*

## Introdução

É fundamental reconhecer e analisar os estudos e debates em torno das matrizes epistêmicas constitutivas da tradição sociológica que, através de seus conceitos e categorias, disciplinam metodologicamente o *ver* e o *pensar* a realidade da convivência social. Para tal, estuda-se elementos históricos, socioculturais e epistêmicos para compreender o contexto do surgimento e do desenvolvimento do pensamento sociológico moderno, de forma especial, dos três principais pensadores que deram origem e influenciaram diretamente a sociologia mundial, são eles Durkheim, Marx e Weber.

Nessa perspectiva, entende-se os estudos sociológicos em níveis macro e micro sociológicos à formação acadêmica, ou seja, refletir o conhecimento já elaborado sobre a vida social, sob uma base plural de concepções interpretativas e historicamente situadas. Portanto, uma sociologia que analisa simultaneamente os fenômenos sociais (gerais e específicos) e que os interpreta.

---

\* Mestre em História do Brasil, docente e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no curso de História e na área de ciências sociais, orientadora e coordenadora das atividades de pesquisa, ação pedagógica e de montagem/monitoramento das exposições do Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Devido ao objetivo deste capítulo, as temáticas apresentadas serão desenvolvidas numa perspectiva metodológica para motivar os acadêmicos a agirem de forma investigativa. Assim, os procedimentos metodológicos terão por base as relações entre teoria *vs.* prática, curso *vs.* comunidade, formação geral *vs.* formação específica, informação *vs.* investigação.

Isso tudo se apresentará em 3 partes:

a) *Interesse, conhecimento e sistema de ciências* que enfoca questões etimológicas, históricas e epistemológicas dos fatores de formação das ciências sociais, centrando-se na reflexão da emergência do pensamento sociológico.

b) *O pensamento sociológico moderno* abordando os princípios constitutivos do conhecimento sociológico (integração e contradição) sob três perspectivas clássicas: Durkheim, *consciência coletiva e fato social* (objetividade e identidade na análise da vida social); Marx, *relações de produção e consciência de classe* (contradição e conflitos de relações de classe) e Weber, *ação social e subjetividades das relações sociais* (neutralidade e integração).

c) *Sociedade e sociologia* apresenta indicações de leituras e sugestões de trabalhos práticos à problematização dos estudos, centrando-se em análises de conjuntura e baseando-se em conceitos sociológicos à compreensão da vida social contemporânea.

## INTERESSE, CONHECIMENTO E SISTEMA DE CIÊNCIA

Os homens, por sua qualidade racional, sempre tiveram presente em seu espírito o desejo de desvendar e dominar o que lhes cerca. Esse desejo representa os impulsos aos processos de construção de conhecimento, que, por sua vez, não são estáticos, mas sim dinâmicos variando de acordo com os interesses sociais caracterizando-se pela diversidade cultural.

A palavra conhecimento do latim *cognoscere* (procurar saber, conhecer) significa função ou ato da vida psíquica que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência. Nessa perspectiva, com relação ao saber *comum* e ao *científico*, Fernandes (1998, p. 11-20) diz que há três séries de convergência à substituição da concepção normativa e especulativa por uma representação positiva da vida social: os fatores de natureza sociocultural, os fatores de natureza intelectual e os fatores decorrentes da própria dinâmica, do chamado *sistema de ciências*.

Esses fatores, em sua dinamicidade, também constituem um sistema que podemos explicitar com base na perspectiva de que todo conhecimento é socialmente criado, ou seja, os grupos sociais em sua experiência histórica, sob uma pluralidade temporal e espacial se relacionam ora de forma cooperativa ora dissociativamente, mas, indiscutivelmente, todos os grupos visam manter a vida. As relações sociais pela vida constituem-se em duas perspectivas: a primeira corresponde à sobrevivência, o homem em sua condição *animal racional* procura domesticar a natureza para dela retirar os elementos necessários à vida, sejam eles essenciais à vida ou visando às *paixões* dos homens (racionalidade instrumental).

A formação da identidade e a justificativa desta na natureza humana e social correspondem à segunda necessidade de manutenção da vida, objeto central deste capítulo.

É nessa dinâmica do *sistema social* pela manutenção da vida que, na experiência histórica, emergem problemáticas e necessidades contextuais que requerem uma proposição à orientação *da* e *na* vida social, nos põem o conhecimento como socialmente criado, pois as problemáticas postas ao intelecto (consciência socioistórica) dão-se numa dialética entre a experiência e sua significação que, por sua vez, num processo ininterrupto, se constituem em *sistema da ciência*.

Portanto, a definição de objeto de cada *ciência* social decorre das respostas que se dê à questão sobre o que torna possível a organização das relações entre os homens. Em

outras palavras, as respostas que nós obtemos daquilo que lemos dependem das questões que nós fizemos, sendo assim, no que se refere aos sistemas de ciência em sociologia, há três respostas clássicas. Desde seu surgimento, a sociologia analisou a relação indivíduo/sociedade e, dependendo de como fez essa análise, destacou um grupo de conceitos que marcaram cada tradição sociológica. Os clássicos da sociologia colocam-se de forma diferente ao analisarem a relação indivíduo/sociedade. Marx parte do pressuposto do *conflito* e da *contradição* entre as *classes sociais*, que compõem a sociedade moderna. Durkheim parte da concepção de uma *consciência coletiva* que a todos permeia, possível de formação e identificação através das *instituições sociais*, sendo dentro delas ou entre elas que se efetiva o *fato social*. E Weber, contrariando, tem por preocupação fundamental o *indivíduo e a ação social*.

Abaixo, há indicações de alguns conceitos e categorias básicos à compreensão das tradições sociológicas e, conseqüentemente, à vida social, vejamos:

- *Sistema*: conjunto de elementos ou seres interligados, interatuantes, em face de uma motivação comum; pressupõe idéias de uma totalidade articulada num dado momento histórico. Abstração, forma de analisar, de perceber fatos concretos. Como exemplo tem-se o sistema capitalista que é um subsistema da economia; o sistema analítico é uma construção conceitual sobre a realidade empírica; o sistema social é a interdependência de elementos culturais e estruturais que podem ser considerados uma unidade. “O conceito de sistema social corporifica o que é talvez o mais importante de todos os princípios sociológicos: que o todo é maior do que suas partes”. (GIDDENS, 1984).

- *Sistema de conhecimento*: conjunto de pensamentos, teses ou doutrinas desenvolvidas articuladamente formando uma unidade teórica; *sistema* é um termo mais amplo que *teoria*. O sistema de um autor é um conjunto de suas teorias, na medida em que elas se remetem uma à outra por ligações.

- *Estrutura*: partes componentes de um sistema ou de um modo de produção articulado entre si, formando uma totalidade; relacionada com o conceito de sistema e processo, adotando-o como instrumento de análise, abandona-se a visão linear da sociologia e da história.

- *Conjuntura*: estado momentâneo da estrutura, observado pelas mudanças mais frequentes e visíveis, já que a estrutura é mais profunda e estável, portanto, difícil de ser analisada. O pesquisador chega ao seu âmago através das análises conjunturais. A análise de uma conjuntura é sempre quantitativa enquanto a da estrutura é qualitativa.

- *Ação social*: ação das pessoas no passado, presente ou futuro; um exemplo típico de ação social é a conduta íntima, porém nem toda espécie de contato entre os indivíduos possui caráter social, é mais uma ação com seu próprio sentido direcionado para a ação de outros.

- *Conflito*: caráter dinâmico da natureza, estabelecendo relações sociais em contínua transformação de acordo com interesses opostos, com destaque às sociedades capitalistas.

- *Contradição*: tipo de antagonismo em estreita relação com conflitos sociais acerca do processo de desenvolvimento das sociedades e/ou grupos sociais, com destaque às questões do trabalho.

- *Vida social*: os homens constituem-se em sujeitos sociais, adquirem elementos de identidade *nas e pelas* relações entre si e entre grupos num sistema processual étnico, político, socioeconômico e cultural, onde se dá uma relação de dissociação entre os diferentes e de associação entre os iguais. A vida em sociedade é o meio de se perceber a sociedade que brigava por igualdade entre todas as pessoas, não avaliando somente o ponto de vista político, mas também as condições sociais de vida.

- *Classes sociais*: camadas sociais diferenciadas pelas relações de produção, ou melhor, pelo lugar que ocupam na

produção de bens; é no modo de produção (e na sociedade) capitalista que as classes se aplicam com maior precisão; considerando que alguns autores e o discurso de senso comum, empregam a expressão *classe social* simplesmente como sinônimo de camada social, porém é pertinente destacar que ela se aplica à sociedade capitalista, diferenciando-se de grupo social, entre outros conceitos.

- *Consciência coletiva*: natureza de ação das pessoas, verdadeiras reações que nos induzem a agir, portanto, não é uma ação isolada de um sujeito social, mas ações de uma multidão de colaboradores onde se deixa escapar o que se passa em outras consciências.

- *Instituição social*: conjunto duradouro de idéias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes para a sociedade; pode ter fins familiares, religiosos, econômicos e políticos que definem a essência e a dinâmica de seu sistema de vida.

## CIÊNCIAS SOCIAIS, EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO E O PROCESSO HISTÓRICO

A sociologia é fruto de todo um conhecimento sobre a natureza e a sociedade, que se desenvolveu a partir do século XV, quando essas sofreram transformações significativas que resultaram na desagregação da sociedade feudal e constituição da sociedade capitalista. Essas transformações, como a expansão marítima, as reformas protestantes, a formação dos Estados Nacionais, as grandes navegações, o comércio ultramarino e, ainda, o desenvolvimento científico e tecnológico servirão de pano de fundo que permitirá entender melhor um movimento intelectual de grande envergadura que alterou profundamente os conceitos de natureza e sociedade dali para frente.

Do *paradigma moderno/iluminista*, no período Renascentista/Iluminista, séculos XVI a XVIII, se formularam idéias e regras universalmente reconhecidas de visão e compreensão do mundo, porém só foram ser operacionalizadas ao longo do século XIX em correspondência à proposta de *libertação do homem* sob uma via de dois sentidos: num deles indicava-se aos homens a possibilidade de construírem racionalmente sua existência presente e projetarem o futuro, potencializando a libertação do mundo caótico do místico<sup>1</sup> e da coerção dogmática católica<sup>2</sup> propondo-se idéias de paz, auto-realização e liberdade individual e social; noutro sentido, a potencialização do saber e da prática da *racionalidade instrumental*, na busca de um *bem viver confortável* em direção à libertação das carências materiais, promovia o desenvolvimento das forças produtivas a serviço de um ideal de homem e de sociedade.

Assim, constituiu-se um projeto *otimista* de sociedade em nome do *progresso social* através de um saber que se propunha racional.

---

<sup>1</sup> Metafísica: o que transcende ao físico, ontologia geral, o tratado do ser enquanto ser, filosofia primeira – *Ser divino*, obra de Aristóteles, reunião de 12 tratados editados por Andrônico de Rodes, que lhes atribuiu este título e acabou por denominar uma das áreas mais centrais da filosofia. Nesses tratados, Aristóteles discute os problemas do conhecimento e a noção de filosofia, introduzindo e conceituando algumas das noções mais centrais da filosofia como substância, essência e acidente, necessidade e contingência, verdade etc; teve grande influência no desenvolvimento da tradição filosófica, sobretudo a partir do século XIII, quando a obra de Aristóteles é reintroduzida no Ocidente. Foram inúmeros os comentários a essa obra, tanto na tradição do helenismo quanto entre os árabes e os escolásticos medievais. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 180-181).

<sup>2</sup> Escolástica: do latim *scholasticus*, do grego *scholastikos*: manter uma escola; originariamente significa *doutrina da escola* e que significa os ensinamentos da filosofia e teologia nas escolas eclesíásticas e *universais* na Europa durante o período medieval, sobretudo entre os séculos IX e XVII; caracteriza-se principalmente pela tentativa de conciliar os dogmas da fé e as verdades reveladas nas *Sagradas escrituras* com as doutrinas filosóficas clássicas destacando-se o platonismo e o aristotelismo (pensamento cristão tradicional durante a Europa Moderna). (Idem, p. 87).

O *paradigma moderno* abriu novas perspectivas ao saber humano que pretendia ser científico, favorecendo discussões de questões do ponto de vista racional, iniciando, portanto, a elaboração de um conhecimento pautado numa objetividade e realismo relacionados à análise/explicação dos *fenômenos da natureza*.

Foi assim que se constituíram as ciências naturais em substituição à teologia, que influenciou profundamente as ciências sociais e, conseqüentemente, a sociologia. Nesse contexto histórico dos séculos XVIII e XIX, da nascente sociedade industrial, que se formulou a concepção de *ciência* ainda hoje presente, expressivamente ligada à rigidez da neutralidade, imparcialidade e objetividade, princípios oriundos da física, da química e da biologia e, por outro lado, baseado no critério de reconhecimento de *universalidade-verdade*, ligado a grandes *promessas otimistas* de um projeto de sociedade, essas, muitas vezes propostas e constituídas pela própria ciência.

Portanto, na ramificação do conhecimento científico encontra-se a sociologia que, com base nesse paradigma e na sua própria historicidade, elaborou um corpo teórico-explicativo/procedimental que busca garantir um caráter científico. Esses saberes teóricos sofreram mudanças em decorrência de seu próprio movimento de crítica interna, do qual surgiram diversas tendências.

Essas não se esgotaram nelas mesmas na medida em que outras se formularam ao longo do século XX, como também o conjunto de seus princípios, categorias<sup>3</sup> e conceitos<sup>4</sup> passaram, e ainda passam, por um revisionismo

---

<sup>3</sup> Categoria: do latim *tardio*, categoria, do grego *kategoria*, caráter, espécie; atualmente, o termo categoria, freqüentemente considerado como sinônimo de noção ou de conceito, mas designa mais adequadamente a unidade de significação de um discurso epistemológico. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

<sup>4</sup> Conceito: do latim *conceptum*: pensamento, idéia; em seu sentido geral, designando seja um objeto único, seja, uma classe de objetos. Do ponto de vista lógico, o conceito é caracterizado por sua extensão e por sua compreensão. (Idem).

frente a novas problemáticas e desafios oriundos da práxis existencial.

Voltamos aos séculos XV e XVI, momento em que o conhecimento racional<sup>5</sup> do universo e da vida dos homens em sociedade começa a ser uma regra seguida. Essa nova forma de conhecer a natureza e a sociedade, em que a experimentação e a observação são fundamentais, aparece, nesse momento, representada pelo pensamento e pelas obras de diversos autores, entre eles Nicolau Maquiavel (1469-1527) em *O príncipe*, Galileu Galilei (1564-1642) em *Discurso sobre as duas novas ciências*, Thomas Hobbes (1588-1679) em *O leviatã / Leviathan*, Francis Bacon (1561-1626) em *Nova Atlântida / New Atlantis: cidade ideal*.

Além desses pensadores, existem dois outros que fizeram a ponte entre novos conhecimentos e os que se desenvolveram no século seguinte: John Locke (1632-1704) em sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano / An essay concerning human undestanding* e Isaac Newton (1642-1727) na obra *Princípio matemático / Principia mathematica*. Enquanto Locke propõe novos princípios à compreensão da razão humana, Newton estabelece um novo fundamento para o estudo da natureza.

As transformações na esfera da produção e da organização do poder (redefinição de Estado) foram configuradas nas ditas revoluções liberais, ou seja, Revolução Industrial e, entre outras, na Revolução Norte Americana e na Francesa. Portanto, havia a emergência de novas formas de organização política e a exigência da representação popular, características especiais/essenciais do século XVIII, representadas nas obras de autores como Montesquieu (1689-1755) em *O espírito*

---

<sup>5</sup> Razão: do latim *ratio* – Descartes: *Discurso do método*, capacidade de bem julgar; Kant: *Razão teórica* ou *Especulativa*, função crítica de estabelecer as condições de possibilidades do conhecimento/faculdade dos princípios *a priori*; racional/racionalidade: do latim *rationalis*, caracteriza tudo o que pertence à razão (do ponto de vista epistemológico) um sentido geral (método que defende o papel central da razão na ordenação da análise e do conhecer o real através de princípios e critérios universais). (Idem).

das leis, David Hume (1711-1776) em *Tratado da natureza humana / A treatise of human nature*, Jean Jacques Rousseau (1712-1778) em *O contrato social*, Adam Smith (1723-1790) em *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* e Immanuel Kant (1724-1804) em *Crítica da razão pura*. São esses alguns dos intelectuais que se destacam, com idéias convergentes ou não, explicando e refletindo sobre essa realidade.

É no século XIX, já com a consolidação do sistema capitalista na Europa, que se encontra a herança intelectual mais próxima da qual surgirá a sociologia como *ciência* particular. É no início desse século que os pensamentos de estudiosos como Saint-Simon (1760-1830) com a obra *Organização social*, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830) com *A fenomenologia do espírito* e *Ciência da lógica* e de David Ricardo (1772-1823), entre outros, servem de elo para outros intelectuais como Auguste Comte (1798-1857) com a obra *Curso de filosofia positiva* e Karl Marx (1818-1883) com *A crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Ideologia alemã*, desenvolverem suas reflexões sobre a sociedade de forma radicalmente divergente.

## O pensamento sociológico moderno

Para este subitem objetiva-se identificar os clássicos precursores do pensamento sociológico em seus aspectos bibliográficos, em suas perspectivas teórico-metodológicas na investigação do social e suas contribuições à sociologia contemporânea. E, ainda, refletindo sobre a sociologia como *ciência da sociedade*, sendo fruto de interesses socioculturais, econômicos e políticos próprios das problemáticas conjunturais em diversas temporalidades.

## Identificando as tradições clássicas e seus representantes

Isidore Augusto Marie François Xavier Comte

Este filósofo, matemático e fundador do Positivismo nasceu em Montpellier, França, em 19 de janeiro de 1798, faleceu em Paris a cinco de setembro de 1857. Fez seus primeiros estudos no Liceu de Montpellier, ingressando depois na Escola Politécnica de Paris, de onde foi expulso em 1816 por rebelar-se contra um professor. Voltou então a estudar medicina em Montpellier, logo regressando a Paris, onde passou a viver de aulas e colaborações em jornais. Em 1826, começou a elaborar as lições da obra *Curso de filosofia positiva*, interrompendo um pouco seu trabalho devido a um esgotamento nervoso para depois, por volta de 1830 a 1842, publicar sua primeira grande obra, *Curso de filosofia positiva*, constituída de seis volumes.

A partir de 1846 sua vida e obra passaram a ter sentido religioso. Desligou-se do magistério, dedicando-se às questões espirituais. Deixou de ser católico e fundou a Religião da Humanidade, e para propagá-la, manteve correspondência com monarcas, políticos e intelectuais de toda a parte, tentando por em prática suas idéias de reforma social.

Comte denominou a sociologia como *física social*, vocábulo criado por ele na obra *Curso de filosofia positiva*. Para ele, a sociologia procura estudar e compreender a sociedade para organizá-la e reformá-la depois. Esses estudos deveriam ser feitos com *verdadeiro espírito científico e objetividade*.

O pensamento de Comte provocou polêmicas no mundo todo e reformulações de teorias até então incontestáveis. Sua influência foi tão imensa, como filósofo social e como reformador social, que foi considerado o pai da sociologia. Suas principais obras são: *Curso de filosofia positiva* (1830-1842) e *Sistema de política positiva* (1851-1854).

## Émile Durkheim

Nasceu em Épinay, na França, em 15 de abril de 1858. Estudou na École Normale de France e na Alemanha onde conviveu com o psicólogo Wilhelm Wundt. Ocupou em 1887, a primeira cadeira de sociologia em Bordéus criada na França. Em 1920 foi convidado a lecionar sociologia e educação na Sorbonne, em Paris. Chegou a conviver com Auguste Comte.

Entre suas obras destacam-se *A divisão social do trabalho* (1893), *As regras do método sociológico* (1895), *O suicídio* (1897), *As formas elementares da vida religiosa* (1912). Depois de sua morte, seus escritos ainda renderam obras como *Educação e sociologia* (1922), *Sociologia e filosofia* (1924), *Educação moral* (1925), *O socialismo* (1928), *Evolução pedagógica na França* (1938), *Lições de sociologia* (1950) e *Pragmatismo e sociologia* (1955).

Durkheim é considerado fundador da sociologia moderna e, para ele, o objeto da investigação são os *atos sociais* os quais deveriam ser estudados como *coisas* não objetivando o indivíduo.

Por *fato social*, entendia que “são atos externos aos indivíduos e que exercem constrangimento sobre sua conduta”. Sobre isso, a lei constitui um claro exemplo de fato social, pois tem uma existência independente da individualidade e pode ser estudada separada do indivíduo, sendo fundamental ver a tendência coletiva.

Ainda, segundo esse pensador, outra função do sociólogo é a de registrar as tendências estatísticas para verificar para onde se orienta o comportamento coletivo. Nesse sentido, a obra *O suicídio* mostra as causas sociais e não as individuais.

Foi um dos fundadores da teoria sociológica, influenciada pela tradição francesa de Coulanges, Saint Simon, Rousseau, Descartes e Comte. Rousseau, por exemplo, na

obra *O contrato social* fala em um contrato entre as pessoas que mantém a ordem.

Para Durkheim, como existem leis na física e nas ciências naturais, há também leis sociais que regem o comportamento humano. Homem e sociedade pertencem à natureza e é assim que devem ser estudados. É o chamado naturalismo dos positivistas. Spencer, por exemplo, compara a sociedade ao corpo humano: a comunicação seria o sistema vascular e os órgãos circulatórios seriam como as estradas e ferrovias.

Quanto ao método, Durkheim concebe-o na perspectiva indutiva, ele o descreve nas regras do *Método sociológico* e o aplica na obra *O suicídio*. Para ele, o sociólogo deve ser isento de qualquer influência e de qualquer prenoção, só deve conhecer o objeto após a investigação.

Os estudos e estatísticas mostram que o homem tem o comportamento determinado pela sociedade, essa impõe normas que são internalizadas pelo indivíduo. É a moralização. O estado é coercitivo no que se refere ao comportamento individual. Outro aspecto importante para Durkheim é o de que os fatos sociais têm de ser vistos como função da sociedade.

Sintetizando, pode-se dizer que as preocupações de Durkheim são: o estabelecimento da sociologia numa base empírica; a importância do surgimento do individualismo na sociedade moderna: a questão do individualismo liberal; a preocupação com as fontes da autoridade moral: solidariedade orgânica e mecânica; relação entre a personalidade individual e a solidariedade social; a implicação prática do conhecimento científico social.

O livro *O suicídio* tenta aplicar as regras do método sociológico: definição precisa; quando ocorreu; classe social; em que idade; como; em que categoria; em que condições; com que frequências; em que raças, grupos, enfim, procura a existência de alguma regra sociológica. E estabelece as categorias: o

suicídio egoísta; a melancolia; o suicídio altruísta (místico, o dever e o suicídio anômico contra uma pessoa, contra a vida).

### *O funcionalismo*

O elemento fundamental para Durkheim é a integração social que, em sua obra aparece como *solidariedade*, permite a articulação funcional de todos os elementos da realidade social.

Assim, o modo de vida, a forma de agir dos indivíduos na sociedade, além de serem criados e estabelecidos pelas gerações passadas, possuem a qualidade de serem coercitivos. Dentro dessa perspectiva, a função da sociologia seria buscar soluções para os problemas sociais, favorecendo a normalidade, convertendo-se em técnica de controle social e manutenção do poder vigente. Exemplos de frases que contém essa idéia: “As leis sociais são tão necessárias como as leis da física” e “As sociedades são submetidas às leis como todas as coisas”.

Portanto, uma noção básica em Durkheim é a questão da anomia social.

### Karl Marx

Filho de pais protestantes, nasceu em Trier, Alemanha, em 5 de maio de 1818, estudou direito e filosofia, foi expulso da Alemanha, de 1850 a 1883 viveu na Inglaterra. Suas principais obras são: *O capital*, 3 vols., (1867-1895), *Manuscritos econômico-filosóficos* (escrita em 1844 e publicada em 1932), *A miséria da filosofia* (1847). Escreveu em parceria com Engels: *A sagrada família* (1845), *A ideologia alemã* (1845-1846), *Manifestos comunistas* (1847), *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (1852).

## *Para entender Marx*

*Dialética:* para Hegel a única realidade existente é a idéia. A idéia (tese) leva dentro de si uma força, dinamismo intrínseco. Ela contém dentro de si a necessidade de criar contradições de si (antítese). O passo seguinte é a vitória de pólos opostos, mas uma fusão dos contrários, superior e distinta (síntese). Marx toma a dialética de Hegel e a aplica à realidade. Passa a ordem ideal à real. Assim, aplica a dialética a toda a realidade;

*Materialismo dialético:* tendia a considerar *materialismo* sinônimo de científico, preciso e exato. Tudo o que existe é matéria, o mundo é um ser material e nada existe além da fé que nossos sentidos alcançam. A matéria é a realidade. O materialismo dialético tem leis:

a) Lei da posição dos contrários: como na matéria está um princípio de contradição, espontaneamente surge o conflito entre duas forças opostas; do choque: a matéria está sempre em evolução;

b) Lei da transformação da quantidade em qualidade: a evolução não é sempre lenta e gradual, de repente há saltos, rupturas, uma explosão, há as mudanças acidentais (mudança de quantidade) e mudanças substanciais (mudanças de qualidade). A religião oferece alegria imaginária como refúgio das misérias reais deste mundo. É o ópio do povo que impede de fazer esforço para melhorar a sorte frente aos exploradores.

*Materialismo histórico:* a aplicação da dialética à história é que se chama de *materialismo histórico*. Os acontecimentos da história têm sua explicação na luta de classes: a luta de classes é a aplicação da oposição dos contrários à história; a luta de classes é determinada pelas forças econômicas. Início da luta de classes: começou com a propriedade particular; com isso, há duas classes: os que possuíam e os que nada possuíam; opressores-oprimidos e exploradores (explorados).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Os que detêm a propriedade privada dos meios de produção e os que têm apenas a força do trabalho.

A História tem três etapas: escravidão (senhores *vs.* escravos); feudalismo (proprietários de terra *vs.* servos); capitalismo (burgueses *vs.* proletários). Assim, o choque de classes: a sociedade tem em si a semente da contradição e um dia a classe trabalhadora se rebelará, com o fim de atingir o poder. Acontecerá a transformação revolucionária. Será instaurada a ditadura do proletariado que deverá destruir o resto da burguesia que se encontra na sociedade. A ditadura do proletariado segue o estado comunista: é a vitória total do proletariado; os meios de produção serão propriedade de todos e não haverá os que têm e os que não têm.

*Determinismo econômico:* o fator econômico é que determina a estrutura e funcionamento da sociedade. Ao sistema de produção correspondente o sistema de distribuição social do produto. A distribuição do produto seria a estrutura de classes. O sistema de produção explica as condições político-culturais e as modificações no sistema de produção acarretam as alterações na política e na cultura.

*Superestrutura:* as idéias da classe dominante são em qualquer época as idéias dominantes: a classe que exerce o poder espiritual dominante; a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe dos meios de produção espiritual; a classe que submete materialmente outra classe submete também espiritualmente ainda outra classe.

- Homem/natureza: A ciência da história compreende a história da natureza dos homens. O ponto de partida é o homem;

- Homem/animal: o homem se distingue do animal pela consciência e pela produção. A produção depende dos meios de subsistência encontrados, depende do que é produzido e de como é produzido.

*Processo de produção:* é todo o processo de transformação de um objeto determinado, seja ele natural ou trabalhado, em um produto determinado, transformação efetuada, por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalhos determinados. Objeto de trabalho: matéria

trabalhada; meios de trabalho: instrumentos de trabalho; força de trabalho: energia trabalhada despedida.

*Relações sociais de produção:* o processo de produção acontece dentro de relações sociais de produção; relações sociais de produção são as relações de propriedade ou não-propriedade que os agentes de produção estabelecem com os meios de produção; existem dois tipos de relações sociais de produção, que dependem das forças fundamentais dos meios de produção: relações proprietário/não-proprietário; relações de cooperação recíproca: propriedade social dos meios de produção.

*Estrutura/totalidade articulada:* a estrutura econômica da sociedade é determinada pelas relações de produção. As relações de produção determinam para onde vai o produto (para os que detêm propriedade/controla, dos meios de produção). No capitalismo, o trabalhador não pode vender o produto acabado, porque não tem os meios técnicos. O burguês (dono dos meios técnicos) empresta ao trabalhador que vende a força de trabalho. O dono calcula gastos de conservação e renovação: máquinas, salários e valor do produto no mercado. Descontado do valor do produto, o salário resta mais-valia.

*Antagonismo:* dialética. Para a análise das classes utiliza a dialética: tese (afirmação); antítese (negação); síntese (conciliação); analisa a sociedade ocidental que a chama de capitalista. Nessa sociedade as relações sociais de produção compreendem duas classes: a) burguesia (detentores dos meios de produção); b) proletariado (detentores da força de trabalho).

A luta entre as classes é inevitável. O resultado da luta de classes será o estabelecimento da: a) Ordem socialista (Estado dirigido pelos trabalhadores); b) Ordem comunista (extinção do Estado. Todos obedecem a normas comuns a cada um segundo suas necessidades. Dessa forma, a sociologia assume a função de realizar a crítica da sociedade capitalista, e se compromete com a construção de uma nova ordem, baseada na igualdade social).

## Max Weber

Filho de família protestante, nasceu em Erfurt, na Turíngia (Prússia), em 21 de abril de 1864, seus antepassados foram importantes comerciantes de tecidos. O tronco paterno era de origem luterana e o materno de origem calvinista. O pai de Weber, era importante no mundo dos negócios, tinha princípios morais baseados na *ética do êxito*.

Filósofo e sociólogo alemão, cursou Direito em Heidelberg, advogou em Berlim e doutorou-se em 1889. Em 1891 estudou para ser professor universitário em Berlim e, em 1892, tornou-se professor na Faculdade de Direito. De 1894 a 1897 lecionou Economia e Política em Freiburg e em 1897 vai a Heidelberg, onde se torna professor de Economia. Em 1918, torna-se professor de Sociologia em Viena, retornando em 1919 por Munique, também como professor de Sociologia. Nessa cidade faleceu em 14 de julho de 1920.

É um dos principais responsáveis pela formação do pensamento social contemporâneo, sobretudo do ponto de vista metodológico, quanto à constituição de uma epistemologia das ciências sociais que, segundo sua visão, devem ter um modelo de explicação próprio, diferente do das ciências naturais. É de grande importância sua distinção entre *razão instrumental* e a *razão valorativa*, sendo que os juízos de valor não podem ter origem de dados empíricos.

Em sua análise da formação da sociedade contemporânea, Weber investigou os traços fundamentais do Estado moderno, da sociedade industrial que o caracteriza e da burocracia que tem nele um papel central. Sua obra mais influente é *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-5), entre outras, como *Sobre a história das companhias de comércio medievais* (1889), *A história agrária de Roma e sua relação com o direito público e privado* (1891), *As condições dos trabalhadores rurais na Alemanha a leste de Elba* (1892), *Coletânea de estudos sobre a sociologia e a religião* (1920-1921). Depois de sua morte, seus escritos renderam, ainda, as obras *Coletânea de estudos sobre a história social e*

*econômica* (1924), *História econômica geral* (1924); *Ensaio sobre a teoria da ciência* (1924) e *O sábio e o político* (1922).

### *Que é sociologia?*

Weber definiu a sociologia como a ciência que objetiva compreender claramente a conduta e que, por isso mesmo, fornece a explicação causal de sua origem e resultados. A sociologia procuraria identificar os atos repetitivos característicos das relações sociais. Suporia que eram profundas, de altas conseqüências e de importância geral. Proporia leis com base nessas repetições. “A lei sociológica, por conseguinte, descreveria séries de ocorrências sociais repetitivas e em torno delas teceria generalizações”. (BORGADUS, 1965, p. 469).

“Queiramos ou não as leis, como se costuma chamar muitas proposições da sociologia compreensiva [...], são determinadas probabilidades típicas, confirmadas pela observação de que, em dadas e determinadas situações de fato, transcorram, de forma esperada, certas ações sociais que são compreensíveis por seus motivos típicos e pelo sentido típico indicado pelos sujeitos da ação”. (WEBER, 1969, p. 16).

Max Weber procurou dar uma orientação compreensiva, conceituando subjetivamente a ação social, baseando-se em critérios internos dos indivíduos participantes e no fato de os seres humanos serem diretamente conscientes de suas ações. Definiu como objeto da sociologia a *ação social*.

### *Compreensão social e causal*

Compreensão equivale à captação interpretativa do sentido ou conexão do sentido: a) indicado realmente na ação particular (na consideração histórica); b) indicado em média ou de modo aproximado (na consideração sociológica em massa); c) “construído cientificamente [pelo método tipológico] para a elaboração do tipo ideal de um fenômeno freqüente”. (WEBER, 1969, p. 9).

Weber sugeriu dois tipos de compreensão: a) a compreensão real que seria baseada no conhecimento da conduta visível dos demais, o que revelaria imediata ou direta com referência a um dado objeto; b) “a compreensão explanatória que mergulharia no campo mais amplo dos motivos, que teriam, talvez, origens muito remotas no tempo e no espaço”. (BORGADUS, 1965, p. 471).

### *Tipo ideal*

Weber propôs um *método* em termos tipológicos. Procurou na verdade *tipos-padrão* de conduta, comparando coisas humanas. Comparou o desenvolvimento de sociedades orientais e ocidentais buscando semelhanças em situações históricas. Construiu conceitos que servem de instrumentos metodológicos de mensuração da realidade, os chamados *tipos-ideais* que, segundo Weber, se tornariam os principais fatores na sociologia. Seriam usados para fins de comparação e até mesmo de mensuração social. Poderiam ser de natureza geral, portanto complexa, ou mais localizados e, dessa forma, mais compreensíveis. Assim compreendido, o ideal-tipo designa o conjunto dos conceitos que os especialistas das ciências sociais/humanas constroem unicamente para os fins da pesquisa.

### *Atividade e conduta social*

“A ação social [incluindo tolerância ou omissão] se orienta pelas ações dos outros, as quais são: ações passadas, presentes ou esperadas como futuras [vinganças por ataques prévios, réplica a ataques presentes, medidas de defesa frente a ataques futuros]”. (WEBER, 1969, p. 18).

### *Tipos de ação social*

*Atividade societária*: supõe a existência de regulamentos obedecidos pela vontade dos membros ou ainda aos quais ela dê diretamente sua adesão. Os regulamentos definem a fina-

lidade da organização, os meios, os serviços, o patrimônio, a composição do aparelho dirigente, as sanções etc. Em geral trata-se de uma estrutura durável que se encontra na base da maioria das associações. Esse gênero de organização subsiste enquanto os membros nele encontrarem um interesse;

*Atividade por compreensão:* trata-se de uma estrutura que não repousa em nenhum estatuto, mas que os participantes respeitam como se houvesse uma obrigação. No extremo inferior esta atividade é inteiramente efêmera, como por exemplo, quando as pessoas prestam socorro a um afogado. No extremo superior, a comunidade racial ou nacional;

*Atividade institucional:* caracteriza-se pelo fato de encerrar um estatuto. Vemo-nos membros de uma instituição por nascimento, por educação ou pelas circunstâncias da vida. Esse tipo de estrutura existe na família, nas organizações políticas de conjunto ou ainda nas organizações religiosas;

*Atividade de agrupamento:* trata-se de uma estrutura à qual aderimos sem obrigações e a falta de qualquer regulamento explícito ou definido. É o que acontece com a comunidade do mestre e do discípulo, do profeta e de seus adeptos, do chefe carismático e de seus prosélitos.

### *Tipos de conduta social*

Weber classificou a conduta social em quatro principais categorias: “a) a conduta tradicional, que estaria de acordo com antigas tradições; b) a conduta emocional, que seria a reação habitual ao comportamento dos demais e que se expressaria em termos de igualdade ou antagonismo; c) a conduta valorizada, que consistiria em agir de acordo com o que de nós esperamos, indivíduos que se pautam por padrões éticos ou estéticos; d) a conduta racional-objetiva, que implicaria agir de acordo com um plano concebido em relação à conduta esperada dos demais.” (BORGADUS, 1965, p. 470).

Weber colocou o fenômeno da racionalidade como de fundamental importância para o entendimento do mundo moderno. A racionalidade promove um sistema de dependência entre os indivíduos, levando-os à mecanização, não somente na economia, como na ciência. Com base em estudos sobre a racionalidade da sociedade moderna, Weber estabelece uma ligação entre racionalidade e liberdade e auto-responsabilidade dos indivíduos na sociedade.

\*\*\*

Frente a esse rápido painel pode-se perceber que os parâmetros colocados pelos clássicos da sociologia (Durkheim, Marx e Weber) tornaram-se as matrizes das principais perspectivas teórico-metodológicas interpretativas da pesquisa em ciências sociais/humanas na atualidade.

Poderíamos pontuar outros pensadores, mas entendemos que esses representam referenciais da gênese das matrizes epistêmicas à *sociologia moderna*, nos quais se radica o pensamento das diferentes correntes e tendências contemporâneas.

Sinteticamente, abaixo, há alguns princípios e referenciais teórico-metodológicos básicos de cada matriz clássica do pensamento sociológico:

- *Classes sociais e indivíduos para Karl Marx*: as classes sociais não são coisas ou apenas uma idéia abstrata, mas relações sociais que se desenvolvem na medida em que os homens procuram satisfazer as suas necessidades, sejam elas vindas do *estômago* ou da *fantasia*, como nos diz Marx, e no modo como essas relações se dão. As classes sociais se constroem, se fazem no cotidiano das experiências que acontecem nas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais.

- *Instituições e indivíduos para Émile Durkheim*: cada sociedade dispõe de certas regras, normas, costumes e leis,

que existem independentemente dos indivíduos, e que fazem com que a sociedade se perpetue, devendo, essas normas, ser seguidas por todos os indivíduos para que haja uma vivência em sociedade. Para ele, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, esses costumes e normas se solidificam em instituições que são a base da sociedade. Como ele mesmo diz, instituição é simplesmente “toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade”. Assim, por exemplo, a família, a escola, o sistema jurídico e o Estado são instituições que congregam dentro de si os elementos essenciais da sociedade, dando-lhes sustentação e permanência.

- *Indivíduos e ação social para Max Weber*: o conceito básico para Weber é o de ação social, que ele entende como o ato de se comunicar, de se relacionar, tendo alguma orientação quanto às ações dos outros, ações que podem ser passadas, presentes ou futuras.

Ele, ao analisar como os indivíduos agem e levando em conta como eles orientam suas ações, agrupou as ações individuais em quatro grandes tipos:

a) a ação tradicional: tem por base um costume arraigado, a tradição familiar ou até mesmo um hábito. É um tipo de ação que se baseia numa atitude arraigada, cotidiana, das pessoas que agem quase automaticamente, reagindo a estímulos habituais. Expressões que explicam tais ações são: “Eu sempre fiz assim.” e “Lá em casa sempre se faz desse jeito.”

b) a ação afetiva: tem por fundamento os sentimentos de qualquer ordem. O sentido da ação está nela mesma. Age afetivamente quem satisfaz suas necessidades, seus desejos sejam eles de alegria, de gozo, sejam de vingança, não importa. O que importa é dar vazão as suas paixões momentâneas. Age assim aquele indivíduo que diz, por exemplo: “O que importa é viver o mundo.”

c) a ação racional com relação a valores: fundamenta-se em convicções, tais como o dever, a dignidade, a beleza, a sabedoria, a piedade ou a transcendência de uma causa,

qualquer que seja o seu gênero, sem levar em conta as conseqüências previsíveis. O indivíduo age baseado naquelas convicções e crê que tem certo *mandado* para fazer aquilo. Se as conseqüências forem boas ou ruins, prejudiciais ou não, isso não importa, pois ele está agindo de acordo com aquilo que acredita. Age dessa forma o indivíduo que diz: “O fundamental é que a nossa causa seja vitoriosa.”

d) a ação racional com relação a fins: baseia-se no fato de que o indivíduo orienta sua ação levando em conta os fins, os meios e as conseqüências implicadas nela. Faz sempre uma relação entre meios e fins, ou seja, sempre pensa antes de agir em uma situação qualquer. Age dessa forma aquele indivíduo que programa, pensa e mede as conseqüências e afirma, por exemplo: “Se eu fizer isso ou aquilo, pode acontecer tal coisa, então vamos ver qual é a melhor alternativa.” ou “Creio que é melhor conseguir tais elementos para podermos atingir aquele alvo, pois, do contrário, não conseguiremos nada e só gastaremos energia e recurso.”

Para Weber, esses são os *tipos ideais* de ação social, mas eles não existem em estado puro, pois os indivíduos, quando agem no cotidiano, mesclam alguns ou vários tipos de ação social. Como se pode perceber, ao contrário de Durkheim, as normas, os costumes e as regras sociais não são algo externo aos indivíduos, mas estão internalizados neles e eles sempre escolhem condutas e comportamentos dependendo das situações que se apresentam. Assim, as relações sociais consistem na probabilidade de que se agirá socialmente com determinado sentido, sempre se baseando numa reciprocidade por parte dos outros.

Concluindo, percebe-se posições diferenciadas para a mesma questão, ou seja, para Marx a preocupação está nos indivíduos inseridos nas classes sociais, já para Durkheim, a sociedade é tudo e o indivíduo deve ser submetido ao que é geral e, para Weber, o indivíduo e sua ação são os elementos constitutivos das ações sociais. Apesar das posições diferenciadas, todos têm a preocupação de analisar como se dá o

processo de constituição da sociedade e como os indivíduos se relacionam, procurando identificar as relações/ações/instituições fundamentais.

## SOCIEDADE E SOCIOLOGIA

A proposta de estudo realizada em torno das matrizes do *pensamento sociológico moderno*, na graduação, representa a epistemologia da sociologia. Entretanto, isso, não significa que as temáticas e as atividades propostas à graduação restrinjam-se à mera informação. Longe disso, a proposta de trabalho deve tornar-se significativa à medida que nós possamos e devemos propor além da informação sobre o reconhecimento e identificação dos sistemas de conhecimentos (referenciais teórico-metodológicos que embasam e caracterizam cada tradição sociológica e respectivos representantes/intelectuais) o desenvolvimento de procedimentos e de competências à interpretação (*leitura*) de situações problema e que, essas, sejam realizadas através de um protocolo mínimo (processo metodicamente organizado) à investigação e/ou à *leitura interpretativa crítica* da realidade social, na qual estamos inseridos.

E, assim, romper a *doxa* e as lacunas de formação dos graduandos, desenvolvendo procedimentos e competências interpretativas sobre situações/acontecimentos de caráter social através dos pressupostos epistêmicos das matrizes sociológicas. Nesse aspecto, a problemática da docência no ensino superior reside no sentido social, praxiológico, político e cultural do conhecimento, no contexto das transformações socioculturais e históricas vivenciadas e sentidas nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Dessa forma, o que se tem promulgado como desafio teórico-prático do novo milênio é o mundo do conhecimento. Portanto, concebe-se que os fundamentos da ordem social estão firmemente apoiados no conhecimento.

Essa proposição se funda na concepção de que o que é novo nisso não é o fato de estarmos sendo confrontados com rápidas transformações sociais, econômicas e culturais, pois no passado elas também existiram. O que é novo está muito mais para a ordem de valores e para o motor das transformações sociais, econômicas e culturais.

É, ao refletirmos essa problemática, considerando que a sociedade moderna mostra sua fragilidade pela instabilidade social da política de suas instituições, da ciência e da técnica, que percebemos a busca de uma nova ordem social pelo conhecimento, fundado em princípios que podem genericamente ser sintetizados em:

- *mundo do trabalho*: atualmente assistimos à crítica do conhecimento científico e/ou tecnológico como mera faculdade de procedimentos; frente a isso, o desafio reside no surgimento e revisionismo de profissões que exigem um trabalho assentado no conhecimento; uma conjuntura marcada pelo mercado de trabalho que exige um novo perfil profissional (um profissional que *pare e pense, aprenda a aprender*, transgrida o senso comum, o ativismo e o tecnicismo) por dar espaço à criatividade, flexibilidade e autonomia intelectual.

- *formas de vida*: a vida social e a vida individual sempre foram definidas por um processo de reprodução social que se deu pela força e pela reprodução cultural, isto é, pela reprodução do conhecimento; aqui, o desafio reside no domínio racional da fascinação pela globalização/universalismo e/ou, o reverso, dos localismos/xenofobismos e, também, o que, no mínimo, implica uma atitude de reconhecimento de que vivemos numa época multicultural, de interesses pluriorientadores.

- *papel político e sociocultural do conhecimento*: as tentativas esforçadas de compreender e explicar o papel sociocultural e político da ciência como instrumento de análise sociohistórica, na perspectiva filosófica e teórica conservadora ou libertária, resultaram em profecias que fragilizaram os indivíduos/sujeitos em sua constituição como pessoas, na

sua vida emocional, social e, sobretudo, em sua capacidade intelectual e de decisão; o desafio está em destituir o sagrado do conhecimento científico e da técnica em rever o seu determinismo totalizador que busca princípios e práticas homogeneizadoras e *consensuais*.

- *potencialidades e inseguranças sobre o papel socio-cultural do conhecimento*: pela democratização e expansão do conhecimento, que traz consigo o *potencial procedimental emancipatório*, descentralizando o poder de controle social, vem certa fragilidade frente à diversidade, colocando, assim, a necessidade de uma política do conhecimento.

Para tal intenção concebemos a sociologia e demais disciplinas da área de ciência sociais, no ensino superior, em dois níveis: macro e micro sociológico, ou seja, o conhecimento *científico* sobre a vida social desenvolvido sob uma base diversa de concepções interpretativas, historicamente situadas e suas relações com a sociedade.

Portanto, é uma sociologia que analisa simultaneamente os fenômenos sociais (gerais e específicos) e a sociologia que os interpreta. Assim, a concepção sobre epistemologia da sociologia, aqui se constitui como crítica por contemplar, no ato reflexivo, a crítica sociológica do próprio conhecimento sociológico e, também, possibilitar o desenvolvimento de procedimentos e competências à reflexão, à crítica interpretativa e à compreensão do contexto social, no qual os sujeitos envolvidos no processo de formação acadêmica estão inseridos e vão atuar como profissionais, porém se pautando nos princípios teórico-metodológicos das matrizes sociológicas (aplicação de conceitos e categorias).

Frente a esse quadro, atualmente, o desafio a ser enfrentado pelas universidades docentes e discentes é o de repensar teórico-metodologicamente as propostas curriculares, em especial, as opções metodológicas propostas nos planos de ensino, o sentido de uma formação universitária visando à profissionalização, no que se refere às relações teoria *vs.*

prática, instituição universitária *vs.* comunidade, formação específica *vs.* formação geral, informação *vs.* investigação (*aprender a aprender, aprender a pensar* sobre as informações visando à formação pautada, também, em habilidades e competências).

Portanto, o desenvolvimento do *saber fazer* e da postura ética e política frente à realidade social, à comunidade e ao mundo do trabalho, assim, refutando as simplificações do conhecimento como possibilidade dos graduandos construírem uma atitude investigativa e, por que não, de *práxis social*. É urgente (re)significar politicamente o processo de formação acadêmica, conseqüentemente, a consciência histórica e sociocultural.

Essas questões, abrangentes e problemáticas, parecem, então, que residem na dificuldade de docentes e discentes em conceber o pensamento formal como uma possibilidade à capacitação do desenvolvimento de competência e de conceber a realidade concreta de forma reflexiva. Em outras palavras, pode-se dizer que a dificuldade está ligada à limitação do pensamento e parece verossímil que seja necessário poder manejar o *real* vivido, raciocinar sobre hipóteses, para entender a realidade, as conjunturas e as situações diversas e/ou problemas novos em seu próprio contexto social e profissional.

Assim, será possível afirmar que o desenvolvimento intelectual torna os homens mais livres e que lhes dá a possibilidade de conceber mundos, de poder compará-los e de poder escolher entre eles. É, então, a partir dessa postura intelectual (de formação) que podem ser concebidas e desejadas mudanças na própria sociedade. Entretanto, as ideologias sociais, a *cultura do mais fácil*, o ensino tradicional, pobre e esquemático, que oferece um conhecimento *trivial* do meio (do *transmite uma informação hoje e quer amanhã tal qual foi informada*), que tentam manter a situação existente, não viabilizam a motivação e os procedimentos interpretativos que possibilitam fazer com que o graduando participe e seja sujeito de sua formação intelectual.

Isso pode provocar conflitos muito típicos da formação entre os valores, o conhecimento teórico e o real (a prática), conflitos que caracterizam a inserção do indivíduo ao mundo social e, principalmente, ao trabalho sem competência à compreensão de contexto social, à formação livre, autônoma e crítica.

É, então, imensamente importante que as propostas temáticas e metodológicas ao estudo epistemológico da sociologia e demais disciplinas da área das ciências sociais, viabilizem um processo de *aprender*, de *pensar* e *entender* a sociedade em que vivem nos seus diferentes aspectos e o seu próprio papel dentro dela. E possibilitar aos graduandos o *aprender a entender* a sociedade e a vê-la criticamente e, assim, ser capaz de intervir no mundo onde vivem.

Segundo Roberto Duailibi, infatigável comunicador, “a partir do que se inventa com as palavras, as possibilidades são infinitas, frases e idéias passam a ter uma capacidade de gerar ações e atitudes que você não pode mensurar; posições no mercado são modificadas a partir de uma boa frase”. Expectativas políticas se revertem ou se afirmam. Projetos passam a existir. Imaginários são criados. Sujeitos e sociedades criam metas, modificam seu destino, fazem cursos, mudam a cidade ou a trocam por outra.

Assim, parafraseando Paulo Freire “somos o que conservamos do saber antigo e seremos o saber que conseguirmos legar às gerações a vir”. Trata-se, portanto, de nos lembrarmos que os ecos de nossos discursos se repercutem na sociedade, principalmente pela tradição cultural e pelo sistema educacional.

Portanto, nos parece que formar uma postura crítica à interpretação social e à formação acadêmica num processo indissociável entre informação *vs.* investigação, a prática e o pensar sobre ela deva se iniciar pelo reconhecimento da nossa condição humana e, portanto social e histórica, assim,

apontar um princípio basilar ao *olhar* sociológico e contextual reconhecendo que “a consciência do mundo e a consciência de si, como ser inacabado, necessariamente inscrevem o ser consciente em sua inconclusão num permanente movimento de busca”.

Isso nos faz pensar que a possibilidade de propormos um princípio basilar ao *olhar* sociológico, no processo de formação acadêmica, se encontra na opção metodológica e no *poder da comunicação*, que tantas vezes infelizmente se perde nos caminhos do ouvir, do interpretar e principalmente do silenciar.

Nesse sentido, sob a perspectiva metodológica reflexiva da relação dialética entre a teoria/prática, a prática/teoria e das nossas opções metodológicas propõem-se o desafio *do pensar* sobre a questão de quem somos e sobre que sociedades nós queremos, nas relações do tempo presente, projetar a espera do futuro. Assim, talvez, possamos vislumbrar um *projeto social* que considere a pluralidade *vs.* singularidade, a potencialidade *vs.* necessidade das sociedades concretamente situadas numa espacialidade e temporalidade, na individualidade *vs.* coletividade.

Dessa forma, base na *metodologia da problematização*, pode-se capacitar as práticas investigativas; a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; o uso de tecnologias da informação, da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.<sup>7</sup>

Para tal proposição, a *metodologia da problematização* compreende um processo dialógico entre informação e investigação, academia e sociedade. É uma prática essencial para dimensionar pontos de vista e opções pelas quais a potencialidade do conhecimento acadêmico ampliaria o horizonte de compreensão, da consciência e de ações sociais; a integra-

---

<sup>7</sup> Art. 2º da Resolução CNP/CP, de 18 de fevereiro de 2002.

lização da graduação, pesquisa e extensão à proposição de programas, projetos e ações que considerem os interesses e as necessidades da comunidade local e regional, na qual está inserida a universidade; a integração de esforços, com novas formas de exercer seu ofício e com outros pares para além da província acadêmica, o graduando-pesquisador-profissional efetivará ações em favor da cidadania, pois ela está na iniciativa social, cultural e também histórica.

Trata-se de uma possibilidade de enfrentar a problemática referenciada e nomeada por teóricos e filósofos da história, entre outros profissionais da área e sob outras distinções e/ou concepções de *crise paradigmática* (intransparência/esvaziamento teórico, incapacidade de síntese) e, conseqüentemente, da legitimidade social do conhecimento produzido e/ou da formação profissional.

A título de exemplificação, a problematização dos estudos e trabalhos práticos centram-se em análises de conjuntura, baseando-se em conceitos sociológicos à compreensão da vida social contemporânea; trabalhar com um conjunto de experiências de vida de determinados grupos sociais (minorias; [des]favorecidos, categoria profissional; agrupamento étnico, menores institucionalizados; crianças e adolescentes de rua e/ou em situação de rua etc.), instituição e organizações (família, Estado, religiões, empresas etc.) sistema social (jurídico, educacional, saúde, organizacional etc.), entre outros, significa confrontar tais experiências e *leituras* com as diferentes leituras dos demais grupos sociais. Temos aí a dimensão da sociologia como *reelaboração do real* e não como a apreensão do real em si.

Deve-se sempre considerar que existe um *olhar* que organiza a apreensão desse universo de experiências. Trabalhar com a *metodologia da problematização*, portanto, implica em trabalhar as diferentes visões das matrizes sociológicas, dos vários grupos e/ou seguimentos sociais concretos (contexto presente; pesquisa participante; observações, estudos de

caso) em síntese, a aplicação dos métodos à interpretação da vida e do cotidiano social como prática investigativa, operacionalizando e significando o conteúdo teórico-metodológico e, assim, conseguindo *ver* como se organiza esse universo de percepções, para além dos fatos percebidos.

O simples fato de se trabalhar com a problematização temática, todavia, não é uma garantia de rompimento com a visão tradicional e/ou determinista. A proposição é de que se trabalhe de forma a estabelecer uma relação de *ir* e *vir* entre *teoria e realidade social / realidade social e teoria* possível de ser apreendida, interpretada, analisada e transformada.

Assim sendo, o objetivo desta proposta de trabalho ao ensino da sociologia em cursos de graduação de nível superior é a de abrir novas possibilidades de relação do conhecimento sociológico com a própria constituição da realidade social, através da *metodologia da problematização* partindo da vivência dos sujeitos envolvidos no processo de formação, do contexto social e, essencialmente, do contexto profissional em que os graduandos irão atuar e/ou atuam. Trata-se de incorporar a vida social numa estratégia interpretativa, como forma de localização do graduando dentro do seu próprio contexto social. Portanto, pode-se propor e refletir o problema a partir de alguns condicionamentos imediatos e outros determinantes maiores, isso, através de trabalhos de investigação práticos centrando-se em análises de conjuntura social, econômica, política e/ou cultural, pautada em problemáticas da vida social atual e à sua compreensão embasando-se nos conceitos e categorias sociológicas.

## **A relação possível entre levantamentos empíricos e os conceitos e categorias das matrizes do pensamento sociológico através de um roteiro mínimo**

a) *trabalho prático*: elaboração de uma proposta de observação de contexto social e levantamento empírico sob uma problemática da realidade social; a definição de um tema e o

problema a ser investigado (nessa perspectiva é fundamental que se vá interpretando conceitualmente os dados apresentados). Aqui a produção do conhecimento constitui-se conforme os elementos acima citados e de acordo com o tracejar de cada acadêmico nas discussões, em aula, no levantamento empírico e na revisão bibliográfica.

b) *tema gerador*: sociedade e sociologia.

c) *tema específico*: o recorde é efetivado com base na especificidade do curso de formação e, posteriormente, a problematização.

d) *objetivo*: elaboração somente após a definição dos passos anteriores, mas a título de exemplo. Identificar e contextualizar a atual conjuntura de transição socioistórica à compreensão da vida social.

As situações pontuadas da realidade social (tema e problema de discussão) também levam em conta a especificidade do curso de formação que é elaborado pelos acadêmicos. Aqui apenas listaremos alguns temas/problemas que caracterizam a realidade social brasileira e são plausíveis de ser observados em múltiplos espaços e lugares sociais, bem como possíveis de ser investigados em diversas áreas de conhecimento (jurídica, economia, história, filosofia, administração, geografia, saúde e agrária e sob diversos campos de investigação).

Essa proposta de trabalho, baseada na *metodologia da problematização*, tem somente a pretensão de identificar os pressupostos filosóficos e os procedimentos operacionais de investigação embasados em referenciais das matrizes do pensamento sociológico/ciências sociais (fenomenologia, existencialismo e marxismo) (DEMO, 1997; TRIVIÑOS, 1987) e, conseqüentemente, estabelecer estreita relação entre teoria e prática, através de atividades práticas que possibilitem à formação do graduando o desenvolvimento procedimental de habilidades e competências interpretativas. Não se trata aqui de considerar essa proposta metodológica uma alternativa superior a qualquer outra, mas sim de considerar sua valida-

de e atualidade frente à concepção dialética da realidade, e entendendo a *práxis* como elemento fundamental da relação teoria e prática.

Por fim, conclui-se ser necessário à docência e à formação acadêmica dos graduandos, independentemente da área de conhecimento, imprimir certa coerência e plausibilidade à sua ação através do confronto entre as experiências pedagógicas, a realidade social e, no caso da disciplina de sociologia, das matrizes teóricas do pensamento sociológico.

## Referências bibliográficas

BOGARDUS, E. S. *A evolução pensamento social*. Lisboa: Fundo de Cultura, 1965.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASTRO, A. M. de; DIAS, E. F. *Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons: introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Moraes, 1992.

CHALMERS, A. L. *O que é ciência afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1997.

COHN, Gabriel. *Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

COMTE, Auguste. *Os pensadores – Textos Escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1970.

\_\_\_\_\_. *As regras do método sociológico*. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os pensadores – Textos Escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da sociologia. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; Martins, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. 19. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. p. 11-20.

FILHO, E. M. (Org.). *Auguste Comte – Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, [s.d.].

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. São Paulo: Forense, 1970.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: na outline of the theory of struction*. Cambridge: Polity; Berkeley: University of Califórnia, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. In: *Os Pensadores – Textos Escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 309.

JAPIASSÚ, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

\_\_\_\_\_.; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

\_\_\_\_\_. *Nascimento e morte das ciências humanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

LEVINE, Donald. N. *Visões da tradição sociológica*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MACHADO, Ironita P. Perspectivas: Passo Fundo rumo ao século XXI. In: DIHEL, Astor Antônio. *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 136-152.

MARCELINO, Nelson C. *Introdução às ciências sociais*. São Paulo: Papyrus, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade – leituras de introdução à sociologia*. 19. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. p. 11-20.

MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. Porto: Escorpião, 1974.

\_\_\_\_\_. *O capital, crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: *Os pensadores – Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAUSS, M. A prece. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 229-324.

MENDRAS, N. *Princípios da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

MENDONÇA, Domingues Mendonça. *O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. *Introdução à sociologia*. 18. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ROSSATO, Ricardo. *Caderno de Pesquisa*. Santa Maria, n. 9, p. 1-27, set. 1993.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TEDESCO, João Carlos. *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VITA, Álvaro. *Sociologia da sociedade brasileira*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. [S.l.]: Pioneira, 1962/1992.

\_\_\_\_\_. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Economía, 1969/1970.

WRIGHT, Erik. *Classes*. Londres: Verso, 1985.

# A questão profissional no campo da sociologia

Walter Frantz\*

## Introdução

Neste capítulo vamos aprender um pouco mais sobre as atividades de um profissional da sociologia, o seu lugar no campo do trabalho e no processo do desenvolvimento regional.

Atualmente, uma discussão sobre as oportunidades de trabalho no campo da sociologia é muito diferente do cenário maior das transformações, do mundo do trabalho, ou melhor, do jogo que compõe esse cenário, pois implica em transformações com bases tecnológicas e políticas, mas que tem no centro os interesses e a lógica da acumulação de capital.

## A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Este item divide-se em dois assuntos, o primeiro relacionado à própria origem da sociologia: interpretar, analisar e explicar as questões sociais, que está no campo da produção de conhecimento. O segundo assunto *poderia ser* decorrente da profissão de sociólogo, isto é, poder-se-ia questionar as

---

\* Professor de sociologia, na graduação e nos mestrados em Educação e em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, da Unijui.

atividades de sociólogo, seu lugar e papel na divisão social do trabalho, o que está mais para o campo da ação. Ambos apontando para um processo de ação-reflexão.

A preocupação com a perspectiva profissional entre os estudantes de sociologia é legítima, pois é normal (necessário) que se sinta essa preocupação, afinal, não é apenas o grande volume de trabalho a ser feito que define a oportunidade de trabalho. Existem mais questões a considerar em um processo de preparação e encaminhamento para o mundo do trabalho, algumas estão no campo do conhecimento, outras no político e, neste terreno, vai-se das políticas públicas ao campo privado, do coletivo ao individual.

As circunstâncias históricas em nossa sociedade exigem muito trabalho no campo social, desafiando a elaboração de conhecimentos e de ações, sejam públicas, privadas, coletivas ou individuais, pois existe uma enorme dívida social a ser resgatada em nossa sociedade. Frente a isso, abre-se um leque enorme de possibilidades de ações que dependem de políticas públicas, de qualificação profissional, de mobilização, organização social etc.

A dívida social no Brasil independe das regiões e não será paga apenas com uma urgente e qualificada assistência social, precisa também fazer florescer a cidadania como forma de combate à exclusão social. Aqui, sem dúvida, abre-se um campo específico e importante de trabalho para uma intervenção sociológica.

Na base da exclusão social está a perda de poder nas relações econômicas e políticas, a destruição das identidades e laços sociais, a ruptura de estruturas socioculturais. Por isso, entende-se cidadania, aqui, de modo amplo, como poder de participação e decisão políticas. Como tal, ela precisa ser construída e é no processo dessa construção que a atividade de um profissional da sociologia pode encontrar lugar.

A assistência social e a formação da cidadania devem ser preocupações de um mesmo processo. Exige estudos

específicos. A interpretação sociológica da realidade social brasileira pode ser o primeiro degrau do profissional da sociologia ao campo de trabalho. Há diferentes entendimentos na busca de uma explicação para esse fenômeno social brasileiro e isso influencia a realização de ações com vistas a sua superação, a começar pela produção de conhecimento. Portanto, a necessidade do conhecimento sociológico abre espaço para a atuação do sociólogo. O conhecimento teórico é um modo de apropriação do mundo, fundamental ao resgate da dívida social. Sem isso, não poderá haver ação ou atuação política adequada de quem precisa superar a exclusão.

Na educação, a origem do conceito de professor e de sua atuação profissional também foi um campo de muitas polêmicas e angústias, mas, ao que parece, superou o sentido da prática docente. O sentido *etimológico* da palavra professor, talvez, guarde apenas a memória do que foi ou do que poderia ser a atividade docente. No contexto da realidade atual, o sentido etimológico parece estar diluído em situações sociais e políticas complexas.

*Os termos profissão e professor* têm a mesma origem no verbo latino *profiteor* que guarda em si várias definições como a de confessar publicamente, ensinar, dar a conhecer, revelar, testemunhar, comprometer-se, cultivar. Pode-se perceber que os significados tratam de algo que tem a ver com o ser, com a personalidade e vão além da capacidade de exercer uma atividade, isto é, não se trata de uma questão de treinamento para exercitar uma atividade técnica.

Sob a dimensão *técnica*, a atividade docente poderá limitar o processo educativo. Os sentidos dos termos *profissão* e *professor* vão muito além das técnicas e do conhecimento em si, pois o sentido original dos termos vem das profundezas do ser e tem dimensão construtiva. Afirma Santo (2002, p. 128), referindo-se à atividade docente: “desligada da ética, do humanismo e da personalidade integral do ser humano, qualquer técnica pode se tornar

destrutiva.” A qualidade técnica, por si só, não garante a formação total de um profissional.

Os termos *profissão* e *professor* têm a mesma raiz e, por isso, também existe proximidade em seu desdobramento nas atividades do campo da economia, da política, da educação, enfim, da sociedade. Na raiz da palavra está a história dos debates e das práticas que envolvem e expressam esses campos. Não há profissão apenas técnica. Todas implicam outras dimensões que se fazem valer de técnicas, porém essas dimensões podem ser dominadas. Nas práticas utilitaristas elas se reduzem às técnicas.

Isso nos dá uma primeira dimensão também do que se pode entender pela profissão de sociólogo e em meio a que circunstância ela é praticada e revela desafios que podem se interpor ao exercício da profissão. É claro que o domínio de técnicas próprias do campo da sociologia é importante, entretanto a profissão implica uma formação e atuação mais ampla.

Ao mesmo tempo em que se resgata a conceituação etimológica do termo *profissão*, abre-se a dimensão do horizonte desse conceito em tal magnitude que se pode perder a própria noção do que seja especificamente a profissão de sociólogo. Ao definir a profissão de sociólogo é preciso delimitar um pouco mais o conceito, ou melhor, é preciso objetivar melhor o que um sociólogo tem a fazer ou que se espera dele.

Entretanto, parece que essa busca por definição também implica num certo paradoxo: de um lado, pela necessidade da limitação do conceito, reduzindo-o a uma atividade profissional específica corre-se o risco de perder os seus significados sociais mais amplos. De outro lado, ocorre o inverso ao se alargar o conceito pelo caminho de sua raiz histórica, corre-se o risco da diluição demasiada dos significados sociais que nele possam ser encontrados como características de uma profissão. Tem-se, portanto, uma certa elasticidade na definição das atividades profissionais de um sociólogo.

No campo da educação, hoje, existe uma tendência a se traduzir o conceito de *professor* como sendo alguém que vende, no mercado de trabalho, uma atividade como qualquer outro trabalhador. Procura-se transformar o trabalho do professor em uma mercadoria e, por extensão, também a educação: vende-se e compra-se cada vez mais essas mercadorias, através de empresas do *ramo da economia da educação*. Ser professor e ser aluno significa estar muito próximo ao que é o mercado. As relações de mercado ganham em importância. Estudar significa, desse modo, preparar-se para competir.

Essa percepção de educação contém, como decorrência disso, um forte germen de individualismo, em direção ao egoísmo. Com isso os termos incorporam novos conceitos de professor e aluno. Enfim, a atividade profissional da educação incorpora novas características de conceituação: impõe-se uma nova compreensão do que vem a ser professor. Introduce-se nas relações pedagógicas da atividade docente e discente o sentido e os significados das relações de mercado.

Essa transformação e criação de novos sentidos e significados têm certas conseqüências, tais como a de o professor ou a professora passa a ser vistos como trabalhadores iguais aos outros, vendedores da força de trabalho (mesmo que façam algo muito diferente de produzir mercadorias). Desfazem-se os sentidos e significados do mundo do trabalho do professor. Aquilo que tinha sentidos e significados mais amplos reduz-se a uma relação com o aluno mercadoria, a uma relação de trabalho como qualquer outra. Desaparece o educador e aparece o prestador de serviços, o produtor de mercadoria. Presta-se um serviço na *produção de mentes e personalidades* que se encaixem na ordem social dominante.

O trabalho docente passa a ser medido pela razão técnico-instrumental, pela sua utilidade à economia. Por isso, é possível ajustar um preço pelos serviços, na ótica da utilidade de seu serviço, no processo produtivo de acumulação de capital. A remuneração do trabalho de educação passa a

receber o mesmo tratamento que qualquer outro trabalho. Como conseqüência, docentes também podem ser contratados e pagos, de acordo com as horas contratadas para o lugar de trabalho. Trabalha-se como se estivesse vendendo uma mercadoria, vendendo um serviço, à semelhança da situação de outros trabalhadores. A valorização do trabalho docente está atrelada aos interesses e necessidades do mercado.

No entanto, sob essa ótica e prática social da educação, como diz Barcellona (1999, p. 184), corre-se o risco de “redução da sociedade a puro fato funcional, à sociedade em que o *estar junto* parece não ter outra razão de ser além do *produzir* e do *consumir*, e em que o indivíduo não entra em relação com os outros como pessoa, mas em função da *produção* e do *consumo*. Determina-se, assim, uma drástica redução do ser social ao ser econômico, e tudo o que permanece fora deste quadro não tem qualquer visibilidade geral”. (Grifos nossos).

Antes dessa percepção utilitária da educação, o professor ou a professora eram uma espécie de elo na comunidade. Como laços de união nas comunidades, embora isso nem sempre se traduzisse em termos materiais, de reconhecimento material. A docência incorporada pelo professor, era uma espécie de instituição. Hoje, essa função praticamente desapareceu. O sentido de se ter uma união ou algo em comum com o professor desapareceu da comunidade. Inclusive, o professor desapareceu da vida da comunidade, isto é, não é mais referência. O professor mora longe, fora da comunidade e, talvez, conheça poucas pessoas da região escolar. Muitos alunos também vêm de longe, carregados por um transporte coletivo, semelhante ao que leva os trabalhadores a uma fábrica ou os turistas a um centro de compras. Uns vêm vender, outros vêm comprar num ato mercadológico. Cada um procura, de forma individual, o seu relacionamento com o professor, pois *relacionar-se* passou a ser um componente precioso da competição. Tudo isso, hoje, faz parte da história

da educação e da profissão de ser professor. É uma história de mudanças, de transformações e contradições de conceitos e práticas.

Diante das circunstâncias atuais, é preciso repensar o papel do professor e da educação. Muitos já o estão fazendo. O professor tem que se voltar à função de professar a sensibilidade pela vida em toda a sua dimensão. A educação precisa assumir a tarefa de promover a consciência da responsabilidade social com o sentido de se produzir as condições de vida, pela cooperação, respeitando os limites e as razões desse fazer humano. Educar significa capacitar as pessoas a conhecer os sentidos, os limites e as possibilidades de suas ações.

Acredita-se que com a profissão de sociólogo esteja ocorrendo o mesmo problema, resguardando-se os aspectos específicos da sociologia. É uma atividade que não está livre da submissão pela fragmentação e instrumentalização de suas funções.

A sociologia, nascida do seio da modernidade, afirmou-se no processo de entendimento e explicação da sociedade industrial capitalista, complexa e contraditória. As explicações oriundas do campo da religião, próprias de um mundo em superação, já não davam mais conta dessa nova realidade, diante da afirmação e do reconhecimento das diferentes ciências. A existência de interesses opostos na sociedade industrial capitalista penetrou e invadiu a formação da sociologia.

As alternativas históricas existentes nessa sociedade, seja no sentido de sua conservação ou de sua transformação estrutural, foram situações reais que influenciaram as visões e posições a respeito de como deveria ser analisada a sociedade. Daí, existirem diferentes leituras e teorias, distintas sociologias e diferentes *posturas profissionais*. O sociólogo apareceu como um intelectual com a função de produzir conhecimento científico, explicação científica dos fatos sociais. É uma profissão com função produtora de conhecimento. O saber científico, fruto de pesquisa, é o instrumental da

ação sociológica de intervenção na realidade social. Afirma Popkewitz (1997, p. 23) que “um elemento importante do trabalho intelectual é o de oferecer uma postura autocrítica em relação aos fenômenos sociais, inclusive dos próprios campos sociais dos intelectuais”.

No contexto histórico do surgimento da sociologia está a necessidade de conhecer, de compreender, de explicar de modo novo e diferente a questão social, mas também de intervir. A escolha do método de elaboração de conhecimento a respeito de um fenômeno, pode ser considerada a primeira etapa de uma intervenção, especialmente, quando se trata de fenômeno social. Segundo Touraine (1982, p. 37), “a escolha de um método não depende de considerações técnicas, cada método corresponde a um tipo de abordagem, a uma representação da realidade social e por conseguinte à escolha do pesquisador ao privilegiar um certo tipo de conduta”.

Portanto, na escolha do método já está uma certa intervenção: o processo de produção de conhecimento a respeito de uma complexidade social já implica um tipo de intervenção.

Escrevem Lüdke e André (1986, p. 3) que “como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador. Claro está que o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisar os valores, e os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época. Assim, a sua visão do mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo irão influenciar a maneira como ele propõe suas pesquisas [...] os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa”.

A sociologia nasce como uma intervenção social, ao produzir-se conhecimento e condicionar-se, por consequên-

cia desse conhecimento, a ação dos atores sociais. Touraine (p. 37-45) trata disso muito bem, quando fala do método da intervenção sociológica. De acordo com Palhares (2004), para Touraine (p. 1-3) esse é um método “que procura estudar de que maneira uma sociedade se produz a si própria, através dos seus modelos culturais e das suas relações sociais”. Na intervenção sociológica, o foco central da pesquisa se desloca do investigador para a ação social investigada; o ator é visto como produtor e não como consumidor da sociedade, como construtor de uma nova ordem e não alguém que consome uma ordem dada. Na intervenção sociológica, o pesquisador deve capacitar o *pesquisado*, a situação social pesquisada, a desenvolver conhecimento de si próprio.

Para Touraine (p. 3), ainda de acordo com Palhares, “É preciso criar uma situação na qual o ator possa questionar a sua atuação cotidiana, os seus próprios objetivos e a consciência que tem dos conflitos em que está envolvido para alcançá-los” e que “a inversão da situação do ator, fazendo-o passar de consumidor a produtor, somente pode ser feita através da intervenção do pesquisador. Isso significa, de imediato, que o pesquisador não observa, não conta, não define e nem descreve uma situação. O pesquisador atua para realizar essa transformação do consumidor em produtor”.

A necessidade de explicar a realidade social é inerente a atividade do sociólogo, pois ele faz parte do que quer explicar. Nessa explicação, começa a intervenção: ela se dá no sentido da conservação ou no da transformação, pela via do conhecimento. O novo conteúdo e sentido da explicação, o método da produção do conhecimento da realidade social, condiciona a profissão de sociólogo. Diante da produção de conhecimento sociológico, especialmente, em se tratando de realidades sociais muito contraditórias, torna-se difícil declarar a neutralidade da ciência. A afirmação e a estruturação de uma ciência, chamada sociologia, abriu espaço para um pensamento novo a respeito da organização social,

uma atividade científica e profissional nova. Assim, quando se fala de sociologia, vem à mente a idéia da produção de uma explicação da realidade social e a idéia do uso ou aplicação desse conhecimento. Por trás dessas idéias está a noção de profissão, como ocupação, trabalho, atuação: pesquisador, professor, assessor, consultor e *intellectual orgânico*.

A explicação de uma realidade contraditória, em si, revela-se como uma denúncia, clama pela responsabilidade social e se interpõe nas relações sociais como um desafio ético à atividade política. Portanto, desde a origem e a afirmação do campo da sociologia como ciência, ela sempre foi uma profissão, mais ou menos, comprometida com interesses e necessidades. Como tal, a prática da profissão de sociólogo só pode ser professada livremente, em todas as suas dimensões, em processos sociais democráticos. Caso contrário, sofre as restrições inerentes ao controle da liberdade política. A história política dos povos tem demonstrado isso. Para Myrdal, segundo Inkeles (1967, p. 183), “as ciências são importantes numa democracia, pois estimulam a discussão livre de questões significativas”. No espaço da intervenção sociológica, a liberdade é fundamental, entretanto precisa ser correspondida com responsabilidade social.

Afirma Inkeles (p. 189) que “a sociologia só pode prosperar sob a liberdade”. Essa é uma condicionante fundamental para o exercício da profissão de sociólogo, porém, produzir conhecimento a respeito da realidade social vai de encontro às contradições, contidas na complexidade dessa realidade, atrás das quais, estão posições e interesses de poder.

Portanto, a profissão de sociólogo se torna visível no espaço da produção de um conhecimento e de seu uso social. A profissão nasce e se estrutura na busca do entendimento da realidade social, no sentido de sua conservação ou mudança. O seu espaço de existência é circunscrito, de certa forma, pela teoria social e pela política social. Os contornos desse

espaço são flexíveis e, de certa forma, se interpenetram. Daí, por exemplo, decorre toda a polêmica sobre a questão da neutralidade da sociologia ou do sociólogo, mas que sempre foi discutida e focada de modo diferente, contendo interesses e conveniências. Sendo do meio e interessado no meio, como pode o sociólogo ser neutro? Como pode olhar para conhecer, se a condição para esse olhar deve ser neutra em relação do que observa e busca explicar? Talvez, a preocupação com a neutralidade esteja mais relacionada com a garantia da liberdade para produzir conhecimento, com a competência em fazê-lo.

Sobre a atitude do sociólogo poder-se-ia incorporar também a seguinte reflexão de Kosik (2002, p. 13): “A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém é a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.”

De modo geral e de maneira ainda um pouco abstrata, pode-se dizer que ao sociólogo cabe, com o auxílio de métodos e técnicas de pesquisa, produzir clareza sobre aquilo que os homens produzem em suas relações sociais, processos de produção de seus bens materiais e em seus processos de comunicação. Porém, certamente, nesse processo de conhecimento não se pode esquecer que a intervenção sociológica também é uma atuação de um indivíduo, diante da complexidade social, dentro de um determinado conjunto de interesses e relações sociais.

Afirma Kosik (p. 28) que “para nos aproximarmos da coisa e da sua estrutura e encontrar uma via de acesso a ela, temos de nos distanciar delas”. Talvez se possa entender isso como sendo importante para garantir que a intervenção sociológica tenha em seu núcleo o conhecimento, a ciência.

Diz ainda Kosik que “a ciência alcança um distanciamento conveniente e motivado, em cuja perspectiva as coisas e os acontecimentos se mostram de maneira adequada e isenta de falsificações.”

A complexidade da sociedade contemporânea, seus problemas e desafios (democratização da economia e da política, por exemplo), exigem cada vez mais da sociologia. Existe uma enorme necessidade produzir conhecimento. O volume de trabalho para o sociólogo é cada vez maior, porém isso nem sempre é reconhecido e desejado, transformado em lugar e oportunidade de trabalho. O volume de trabalho a fazer aparece ao sociólogo como a fome à economia. Fome não é mercado, por mais que se imponha a necessidade de comer.

O mercado, entendido como um lugar e uma oportunidade de trabalho, de reconhecimento e demanda por sociólogos, necessita de pessoas, que o (re)inventem, que o (re)construam, porém, não basta a necessidade da explicação social. Um dos elementos centrais dessa produção é a qualificação do sociólogo.

A complexidade da sociedade contemporânea pode ser transformada em oportunidades de trabalho. Isso exige uma formação muito sólida e profunda. Essa formação começa na universidade, mas precisa ser consolidada nos processos sociais de trabalho, isto é, na prática. Ao sociólogo, portanto, se exige teoria e prática, isto é, tempo de experiência e dedicação ao estudo.

A formação do sociólogo é inacabada, começa na universidade, formalmente, mas se consolida na prática social de suas atividades profissionais ao longo da vida.

Da demanda por trabalho, brotam também exigências para a formação e atuação do sociólogo. Seu papel social não pode ser reduzido apenas ao de negação, de denúncia, mas também de afirmação, de proposição. A excessiva postura crítica, como algo de valor em si, restringe o lugar de trabalho e as formas de atuação. A formação centrada, demasiadamen-

te, na capacitação crítica pode limitar o espaço do exercício profissional. Afirma Inkeles (p. 186) que “as ciências sociais são especialmente vulneráveis porque [...] o termo *sociologia* é freqüentemente entendido como ligado ao termo *socialismo*, ou até incluído neste último”. Em uma cultura como a nossa, isso ainda pode ser um problema, fazendo com que se restrinja o espaço de trabalho.

Da mesma forma, o pouco domínio, do sociólogo, em matemática e estatística, em certas circunstâncias, também se torna um limite no mercado de trabalho regional. No exercício da profissão de sociólogo, a capacitação para o uso de instrumentos técnicos, auxiliares na elaboração e interpretação de dados, pode ser tão importante como o preparo para a capacidade crítica de análise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ter clareza e capacidade de discernimento quanto ao lugar de trabalho e espaço social que se pretende ocupar na condição de sociólogo.

A capacidade de atuação em meio ao contraditório, sem perder a liberdade, é algo que precisa ser sempre construído e reconstruído nos processos reais e concretos da inserção profissional.

Com a construção da ampliação da participação política, do controle democrático e da descentralização dos processos de desenvolvimento, o espaço para a atuação do sociólogo pode ser ampliado. Isso não passa apenas pela posse e apresentação de um certificado, mas passa pelo conhecimento, pela qualificação prática, enfim, pela práxis, isto é, pela ação-reflexão-ação.

Nesse processo de ampliação do espaço de trabalho é preciso também desconstruir o preconceito, a desinformação.

As condições de trabalho não pré-existem como em várias outras profissões. Elas precisam ser construídas no espaço do grande volume das necessidades existentes, junto aos setores organizados ou a organizar, nas regiões, através de processos de desenvolvimento.

Formas concretas de atuação podem ser constituídas pelas atividades de pesquisa, onde exista necessidade de produção de conhecimento, pela produção de diagnósticos, pela assessoria em projetos de desenvolvimento etc.

Os lugares instituídos desse trabalho podem ser prefeituras, conselhos municipais, conselhos regionais, movimentos sociais, organizações associativas solidárias, partidos políticos, fundações, empresas privadas (especialmente aquelas que despertam em termos de responsabilidade social), universidades, escolas, serviço público, organizações do terceiro setor etc.

Desde 1984, existe um debate mais acentuado sobre aspectos legais da atividade de sociólogo. O artigo 36 da LDB, § 1º, III: estabelece diretrizes para o currículo do ensino médio, em termos de conteúdos, de metodologias e formas de avaliação, de tal forma que ao final da etapa desse processo, o educando demonstre “domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania”, porém, mais que da lei, a atividade do sociólogo depende da maturidade democrática da sociedade, dos conhecimentos e do preparo profissional.

E aí está um certo paradoxo: o que vem primeiro? O sociólogo ou a democracia? Penso que o desenvolvimento da sociologia e a qualificação dos sociólogos irão produzir os lugares para uma profissão, nascida do campo das ciências sociais: a profissão de sociólogo.

## Referências bibliográficas

BARCELONA, Pietro. Triunfo do ocidente e decomposição da praxis vital. In: OLIVEIRA, Flávia A. Martins (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. [S.l.]: UNESP, 1999.

INKELES, Alex. *O que é sociologia?* Uma introdução à disciplina e à profissão. São Paulo: Pioneira, 1967.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

PALMARES, Marina Silveira. *O método da intervenção sociológica*. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/o\\_metodo\\_da\\_.html](http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/o_metodo_da_.html)>. Acesso em: 19 jan. 2005.

POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

OLIVEIRA, Flávia A. Martins de (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 181-205.

SANTO, Ruy Cezar do Espírito. *Desafios na formação do educador: retomando o ato de educar*. Campinas: Papirus, 2002.

TOURAINÉ, Alain. O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 37-45, jul. 1982.



# Pontos de apoio para descobrir a tropicologia em Gilberto Freyre

Mauro Gaglietti\*

Gilberto Freyre foi um menino do engenho. Nasceu em Recife, no dia 15 de março de 1900. Filho do Dr. Alfredo Freyre (educador, Juiz de Direito e catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife) e de D. Francisca de Mello Freyre. Até os oito anos de idade, ainda não havia se alfabetizado por sua própria vontade e para desespero da aristocrática família nordestina a que pertencia.

“Eu fiz finca-pé em não me alfabetizar porque reconhecia em mim um talento para pintar e desenhar. Meus pais achavam que eu era retardado mental”, conta ele. Até que um professor de inglês analisou seus desenhos e avaliou que o garoto era muito inteligente. Ganhou, enfim, a confiança do moleque e o resultado é que ele acabou sendo alfabetizado primeiro em inglês e só depois em português.

Aos 16 anos de idade participa de atividades evangélicas e visita a gente miserável dos mocambos recifenses. Interessa-se pelo socialismo cristão, mas lê, como uma espécie de antídoto a seu misticismo, autores como Spencer e Comte. Em 1917, conclui o Curso de Bacharelado em Ciências

---

\* Professor dos Cursos de História, Comunicação e Psicologia da Universidade de Passo Fundo. Mestre em Ciência Política/UFRGS e doutorando em História/PUCRS. É autor do livro *PT: ambivalências de uma militância*. 2. ed. Porto Alegre: DaCasa, Palmarinca. E-mail: maurogaglietti@via-rs.net

e Letras do Colégio Americano Gilreath. Eleito orador da turma, cujo paraninfo é o historiador Oliveira Lima, desde então seu amigo. Começa a estudar grego. Torna-se membro da Igreja Evangélica, desagradando sua mãe e a sua família católica mais uma vez. Segue, no início do ano DE 1918, para os Eua, fixando-se em Waco no Texas para matricular-se na Universidade de Baylor. Realiza vários estudos sociológicos dos negros e dos mexicanos marginais que moram no Texas.

Conclui, na Universidade de Baylor, o curso de Bacharelado em Artes. Segue para Nova York e ingressa na Universidade de Colúmbia, vinculando-se, em 1921, à Faculdade de Ciência Política (que inclui o Curso de Ciências Sociais Judiciais), concluindo aí a graduação e o mestrado.

Além disso, continua estudando na referida universidade, com o Prof. Zimmem, da Universidade de Oxford, a escravidão na Grécia. Visita a Universidade de Harvard e o Canadá. Entre 1922 e 1924, visita diversas universidades européias. Retorna ao Brasil em 1924 e reintegra-se no Recife, onde conhece José Lins do Rego, incitando-o a escrever romances.

Freyre se considerava principalmente escritor e, como tal, somente intervinha na política quando circunstâncias excepcionais exigiam. Houve em sua vida três dessas circunstâncias.

A primeira, quando o governador de Pernambuco o fez seu secretário particular e ele acabou indo para o exílio só por lealdade ao mesmo, deposto pela Revolução de 1930. Acompanhando Estácio Coimbra ao exílio, em 1930, em viagem pelo mar que começou na Bahia, conhece parte do continente africano e inicia, em Lisboa, as pesquisas e estudos *em que se basearia Casa grande & senzala*.

A segunda, quando toma parte ativa, em 1945, ao lado dos estudantes de Recife, na campanha pela candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Fala em comícios, escreve artigos, anima os estudantes contra a Ditadura de Vargas.

A terceira, quando os estudantes do Recife o escolhem para representá-los na Assembléia Constituinte de 1946 e na Câmara dos Deputados (até 1951).

A quarta, quando apóia pela imprensa a Revolução de 64, com a qual logo se decepciona, tanto que recusa o convite do presidente Castelo Branco para ser ministro da Educação.<sup>1</sup>

Cientista social, escritor e deputado na Constituinte de 1946, Freyre casou-se, aos 41 anos, com a nadadora Madalena, 20 anos mais jovem do que ele, e morreu a 18 de julho de 1987, deixando 63 livros, dentre os mais destacados *Casa grande & senzala* (1933), até hoje considerado um dos retratos mais abrangentes da formação étnica do Brasil.

As idéias de Gilberto Freyre a respeito da miscigenação das raças, que realçam a contribuição do escravo na formação cultural do Brasil, fizeram com que fosse considerado *o pai da alma mestiça* e lhe valeram o rótulo de polêmico. Embora muitos elogiem sua originalidade, Freyre foi acusado de defender uma relativa acomodação dos conflitos sociais.

Alguns críticos afirmam erroneamente que Gilberto Freyre *romantizou* a escravidão. Os capítulos IV e V de *Casa grande & senzala* são dedicados ao *escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*. Nesses capítulos, a escravidão é estudada em seus aspectos históricos, antropológicos, psicológicos, sociológicos e lingüísticos. O africano aparece aí, pela primeira vez, como um dos colonizadores do Brasil e como superior, em vários aspectos, ao indígena e ao próprio português.

No capítulo IV, há uma passagem cuja leitura permite detectar a revelação feita pelo autor dos aspectos *negativos* da escravidão. Diz ele: “não há escravidão sem depravação sexual [...] o próprio interesse econômico favorece a depravação, criando nos proprietários de homens, imoderado desejo

---

<sup>1</sup> A biografia completa de Freyre pode ser encontrada no site da Fundação Gilberto Freyre <<http://www.fgv.org.br>> e, também, no site da Fundação Joaquim Nabuco <<http://www.fundaj.gov.br>>.

de possuir o maior número possível de crias”. Atos de sadismo de senhores e senhoras contra os escravos são recordados no livro de modo que causam repulsa.

Outra crítica simplista é a de que o autor teria negado a existência da *luta de classes* na formação social do Brasil. Há vários trechos que permitem, de alguma maneira, contrariar a crítica mencionada. Pode-se destacar esta observação colhida no prefácio à primeira edição de *Casa grande & senzala*: “Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semi-feudal - uma minoria de brancos e brancarões dominando, patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha, vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão.”

A existência de raças superiores e inferiores é um mito desmentido pela biologia e pela antropologia modernas, que também consideraram sem fundamento a idéia da miscigenação como responsável pela cacogenia de certas populações multirraciais. Deficiências físicas e intelectuais decorrem não de fatores raciais, mas do subdesenvolvimento secular em que vivem determinadas populações. Apoiado na distinção estabelecida por Franz Boas<sup>2</sup> entre *raça* e *cultura*, Gilberto Freyre defendeu a miscigenação: defesa corajosa esta, por ter sido feita exatamente na década em que o mito da superioridade racial começou a ser utilizado por Hitler para justificar a dominação e o holocausto.

Por isso, Roland Barthes (1953, p. 107-108), ao escrever o texto de apresentação de *Casa grande & senzala* em sua edição francesa, disse “se pensarmos na espantosa mistificação em que se constituiu o conceito de raça, nas mentiras e nos crimes que essa palavra, cá e lá, ainda não cessou de coonestar, reconheceremos que este livro de ciência e de

---

<sup>2</sup> Franz Boas – Era um antropólogo germano-americano (1858-1942) que foi professor de Antropologia na Universidade de Colúmbia quando Gilberto Freyre cursou mestrado em Ciências Sociais.

inteligência é também um livro de coragem e de combate”. Freyre continuou a tratar do assunto em *O mundo que o português criou*, em *Sobrados e mucambos*, em *New world in the tropics* e em artigos de revistas e jornais.

Para Gilberto Freyre, o conceito de cultura, no sentido de refinamento individual ou nacional, é diferente da pura erudição. Para ele não é cultura, como não é religião, o que somente é aquisição ou acumulação. A cultura, na acepção dada a esse termo por Nietzsche, tem de ser um esforço criador e heurístico. Repele soluções de simples poder aquisitivo. Ninguém se provê de semelhante cultura: nenhuma nação ou geração. No mundo da cultura, *não se cria*<sup>3</sup> de modo absoluto.

Os próprios gênios, como Shakespeare, foram grandes plagiários, quando não de outros poetas, do povo ou do folclore em geral. Cada indivíduo tem que *recriar* sua própria cultura, reformando, ou mesmo deformando os valores recebidos de outros povos, de outras gerações, de outros indivíduos, adaptando-os às suas necessidades, enquadrando-os às novas condições de espaço, de tempo e de personalidade.

Em *Casa grande & senzala*, Freyre utiliza o conceito antropológico de cultura como um complexo que compreende conhecimento, crença, arte, moral, direito, costume e outras habilidades e usos criados pelo homem como parte de uma sociedade. A partir dessa obra, Freyre utiliza de forma pioneira no Brasil conceitos correlatos, como os de: aculturação, área cultural, formas ou acessórios de cultura, antagonismo de cultura, potencial de cultura, traço e complexo cultural etc.

No *Manifesto regionalista*,<sup>4</sup> há uma frase que revela porque Freyre dava tanta importância à culinária. Diz ele

---

<sup>3</sup> Gilberto Freyre aborda o tema na conferência “Apologia Pro Generatione” publicada na Paraíba, em 1924, em seu livro *Região e tradição*, publicado no Rio de Janeiro, na José Olympio Editora em 1941.

<sup>4</sup> Título de opúsculo publicado no Recife pelas Edições Região em 1952, cujo conteúdo havia sido divulgado parcialmente em jornais da época. Essa é a primeira publicação integral, revista e ampliada do Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, ocorrido em fevereiro de 1926.

que “uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se”. Na sua visão o destino dos povos está associado à maneira como eles se alimentam. Freyre era um defensor da organização de uma campanha pela arte de bem comer. Na verdade, essa seria uma espécie de campanha pela nacionalização do paladar no Brasil. O cientista social mostra que a fome no país tem origem não tanto na escassez de alimentos, mas na falta de qualidade dos mesmos.

Tal preocupação com a alimentação ocupou, nos textos de sua autoria, um espaço especial desde o final dos anos de 1920. Gilberto Freyre tratou esse tema de uma maneira profunda e global por meio de um enfoque biológico, etnográfico e antropológico. Tais abordagens eram complementadas mediante a utilização de um conjunto de argumentos com fortes implicações sociais, geográficas e históricas do problema examinado. Foi Gilberto Freyre quem primeiro atribuiu à monocultura a gênese do problema da desnutrição no Brasil. Segundo o autor, é a monocultura da cana-de-açúcar, mais especificamente, a responsável pela esterilização de grandes extensões de terra, o que prejudicava os esforços ligados à prática da policultura e da pecuária. A expressão *fome crônica*, que hoje tanto se popularizou e tem sido usada até de modo inadequado ou impreciso está em *Casa grande & senzala*, de 1933.

Os inúmeros aspectos contemplados pela obra de Freyre, dos quais se fez acima um breve apanhado, propiciam uma aproximação daquilo que se pode chamar de tropicologia, noção que não é objeto de uma conceituação explícita, tendo de ser apreendida do conjunto das teses do autor. É a tropicologia uma síntese universal-regional, uma ciência que salienta os valores existenciais da convivência humana situada em diferentes tempos e espaços tropicais. Assim, pode ser aplicada a situações específicas, a circunstâncias determinadas, ecológicas ou ambientais, que dizem respeito à dimensão humana vivida tanto no tempo como no espaço

social, tropical, vistos estes (tempo e espaço) não só quantitativa, mas também qualitativamente.

O que a obra de Gilberto Freyre oferece são análises sobre o homem e a cultura diversamente situados como critério de abordagem ecológica, respondendo, dessa forma, às circunstâncias que se apresentam. Assim a noção de tropicologia refere-se ao mundo ambiental do homem, a suas raízes, a seu próprio ser, a sua condição humana, a sua situação. E o trópico é o mundo que o homem habita, da mesma maneira que habita seu corpo e sua casa, evidenciando um modo de estar no mundo.

O homem é visto em sua unidade e integridade de indivíduo, com seu corpo como organismo vivo, de pessoa que interage e inter-relaciona-se espiritualmente, permitindo assim pesquisas, análises e estudos de realidades psicofísicas e biossociais, psicossociais, socioistórico-culturais, lingüísticas, literárias, inter e transdisciplinares, inter e transgeracionais. Nesses estudos o que conta é a reflexão profunda e a experiência comprovada de saberes, conhecimentos e práticas.

A leitura da obra de Gilberto Freyre, lado a lado com a leitura de outros historiadores e cientistas sociais, leva à descoberta de que não há um único modelo de interpretação do Brasil, embora se possa falar num *modelo brasileiro* ou usar paradigmas europeus e norte-americanos para tentar esclarecer o caso do Brasil, em sua diversidade. Como diz o antropólogo Geertz, temos muitos modelos *para* o Brasil e isso talvez seja o grande avanço das nossas ciências sociais nos últimos anos, mas não temos mais um modelo exclusivo *do* Brasil.

Ao que parece, nenhuma teoria ou método de análise (sejam esses de autoria de pensadores consagrados como Freud, Marx, Weber ou Durkheim) que tenham sido construídos sem observar o próprio objeto que pretendem abordar podem servir como chave para interpretar as particularidades de um país como o Brasil, sem a mediação daqueles cuja palavra

procurou tocar tais peculiaridades. Talvez o caminho não seja o de descartar as teorias e métodos que constituem os paradigmas europeus acima mencionados, mas o de propor uma miscigenação entre os eixos que sustentam esses paradigmas e o discurso da tropicologia.

Ao que parece, Gilberto Freyre inspirou-se na interdisciplinaridade de Simmel,<sup>5</sup> para romper as fronteiras existentes entre as diferentes áreas do conhecimento. Esse método plural aguçou ainda mais a sua visão a ponto de levá-lo a criar uma nova ciência para pensar o Brasil. A essa criação deu o nome de tropicologia, um modo inovador de pensar as civilizações nos trópicos, o qual se contrapunha ao modo europeu de definir essas civilizações, que identificava nelas uma não-civilização. Toda civilização diferente mostra-se aos poucos. A revelação ocorre parcialmente e à medida que o olhar vai captando os limites aparentemente intransponíveis entre a sociologia, a psicologia, a história, a literatura, a antropologia cultural, a economia e a especulação imaginativa em torno do social.

Tropicologia é a articulação em ciência geral de estudos dispersos e assistemáticos sobre as civilizações dos trópicos e, à sombra dessa sistematização global, desenvolveram-se as ciências especiais que, pela ordem da amplitude, seriam uma hispanotropicologia e, dentro dela, uma lusotropicologia.

Freyre compartilhava de uma visão segundo a qual era arbitrária a decisão de se adotar o método da divisão rígida da história de um país em períodos políticos. Encarava o

---

<sup>5</sup> Georg Simmel, filósofo e sociólogo nascido em Berlim em 1858 e falecido em Estrasburgo em 1918. O relativismo neokantiano de Simmel influenciou enormemente Gilberto Freyre. Simmel é contemporâneo direto de Saussure, Freud e Durkheim. O pensamento de Simmel é influenciado por distintas correntes contemporâneas. Seus escritos sobre sexualidade, em que a objetividade é considerada masculina, evocam preocupações feministas de Irigaray. Seus escritos sobre dinheiro e câmbio refletem algumas das questões levantadas por Mauss e Bataille. Além disso, a sua teoria do evento e crítica do realismo na modernidade lembra os trabalhos de R. Barthes dos primeiros tempos.

passado, o presente e o futuro como dinamicamente inter-relacionados.<sup>6</sup> Os historiadores, acostumados com o conceito linear de tempo, ficaram perdidos com a falta de referências cronológicas estanques em *Casa grande & senzala e Sobrados & mucambos*.<sup>7</sup> Gilberto Freyre concebe o *tempo tríbico* sem demarcação ou definições *a priori*. Afirma enfaticamente que há simultaneidade de ontens, de amanhã, a configurar dimensões icônicas.

De acordo com o cientista social, o tempo (inclusive os futuros possíveis de um indivíduo ou de uma sociedade) é, em grande parte, o próprio ser humano. O tempo é a própria vida vivida pelo indivíduo ou pela sociedade. Freyre se alia à tríade temporal, evoca a si mesmo, reflete o rosto do outro no espelho coletivo e se desloca para o ontem com a coragem de encontrar-se. Desbrava veredas. O tempo geral seria, assim, sempre tríbico, sempre plural, sempre composto e complexo, sempre síntese de três vidas coletivas, nunca singular nem simples.

Para Freyre, há apenas um tempo, formado pela interdependência entre passado/presente/futuro. Assim, o tempo

---

<sup>6</sup> Em *Maîtres et esclaves* publicada na revista parisiense *Les Lettres Nouvelles* Roland Barthes (1953, p. 107-108), considerou a obra de Gilberto Freyre “produto magistral daquela sensibilidade à história total seguida na França por um Bloch, um Febvre ou um Braudel”. Referia-se Barthes a três notáveis integrantes da famosa *École des Annales*. É oportuno lembrar que Febvre e Braudel foram os prefaciadores das edições francesa e italiana de *Casa grande & senzala*. *Annales* é o nome da escola que renovou a historiografia francesa. *Annale*, está associado ao título da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por Bloch e Febvre. Além disso, destaca-se o regionalismo e a ecologia humana de Gilberto Freyre que têm raízes na Escola de Chicago (grupo de sociólogos americanos que se opuseram à orientação europeia de Émile Durkheim [1858-1917]). E para escrever sua obra *Ordem e progresso*, Freyre utilizou-se, pioneiramente no Brasil, das histórias de vida nas quais se baseia o livro monumental de Thomas e Znaniecki.

<sup>7</sup> Sua concepção de tempo parte das considerações de Santo Agostinho sobre a essência do tempo, no livro XI das *Confissões* - considerações magistralmente sintetizadas por T.S. Eliot nos versos iniciais de *Quatro Quartetos* (In: \_\_\_\_ . *Poesia*. RJ: Nova Fronteira, 1981).

também não é apenas a consideração de datas e horas, cronometradas, nem somente os sinais que indicam o contínuo passar ou fluir psíquico. O tempo é aquilo que, coabitando com as tensões dramáticas do ser concreto, de sua pessoa, tanto diz memória de ancestralidade ou tradições (comemorações), quanto estrutura o vivido e o comemorado ao configurá-los. Além disso, o tempo são as convivências e a configuração de uma contemporaneidade com o futuro que se potencializa em antecipações.

Desse modo, percebe-se que Gilberto Freyre define o *tempo trívio* como um tempo simultâneo e dinamicamente abrangente (1983, p. 290), uma vez que todas as mudanças indicam o que, persistindo, é duradouro e exigente de recriações.

Diante disso, pode-se entender melhor o fato de o Brasil ser uma sociedade muito mais dada a relações e simultaneidades do que a linearidades e rupturas. A sociedade brasileira é pródiga em apresentar combinações e ligações que, à primeira vista, são inteiramente deslocadas, extemporâneas ou, até mesmo, impossíveis para quem as vê de fora.

No Brasil é mais comum alguém ser católico e umbandista, milionário e socialista, marxista e cristão, aristocrata e populista, *ao mesmo tempo*, do que situar-se em cada uma dessas categorias em momentos diferentes de sua existência.

O mesmo ocorre no plano da sociedade, onde se combinam, de forma teoricamente complexa, autoritarismo estatal, patronagem familística e um capitalismo moderno que opera eficientemente em muitas áreas. Geralmente, somos ideológicos e impessoais na *rua* (na esfera pública) e movidos pelo senso comum em *casa* (no âmbito privado), quando funcionamos governados por uma ética das relações pessoais e familiares.

O que é, porém, fascinante em tudo isso é não nos darmos conta das implicações sociais e políticas, ou da convivência, desses dois modos aparentemente avessos de conduta, ao

lermos ou interpretarmos a nossa realidade. Assim, não conseguimos perceber bem, até hoje, que o problema não é somente termos um capitalismo *selvagem* e autoritário, mas sobretudo vivermos numa sociedade em que, por um lado, há sistematicamente um relacionamento intenso e funcional entre um sistema de mercado acoplado a um aparato legal, fundado em leis universais e no indivíduo como sujeito, e por outro lado, há redes imperativas de relações pessoais que funcionam hierarquicamente, mantendo os velhos privilégios elitistas, a despeito dessa pretensa universalidade.

Talvez a dificuldade esteja em ver que há um sistema no qual as leis do mercado e as normas jurídicas tendem a regular apenas os atos daqueles que carecem de representatividade, por que não têm *nome*, relações influentes ou bens de família. A raiz do nosso autoritarismo, desse modo, estaria nessa simultaneidade ou nessa capacidade de associar as relações que se estabelecem por intermédio de laços de família, amizade e compadrio (e dos benefícios e trocas advindos daí) a um sistema de leis universais constantemente colocado em xeque pela lógica dos envolvimento pessoais.

É, portanto, esse quadro social tão múltiplo e contraditório que desafia os limites da razão alheia à ambivalência, que dá relevo à obra de Gilberto Freyre.

## Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Maitres et esclaves. Les Lettres Nouvelles*. Paris, v. 1, p. 107-108, mar. 1953.

FREYRE, Gilberto. *Insurgências e ressurgências atuais: Cruzamentos de sims e não num mundo em transição*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

\_\_\_\_\_. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

\_\_\_\_\_. *O mundo que o português criou*: aspecto das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e a colônia portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

\_\_\_\_\_. *New world in the tropics*: the culture of modern Brazil. New York: A. Knopf, 1959.

\_\_\_\_\_. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

---

# Comunicação: mediação, cultura, poder e cidadania

---

*OTAVIO José Klein\**

---

Buscar compreender a comunicação como um todo e, particularmente, os processos midiáticos exige, também, uma perspectiva abrangente e histórica do seu desenvolvimento. Olhar a comunicação numa sociedade mediatizada faz com que a vejamos como objeto pertinente a todas as áreas da atividade humana e a todas as disciplinas do conhecimento social. (Braga, 2004).

Neste capítulo serão compreendidos alguns aspectos históricos do fenômeno comunicacional a partir da mídia e dos processos que dela decorrem. É um desafio interdisciplinar, pois envolve a comunicação e a história.

Não se pode incorrer em erros do passado recente, onde a comunicação foi vista somente a partir dos meios, suas funções, suas mensagens e seus efeitos, como prevaleceu nos estudos funcionalistas. Tampouco cair na armadilha DE ENXERGAR a comunicação somente com uma concepção instrumental, onde todo o resto, seja efeito da dominação e das inovações tecnológicas, como ocorreu nos estudos que, entre

---

\* Formado em Filosofia, com mestrado em Ciências da Religião pela PUC/SP e Comunicação Social pela UESP de São Bernardo do Campo/SP e doutorando em Ciências da Comunicação na UNISINOS de São Leopoldo/RS. Professor no Instituto de Teologia de Passo Fundo e da Universidade de Passo Fundo.

nós, se contrapuseram à tendência hegemônica dos países mais industrializados.

Circulam muitos estudos sobre comunicação onde prevalece “o esvaziamento de sua especificidade histórica” (Martín-Barbero, 1997, p. 258-335), por isso essa preocupação neste capítulo.

Compreender o fenômeno comunicacional, exige a revisão de alguns aspectos da história da comunicação nos últimos anos no Brasil, utilizando conceitos importantes das ciências da comunicação, como os de mediação, cultura, poder e cidadania.

Diversos autores que tratam da história da comunicação acentuam a história dos meios, como nas obras de história da comunicação de Costella (2001) e Briggs/Burke (2004). O esforço desses autores se concentra nos meios, em detrimento dos processos de comunicação. Para compreender o fenômeno comunicacional não basta olhar para os meios, pois eles são importantes e possuem cada vez maior destaque nos fenômenos socioculturais, mas não comportam a totalidade. É necessário também compreender o que se passa nos grupos humanos, entre diferentes grupos culturais, nos aglomerados urbanos, principalmente a partir da mídia.

Martín-Barbero (1997), falando da importância da cultura, lembra de aspectos novos que ocorrem, ainda mais nos bairros urbanos que crescem nas periferias a partir da recente migração. Nesses locais de aglomeração urbana, onde reside muita gente, com poucos recursos financeiros, acontece muita novidade, que não somente dão nova configuração para as cidades, mas também para o fenômeno comunicacional.

## MEDIAÇÕES: OS MEDIA E OUTRAS INSTITUCIONALIDADES

Se por um lado a mídia cria realidade influenciando na vida das pessoas, conforme Silverstone (2002, p. 11-44), por outro lado há uma vida cultural e uma tradição que resiste no meio rural brasileiro e que se reconstrói em novos ambientes, especialmente nos centros urbanos. Independente ou apesar da mídia, a população cria novas instituições e transforma outras, que são mediadoras nesse fenômeno comunicacional que se complexifica cada vez mais na história recente.

As instituições humanas, enquanto criaturas da capacidade reflexiva dos homens, são instrumentos mediadores para a vida das pessoas. Toda institucionalidade humana, portanto, é mediadora. Uma das institucionalidades de destaque em nossos dias é a própria mídia, porém, outras tantas são também mediadoras no trânsito dos sentidos que existem entre as pessoas. Bergher e Luckmann (1985, p. 109) afirmam, em sua clássica obra, que a sociedade e sua institucionalização é produto humano e ali os papéis são desempenhados em nome da institucionalidade e como tal “aparecem como representações institucionais e mediações de conjuntos de conhecimento institucionalmente objetivados”.

Martín-Barbero (1997, p. 274) diz, que uma série de mediações existem e devem ser levadas em conta para compreender o que se passa no fenômeno comunicacional. São importantes a família, o novo papel da mulher, o próprio bairro como o grande mediador que se situa “entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade”. São importantes aspectos culturais as festas, a arte, as tradições étnicas.

Correia (2004, p. 13-40) fala de mediação social, cultural e lingüística. Para ele, somente o homem, com sua capacidade de refletir sobre a sua vida, é capaz de atribuir sentido ao mundo e ao que sua ação significa nele. Essa capacidade

humana é, portanto, construtora de mediação, que nada mais é do que “a negação do que é imediato”, ou seja, a natureza. Segundo ele, a mediação social se dá na “relação com o outro”, enquanto a dimensão cultural se dá “através da relação que o indivíduo estabelece consigo próprio através de formas culturais que é possível a definição da subjetividade. A dimensão reflexiva da consciência surge no interior de um mundo estruturado pela cultura”.

A mediação lingüística diz respeito à linguagem como “meio em que surge todo o pensamento e fora do qual não há pura e simplesmente pensamento”. A linguagem torna-se o medium que torna possível a identidade, a intersubjetividade, a socialização e a transmissão geracional.

Olhar a história da comunicação com atenção ao que Martín-Barbero considera como mediações, faz com que não se perca de vista toda a realidade social, onde acontece a comunicação, que por sua vez, também é mediadora para o que acontece, como processos midiáticos a partir dos meios de comunicação.

O conceito de mediação nos possibilita uma compreensão mais abrangente do comunicacional, faz com que possamos olhá-lo numa perspectiva mais totalizante, sem deixar de lado os meios, suas funções, suas mensagens e seus efeitos, porém sem deixar de compreender o seu poder, tanto político como econômico, mas compreendê-los também enquanto parte de um processo social onde existem outras mediações que vão contribuir para recriar o que acontece na mídia e vão contribuir para recriar a própria mídia.

A história da comunicação coincide com a história da humanidade e com a história das diferentes mediações criadas pelos homens. O ser humano com a capacidade de refletir sobre a sua prática, criou diversos modos e instrumentos para se comunicar, aperfeiçoando-os até os nossos dias.

Desde os primeiros sinais, desenhos, gritos e mais tarde com a CONSTITUIÇÃO de sistemas de linguagens mais comple-

xos, os homens e mulheres se comunicam para poder criar e recriar as condições de vida na sua relação com a natureza e outros grupos humanos.

A retórica e mais tarde a imprensa foram marcos significativos, mas foi a partir do século XIX que os meios elétricos e eletrônicos possibilitaram a comunicação imaterial. (Canclini, 2003, p. 283-350). Elas foram criadas para mediar e acelerar a circulação da informação, De seus sentidos pelo mundo ao alcance da humanidade, porém elas não podem ser vistas como soberanas, ou como condutoras da história. Muita coisa acontece na sociedade sem que seja mediada pela mídia, mas é mediada por tantas outras criações humanas.

Os meios de comunicação criados pelo homem para se comunicar e superar distâncias são vistos por McLuhan (Silverstone apud MCLUHAN, p. 15) como “extensões do homem, como próteses, que aumentam o poder e a influência”. Foi através deles que a humanidade venceu barreiras, até então intransponíveis para se comunicar e comunicar algo de qualquer parte do planeta. As extensões humanas para a comunicação aumentaram consideravelmente a capacidade de comunicação do ser humano nos últimos tempos. Elas ajudam estender a comunicação para além-fronteiras, para onde o homem não consegue se deslocar tão facilmente.

Para Canclini (2003, p. 289), “a mídia se transformou até certo ponto, na grande mediadora e mediatizadora e, portanto, em substituta de outras interações coletivas”. Isso se deu, principalmente, devido a fragilização das relações nas cidades, que fazem com que a vida se transforme em relações mais restritas, onde elas possam ser mais confiáveis. Assim, a mídia passa a satisfazer necessidades, antes satisfeitas com o contato social, ou seja, ela leva até as casas a informação e o entretenimento que antes era conseguido na interação comunitária. Nos encontramos numa fase em que a mídia cria ambiências, modificando a realidade.

de. As suas tecnologias passam a ser mediação importante, constituindo interação.

Para Silverstone (apud MCLUHAN, p. 33), “a mediação implica o movimento de significação de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro. [...] A circulação de significado, que é a mediação”. Com a presença da mídia os significados se movem mais rapidamente do público para o privado, do institucional para o individual, do globalizador para o local e pessoal e vice-versa. Nesse sentido, a mediação envolve instituições, grupos e tecnologias.

A mídia, enquanto instituição produz institucionalmente o significado, ela impõe suas formas de trabalho, cria uma nova realidade mediada, porém, diz ele que “todos nós somos mediadores, e os significados que criamos são, eles próprios, nômades”.<sup>1</sup>

Na internet, apesar de alguns pregarem a ausência da mediação (VAZ, n. 16, 2001), existem inúmeras delas, certamente, mais hoje, do que quando do seu surgimento. Existem mediações para o acesso, que são principalmente os filtros. Existem também as mediações para se fazer ouvir. Como promessa de espaço de libertação, a Internet não conseguiu realizá-la, pois só conseguem se fazer ouvir os que têm credibilidade, ou se utilizam dos outros, especialmente de nomes famosos, o que é possível pelo anonimato que a internet possibilita. Com a disponibilidade das tecnologias para a recepção, todos podem ficar sabendo o que é jogado na mídia, mas alguns limites ainda persistem, entre eles, os canais pagos que afastam a maioria, e a distância cognitiva que afasta outros.

A história da comunicação humana é a história das mediações criadas pelos homens e mulheres para estabelecer as suas relações e contatos. São criaturas humanas a serviço do humano. Enquanto isso for consciência das pessoas, não

---

<sup>1</sup> Ibid., p. 42.

haverá dominação total de uma ou outra instituição, nem da mídia.

## UMA NAÇÃO CULTURALMENTE PLURAL

A cultura brasileira como um todo e a diversidade cultural existente em nosso país têm sido uma das marcas dos produtos midiáticos brasileiros, influenciando cada vez mais a consolidação desses produtos no mercado internacional. A cultura brasileira não é o único fator de sucesso dos produtos midiáticos nacionais, mas é um importante contributo.

Com os recentes fenômenos socioculturais decorrentes dos últimos acontecimentos econômicos e políticos “todas as culturas são de fronteira [...] assim elas perdem a relação exclusiva com o seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento”. (CANCLINI, 2003, p. 348). O mesmo pensamento, também, encontramos em Santos (2002), quando afirma que em nossos dias a cultura popular deixa de estar contornada numa geografia restritiva. Ele vai além, dizendo que a cultura, marca de um grupo humano, em determinadas partes do mundo, pode ser difundido e estar presente em diversos lugares através de uma aparelhagem tecnocrônica multiplicadora. Cria-se, assim, diz ele, uma cultura popular de massas.

Canclini (2003) diz que, historicamente, tiveram destaque, nas ciências sociais, questões de cultura e de hibridação, mas que diante de fenômenos recentes, eles tomam cada vez maior importância. São diversos os fatores que influenciaram nessas mudanças recentes. A mídia como produtora e veiculadora de produtos culturais oferecendo-os para o consumo de massa contribui significativamente para a sua diluição, homogeneização ou hibridação. O que antes era experiência de vida de grupos humanos específicos, agora passa a ser experimentado enquanto consumo, algo passageiro e descartável pela audiência massiva.

Está em andamento um processo de homogeneização, no qual a mídia possui uma boa parcela de contribuição, mas não a mais significativa. A ideologia do mercado, onde tudo vira mercado ou mercadoria, é a principal causa das mudanças culturais. A contribuição da mídia se dá principalmente através da publicidade, que possibilita esse acoplamento. (LUHMANN, 2002).

## ONDE ESTÁ O PODER DA COMUNICAÇÃO?

Os paradigmas clássicos que explicaram a dominação são incapazes de dar conta da disseminação dos centros, da multipolaridade das iniciativas sociais, da pluralidade das referências hoje existentes. Para Cancilini (2003, p. 346), o poder não pode ser visto somente como um instrumento de dominação nas mãos daqueles que se apoderam do Estado ou de outras instituições para dominar. O poder é mais do que isso. Ele é uma força que não está somente presente nos instrumentos tradicionais, ele se multiplica a partir das novas institucionalidades criadas pelo ser humano. Cancilini (2003, p. 346) diz que “o poder não funcionaria se fosse exercido unicamente por burgueses sobre proletários, por brancos sobre indígenas, por pais sobre os filhos, pela mídia sobre receptores”. Há, sim, um entrelaçamento das diferentes instâncias e por isso alcançam eficácia potencializando-se. “O que lhes dá sua eficácia é a obliquidade que se estabelece na trama”.

Em outras palavras, todos temos poder, porque temos a capacidade de criar mediações para mudar os significados que a mídia apresenta ou que circulam através das diferentes instituições.

Na história brasileira recente, especialmente a partir dos processos de abertura democrática, nos anos de 1970 e 1980 do século passado, há uma disputa pelo controle dos canais de comunicação, especialmente aqueles concedidos

pelo Estado. Por um lado, estão os que detêm boa parte dos meios, portanto, do poder na comunicação, por serem donos das empresas de comunicação e, por outro, as organizações da sociedade civil que, em sua maioria, foram preteridas nas concessões de canais de comunicação.

As estruturas midiáticas brasileiras, desde a constituição da imprensa, do rádio e da televisão, estão concentradas em mãos de poucas pessoas. Esse é o principal motivo pelo qual a sociedade civil luta por mudanças na legislação. Com a participação de entidades e movimentos sociais a luta é por uma verdadeira reforma agrária no ar.

No Brasil, pode-se falar em processos midiáticos a partir da chegada dos primeiros jornais que eram impressos no império. Era proibido fazer e distribuir jornais. Os primeiros impressos brasileiros autorizados surgiram com a proclamação da independência do Brasil. Eles tinham circulação restrita, devido ao grande número de analfabetos e a precariedade do transporte para o interior do país. Ler jornal foi, desde o início, um privilégio das elites.

O rádio surge em 1922 e por pouco tempo funcionou como um serviço mantido e organizado por clubes de sócios com finalidades sociais e culturais. Na década seguinte, o rádio se tornaria comercial e, portanto, passando a ser um negócio empresarial. Nos moldes do rádio surge a televisão em 1950. Ela já nasce comercial e de propriedade do grupo Diários e Associados de Assis Chateaubriand, que dominava as comunicações naquela época, tanto em rádio como em jornal. Quando esse grupo perde o domínio comunicacional brasileiro, surgem as Organizações Globo, que até hoje monopolizam a produção e comercialização de produtos midiáticos em nosso país. Outros grupos menores, menos de dez, junto com a Globo, são responsáveis por mais de 90% da comunicação midiática no Brasil.

Essa tendência da comunicação comercial e privada foi gerando as políticas em nosso país. Durante o regime militar os grupos dominantes associaram-se aos militares e grupos

estrangeiros, fortalecendo a sua perspectiva comunicacional.

Porém, com a abertura democrática no país e o retorno das eleições diretas, principalmente por pressão da sociedade, foi definida a Assembléia Constituinte, que na verdade foi um Congresso Constituinte para a elaboração de nova Constituição Federal. Nos debates que vinham sendo realizados nas poucas instituições que sobreviveram aos governos militares, não desapareceu o sonho por democracia ampla na sociedade, mas que também envolvesse os meios de comunicação. Esse sonho, suscitou a busca de alternativas ao modelo comunicacional brasileiro.

Fruto de um esforço conjugado de diversas organizações e movimentos sociais, surge nos anos de 1970 e se institui nos anos de 1980 o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC. A partir de situações locais, mas também das contribuições da Unesco para as políticas de comunicação nos países membros da ONU, o FNDC passou a influir nos debates da sociedade civil, mas também do Congresso Nacional. A contribuição mais significativa do FNDC foi durante o processo constituinte de 1988, onde, por sua influência, pela primeira vez na história, a comunicação se tornou tema de um capítulo especial na Constituição Brasileira. Trata-se do capítulo V – Da ordem social. São cinco artigos que definem o que deveria ser regulamentado e implementado em matéria de comunicação.

O que aconteceu depois disso? Amorim (1995) fazendo um balanço da atuação do Congresso Nacional na aprovação de leis sobre políticas de comunicação, no período de cinco anos após a promulgação da Constituição, diz que houve uma paralisia do congresso. Praticamente não regulamentou nada, ao mesmo tempo em que foram apresentadas sugestões para a reforma de todos os artigos aprovados. Isso aconteceu, segundo o autor, porque um significativo número de parlamentares são empresários das comunicações e outro grande número estão aliados com o empresariado do setor.

Portanto, apesar da Constituição cidadã, ainda subsiste o modelo comunicacional gestado em tempos de pouca ou quase nenhuma cidadania.

As possibilidades de uma política de comunicação, voltada para a cidadania, eram muito promissoras com a Constituição Federal de 1988, porém a quase total paralisação do Congresso Nacional frustrou boa parte do sonho da sociedade civil brasileira. Apesar disso, com muita articulação social e pressão no Congresso, aconteceram alguns avanços significativos nas políticas de comunicação, entre eles, a criação e o funcionamento do Conselho de Comunicação Social, a regulamentação da TV a cabo e a regulamentação da radiodifusão comunitária.

A criação do Conselho de Comunicação Social consta no artigo 224 da Constituição de 1988. Ele foi regulamentado em 1991, mas só foi instalado em 2002. Apesar de sua regulamentação pouco levar em conta as propostas do FNDC, o conselho é hoje um dos poucos espaços para o debate público das questões da comunicação em nosso país. Ele é composto por representantes das empresas de rádio, de televisão e da imprensa escrita; representantes das categorias dos profissionais jornalistas, radialistas, artistas, cinema e vídeo; um engenheiro com notórios conhecimentos na área da comunicação social e cinco representantes da sociedade civil. Suas reuniões são mensais e são veiculadas pela TV Câmara, um dos canais previstos pela lei de cabo-difusão.

A lei de cabo-difusão da televisão brasileira foi aprovada em 1994 e sancionada pelo Presidente da República no início de 1995. É considerada uma das mais avançadas do mundo, porque entre outras coisas, prevê a liberação de diversos canais gratuitos nas cidades onde existem operadoras de TV a cabo.

No artigo 23 a lei nº 8.977 de 06/01/1995 prevê que as operadoras de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverão tornar disponíveis, gratuitamente, canais

para as seguintes destinações: um canal para o legislativo municipal/estadual para uso compartilhado; um canal para a Câmara dos Deputados; um canal para o Senado Federal; um canal universitário; um canal educativo-cultural; um canal comunitário “aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos”. Em algumas cidades, onde existem operadoras de TV a Cabo, nem todos os canais estão sendo utilizados.

O terceiro avanço, em torno do qual estão acontecendo ainda calorosos debates, foi a regulamentação das rádios comunitárias. A expectativa da sociedade civil era de que essa lei viesse regulamentar a democratização da radiodifusão, dando espaço para que as comunidades e organizações da sociedade civil também tivessem acesso ao uso das ondas eletromagnéticas. No ano da aprovação da lei já eram muitas as emissoras que funcionavam sem regulamentação. A lei chegou, mas não conseguiu modificar essa situação. Algumas emissoras foram legalizadas, mas muitas outras surgiram e continuam operando na ilegalidade. O FNDC que muito se empenhou para a efetivação de uma regulamentação favorável para as comunidades, teve mais uma vez suas aspirações frustradas, especialmente, quando viu aprovada uma legislação que é muito mais restritiva ao funcionamento de uma emissora comunitária do que incentivadora de uma alternativa.

Por que tanta dificuldade para garantir a participação da sociedade na formulação de políticas de comunicação? Isso decorre, principalmente pela sua exclusão da comunicação midiática neste país. Segundo alguns autores, os meios de comunicação são vistos também como instrumentos de poder e influência, através dos quais os detentores desses instrumentos possuem poderosas extensões que são utilizadas para diversos fins, tais como educacionais, políticos, econômicos, entre outros.

Os meios de comunicação conferem poder aos seus detentores. Com os modernos meios de comunicação nas mãos

são criadas imagens, narrativas, espetáculos, discursos, que segundo Kellner (2001, p. 295-334) constituem a cultura da mídia que “tende a construir identidades e posições de sujeito convidando os indivíduos a identificarem-se com figuras, imagens ou posturas (...)”. O autor se refere à cultura da mídia analisando a construção da identidade pós-moderna e o papel que a televisão tem nisso. Ele conclui que “parecem exageradas as afirmações pós-modernas referentes à completa dissolução do sujeito na cultura contemporânea”.

O que acontece é que a cultura da mídia fornece aos indivíduos de nossa época “imagens daquilo que é apropriado em termos de modelos sociais, comportamentos sexuais, estilo e aparência”. Ela fornece recursos para a formação de identidades e apresenta novas formas de identidade nas quais a aparência, o jeito de ser e a imagem substituem coisas como a ação e o compromisso na constituição da identidade. “Hoje em dia, porém, ela é aquilo que se aparenta, a imagem, o estilo e o jeito como a pessoa se apresenta. E é a cultura da mídia que cada vez mais fornece material e recursos para a constituição das identidades”.

Ianni (2001, p. 141-166), em seu texto, referindo-se a Maquiavel, fala do príncipe eletrônico como instância organizadora, acima do estado que globaliza, amplia o espaço público, cria novas territorialidades e passa a influenciar as demais instâncias.

Além disso, precisamos ter claro de que em uma economia capitalista, os meios de comunicação são também *próteses* do mercado em geral, mas também do mercado comunicacional. Eles são grandes aliados no mundo dos negócios, o que pode ser definido como acoplamento com o campo da economia.<sup>2</sup> O que vemos hoje é uma simbiose entre o mercado e os meios de comunicação. Assim, o que surgiu para ampliar a capacidade comunicacional da humanidade é utilizado, hoje principalmente, para implementar negócios

---

<sup>2</sup> Conforme Luhmann, *op. cit.*

de empresas que se constituíram nesse setor. Elas são mais empresas de negócio, do que de comunicação.

Os produtos da mídia, entre eles a informação, são mercadorias que os consumidores podem acessar. A informação é resultado de um processo de produção. Isso se dá a partir da escolha que alguém faz sobre o que noticiar, do enquadramento ou do enfoque que é dado, da forma que lhe é dada e do texto que é produzido. A informação produzida é sempre uma representação de algo que existiu, com uma determinada maquiagem que a torna espetacular para ser vista, ouvida, ou lida. (COHN, 2001, p. 41-51).

Além desse embate pelo poder de controlar canais de rádio e de televisão, enfim, por mais democracia no espaço eletromagnético, existe também uma grande assimetria de poder nas relações que se estabelecem com a mídia. De maneira geral, o que impede o acesso à mídia é a falta de conhecimento, especialmente diante da complexificação ou da imaterialidade da comunicação. Muitas pessoas não conseguem utilizar programas de computadores, controles-remoto, manejar bancos de dados, o que impede a liberdade de acesso diante do que é oferecido. Boa parte, dos que têm acesso, só conseguem fazê-lo para consumir o que já vem pronto.

Outro aspecto importante é que encontra-se em vertiginosa queda a capacidade de participação das pessoas, o que diminui a capacidade de servir-se de mediações mais presentes em comunidades organizadas e integradas onde existe a valorização da subjetividade humana. Quanto mais diminui sua sociabilidade, menos resistências existem diante dos que detêm o poder na mídia. Vaz (2001, p. 46) concorda com isso quando afirma que “toda tecnologia privilegia alguns segmentos sociais em detrimento de outros”.

## COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

Estabelecer relação entre comunicação e poder remete, necessariamente, à cidadania, às políticas de comunicação e ao modelo de comunicação no país. As políticas precisam levar em conta os anseios da sociedade não somente os de alguns grupos. No modelo de comunicação não pode prevalecer o lucro, o consumo e a concentração de poder.

A cidadania não se ganha, ela implica ação e participação. A cidadania se constrói, se conquista. As políticas de comunicação são importantes e podem facilitar o acesso de todos, aos bens e serviços da comunicação, o que é um facilitador importante na construção da cidadania. Uma política de comunicação, que de forma democrática, possibilita o acesso a todos, necessariamente, vai modificando o modelo de comunicação.

Na história brasileira recente são diversas as práticas de comunicação alternativa e comunitária. Alternativa é aquela que é realizada com a finalidade principal de oferecer algo diferente do que está sendo proposto hegemonicamente. No Brasil existiram e existem diversas práticas de comunicação alternativa. A maior expressão desse tipo de comunicação jornalística foi o jornal *O Pasquim*. Ele foi um canal alternativo de comunicação durante o regime militar, foi diversas vezes censurado, fechou e atualmente voltou a circular novamente. No auge, ele era um espaço alternativo para os jornalistas, ao mesmo tempo que era uma leitura alternativa aos grandes jornais.

A comunicação comunitária também pode ser considerada alternativa, porém sua característica principal é o comunitário. É aquela que acontece na comunidade a partir da comunidade. Trata-se da comunicação interna e da comunicação externa de uma comunidade ou organização social.

A comunicação interna se dá pelos contatos, visitas, cartas, cartazes, telefonemas, reuniões, assembléias, internet

e outras formas escolhidas pelas pessoas para viabilizar a convivência comunitária.

A comunicação externa se dá normalmente pelo uso dos tradicionais meios de comunicação, o jornal, o rádio e a televisão, mas também pela participação em eventos e atividades supra-comunitários.

A articulação entre comunidades e organizações populares é um dos espaços privilegiados de comunicação. A articulação mais expressiva e muito importante para a comunicação social entre organizações sociais no mundo é o Fórum Social Mundial. Trata-se de um espaço privilegiado para a construção e a reafirmação da cidadania no mundo.

Nas organizações da sociedade civil brasileira existem ricas experiências de comunicação. Algumas delas, que articulam práticas comunicacionais com o vídeo, foram descritas por Souza (1995, p. 23-26) e por Santoro (1989). Uma nova forma de associativismo, no Brasil, é aquele que reúne e articula as práticas das rádios comunitárias. São associações que ajudam as comunidades organizar, manter e fazer funcionar o serviço de radiodifusão comunitária.

Também são diversas as organizações populares que utilizam os instrumentos de comunicação para a realização de seus objetivos sociais, políticos e culturais. Os estudos que analisam a comunicação nos movimentos sociais populares são principalmente os de Peruzzo (1998) e Cogo (1998). Segundo as autoras, as principais limitações do processo comunicacional nos movimentos sociais são os seguintes: abrangência reduzida, inadequação dos meios, uso restrito dos veículos, pouca variedade, falta de competência técnica, conteúdo mal explorado, instrumentalização, carência de recursos financeiros, uso emergencial, ingerências políticas e participação desigual.

São destaques também os aspectos positivos, fazendo com que contribuam, segundo Peruzzo, “para uma comunicação popular realmente útil ao processo de educação para

a cidadania, encerrando um significado político inovador”. Como aspectos positivos, destacam-se os seguintes, na prática da comunicação popular: diversificação dos instrumentos, apropriação de meios e técnicas, conquista de espaços, conteúdo crítico, autonomia institucional, articulação da cultura, reelaboração de valores, formação de identidades, mentalidade de serviço, preservação da memória, democratização dos meios e conquista da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teve-se cuidado ao estudar o fenômeno comunicacional numa perspectiva histórica, primeiramente, procurou-se não cair numa visão parcializada, o que é comum nos estudos da história da comunicação, que trata os meios como o centro. O segundo cuidado foi o de não incorrer no erro de ver uma simples instrumentalização dos meios na perspectiva de intentos ideológico-instrumentais. Cuidou-se, especialmente de quando se analisa as mediações e a questão da cultura, para que não prevalecesse simplesmente o mais notado por diversos autores, ou seja, os meios ou a cultura veiculada pelos meios, a cultura de massa. As mediações, na maioria, são culturais, são criações humanas, que, inclusive, dificultam intentos de hegemonizar aspectos culturais exógenos através da mídia. O poder da comunicação encontra-se contido, em grande parte, pela capacidade reflexiva do ser humano, que cria mediações institucionais em diferentes culturas.

Não foi esquecido de apontar um crescente fenômeno, que é a presença da tecnologia, também no campo da comunicação, que, de uma maneira ou outra, está presente na vida das pessoas. Para alguns, isso acontece ainda de forma muito incipiente, mas, para outros, os modernos aparatos tecnológicos de comunicação já fazem parte do dia-a-dia. Destacou-se também que num ambiente em que as fronteiras

entre nações e culturas são fragilizadas, “os novos recursos tecnológicos não são neutros, nem tampouco onipotentes. Sua simples inovação formal implica mudanças culturais, mas o significado final depende dos usos que lhes atribuem diversos agentes”. (CANCLINI, 2003, p. 307).

Portanto, conceber a mídia onipotente é um erro, a partir do qual já foram feitas muitas análises parciais do fenômeno comunicacional. A mídia deve ser vista como uma das instituições, certamente com o destaque que ela tem em nossos dias. Existem outras instâncias de poder e mediação, que vistas positivamente (MACHADO, 1979), contribuem para as condições de sociabilidade e cidadania.

Para finalizar, há dois desafios que, de certa forma, dizem respeito a todos nós. Um deles, é a criação de instrumentos para a formação das pessoas, para a utilização dos modernos meios de comunicação. É preciso aprender a utilizar, a ver e saber lidar com essa nova realidade. A maioria das pessoas não se dá conta do fenômeno social que está em andamento. Outro desafio é a formação de novos profissionais que, segundo Soares (1995, p. 101-114), além de se apropriarem do conhecimento indispensável para o bom aproveitamento dos recursos disponíveis, sobre o manejo das tecnologias da comunicação, sejam capacitados com uma visão abrangente da natureza dos fenômenos sociais, sendo-lhe oferecidos instrumentos teóricos e metodológicos, assim como conhecimentos técnicos apropriados para a compreensão das relações básicas entre o homem e sua cultura e a instrumentalização para a sua intervenção na realidade.

## Referências bibliográficas

AMORIM, José Salomão. Políticas de comunicação: a paralisia legislativa. In: DIDONÉ, Iraci Maria; MENEZES, José Eugênio (Org.). *Comunicação e política: a ação conjunta das ONGs*. São Paulo: Paulinas, 1995.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade objetiva. In: \_\_\_\_\_. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 69-142

BOURDIEU, Pierre. Sobre o campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. In: ENCONTRO ANUAL GRUPO DE TRABALHO DE EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO COMPÔS, 13, 2004, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo, 2004, p. 18.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 283-350.

\_\_\_\_\_. As culturas híbridas em tempos de globalização. In: \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 17-43.

COGO, Denise Maria. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.

COHN, Gabriel. O campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luís Aidar; PORTO, Sérgio Dayrell, (Org.). *Campo da comunicação: caracterizações, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: UFPB, 2001. p. 41-51.

CORREIA, João Carlos. Mediação, cultura e sociabilidade. In: \_\_\_\_\_. *Comunicação e Cidadania*. Lisboa: Horizontes, 2004. p. 13-40.

COSTELLA, Antonio. *Comunicação – do grito ao satélite*. 4. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2001.

GOMES, Pedro Gilberto. Os processos midiáticos como objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_. *Tópicos da teoria da comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. p. 18-33.

GOMES, Wilson. O estado da arte dos cursos brasileiros de pós-graduação em comunicação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 121-137, 2000.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. In: \_\_\_\_\_. *Enigmas da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-166.

KELLNER, Douglas. Televisão, propaganda e construção da identidade pós-moderna. In: \_\_\_\_\_. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 295-334.

LECLERC, Gérard. *A sociedade de comunicação – Uma abordagem sociológica e crítica*. Lisboa: Piaget, 2000.

LUHMANN, Niclas. Acoplamentos. In: \_\_\_\_\_. *La Realidad de los medios de masas*. Madrid: Anthropos, 2002. p. 93-103.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 1-21.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Os métodos: dos meios às mediações. In: \_\_\_\_\_. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. p. 258-335.

MARTINO, Luís Cláudio. História e identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação do campo comunicacional. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 12, 2004, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo, 2004. p. 18.

MATTELART, Armand. A implantação e o discurso dos fins. In: \_\_\_\_\_. *História da utopia planetária*. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 342-359.

MENEZES, José Eugênio. *Comunicação e política – A ação conjunta das ONGs*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 37-53.

PERUZZO, Cícília Maria K. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Adriano. A emergência dos campos sociais. In: REVAN, Raimundo Santana (Org.). *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. Teresina: UDPi, 2000. p. 189-198.

\_\_\_\_\_. O discurso dos media. In: \_\_\_\_\_. *O discurso mediático*. Lisboa: 1996. p. 33-45. (Mimeo).

RUIZ, Castor. O Ethos social e a legitimação simbólica do poder. In: \_\_\_\_\_. *Os labirintos do poder*. Porto Alegre: Escritos, 2004. p. 41-89.

SANTAELLA, Lúcia. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Comunicação & Semiótica*. São Paulo: Hacker, 2004. p. 1-17.

SANTORO, Luiz Fernando. *A Imagem nas mãos* – o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

SANTOS, Milton. O lugar do cotidiano. In: \_\_\_\_\_. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 313-340.

SANTOS, Reinaldo. *Vade-Mécum da Comunicação*. 12. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 1998.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002. p. 11-44.

SOARES, Ismar de Oliveira. Um desafio para as ONGs: a gestão dos processos comunicacionais. In: DIDONÉ, Iraci Maria; MENEZES, José Eugênio. *Comunicação e política* – A ação conjunta das ONGs. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 101-114.

SODRÉ, Muniz. O ethos midiático. In: \_\_\_\_\_. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-82.

SOUZA, Marcio Vieira. Política de comunicação das ONGs: o fenômeno das redes. In: Didoné, Iraci Maria; MENEZES, José Eugênio. *Comunicação e política* – A ação conjunta das ONGs. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 23-36.

VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. *Revista da Famecos*, Porto Alegre, n. 16, p. 45-58, 2001.



Parte

II

# Gênero e movimentos sociais





# Gênero, trabalho e família

---

*Elisabeth Nunes Maciel\**

---

## Introdução

Desenvolver a sensibilidade para as relações de gênero e estar atento para as metamorfoses que ocorrem no dia-a-dia é um desafio constante. Despertos para essas mudanças, muitos estudiosos vêm discutindo, já há algumas décadas deste século, a problemática das *relações sociais entre os sexos*, o que pode-se chamar de *a construção das relações de gênero* inseridas no mundo capitalista.

Dentro das várias possibilidades que o tema sugere, neste capítulo serão discutidas algumas questões gerais relativas à constituição de gênero entre autores clássicos, ligando os gêneros à esfera da família e à do trabalho. Ao refletir esse tema, deve-se obrigatoriamente reprisar assuntos como a divisão sexual do trabalho, espaço privado *vs.* espaço público e/ou espaço reprodutivo e produtivo, discriminação e segmentação do trabalho feminino, mão-de-obra excedente, relações familiares, jurídicas etc. Como pano de fundo dessa discussão, ou melhor, no seu próprio cerne, encontra-se o modo de produção capitalista e, acoplado a este, o sistema do patriarcado que tanto marcou e marca nosso cotidiano.

---

\* Professora da Universidade de Passo Fundo, mestre em Ciências Sociais Aplicadas à Educação.

O fio condutor desta análise será a discussão sobre a inserção e a segregação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, visando compreender as razões que levam as mulheres viverem num quadro de desigualdade no campo profissional e social. Quando a discriminação ocorre, como ela se mantém e se reproduz? Quais os entraves que dificultam ou impedem as mulheres de se dedicarem integralmente ao trabalho? Serão questões de ordem cultural, familiar ou de classe? Como fica a dinâmica familiar após a saída da mulher para o mercado produtivo? Surgem alterações na vida dos casais? E os filhos? Como estão após a entrada da mulher no espaço produtivo?

## MULHER/TRABALHO: O APRENDIZADO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Quando se analisa e discute a *mulher*, precisa-se saber de qual *mulher* estamos falando, pois a condição de classe é fundamental para se pensar a condição feminina em qualquer momento e espaço histórico. Os estudos mostram que a mulher pobre sempre trabalhou, antes, durante e depois da Revolução Industrial. Embora cercada de uma moralidade oficial que condenava a *mulher que tornava-se pública*, ou seja, que estava *nas ruas*, pois elas tinham que trabalhar e passar pelas *ruas*, por conta do salário minguaado e irregular dos maridos ou pela falta de emprego para eles. As mulheres deveriam estar trabalhando na esfera privada, porém as mulheres pobres trabalhavam nas tarefas femininas caseiras tradicionais e ainda como lavadeiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, doceiras entre outras.

A norma oficial ditava que a mulher *direita e de família* devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto que os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar

a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite e, muitas vezes, espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre burgueses e pobres. (FONSECA, 1997).

A Revolução Industrial se constituiu num marco importante pelas mudanças socioeconômicas que trouxe para a sociedade capitalista, no sentido de consolidá-la. Foi marcante também para a população feminina carente que passou a vender sua força de trabalho nas centenas de fábricas que se espalhavam pela Europa, numa condição de grande exploração, não poucas vezes, acompanhadas de seus filhos de cinco, sete, dez anos de idade.

O capitalismo, caracterizado pelo mundo urbano industrial, trouxe a divisão social e sexual do trabalho, não só fragmentando as atividades como introduzindo dois âmbitos diferenciados: o espaço privado, da família, reservado às mulheres (trabalho doméstico) e o espaço público destinado aos homens (trabalho remunerado). A ideologia vigente pregava que as mulheres deveriam dedicar-se ao ambiente do lar, cuidar dos filhos e do marido. (SAFFIOTI, 1986).

Contudo, esse ideal difundido pelas classes abastadas burguesas e, mais adiante, também defendido pela classe média, não se fez presente no cotidiano das famílias pobres. A participação feminina na produção industrial da Europa do século XIX foi muito significativa, ainda que representassem um contingente reduzido em relação ao total da população feminina, porém eram a maioria nas fábricas em relação ao contingente masculino, principalmente nas indústrias têxteis.

No Brasil, a industrialização teve início no nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX, especialmente, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia, e deslocou-se progressivamente para a região sudeste. Na passagem do século, o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920.

De um modo geral, um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem e estavam ausentes em setores como metalurgia, calçados e mobiliário, espaços esses masculinos. Em 1894, dos 5.019 operários empregados nos estabelecimentos industriais localizados em São Paulo, 840 eram do sexo feminino e 710 eram menores. Na indústria têxtil, encontravam-se 569 mulheres, o que equivalia a 67,62% da mão-de-obra feminina empregada nesses estabelecimentos fabris. Em 1901, também em São Paulo, constava que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto que as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças. (RAGO, 1997).

Denunciando a exploração do trabalho na Fábrica de Fiação de Algodão Pedro Stéphan, do Bosque da Saúde, na capital paulista, o jornal operário *A Plebe*, de 25 de setembro de 1919, informava que, dos 200 empregados, 16 eram do sexo masculino, ao passo que 180 eram moças e crianças, algumas com apenas 7 anos de idade. (RAGO, 1997).

No Rio Grande do Sul em 1900 cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em *serviços domésticos*, mas sua atuação era também importante nas *artes e ofícios* (41,6%), na indústria manufatureira (46%) e no setor agrícola. No censo de 1920, da população economicamente ativa (PEA) em Porto Alegre, 49,4% constavam como feminina. Na indústria, as mulheres ocupavam 28,4% das vagas no estado e 29,95% na capital. (FONSECA, 1997).

Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continua a ser considerado como mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos nem nome merecia, era ocultado, minimizado em conceitos gerais como *serviços domésticos* ou *trabalho honesto*.

Independente de grupo social, as mulheres eram tuteladas como *oficialmente incapazes*, tanto aquelas que trabalhavam remuneradas, como aquelas que o faziam gratuitamente, *no lar*, dependiam da *concessão* de seus pais ou de seus maridos: “as mulheres não tinham [juridicamente] direito de administrar propriedades e deviam ter permissão expressa da autoridade masculina [pai ou marido] para exercer um ofício ou profissão.” (YANNOULAS, 1992, p. 148).

Nesse sentido, a industrialização aceitou e explorou o trabalho feminino, porém não introduziu transformações, no que diz respeito às relações jurídico-econômicas entre homens e mulheres. Por outro lado, outras transformações decorrentes dessa realidade surgiram rapidamente, superando instituições, valores novos e antigos, mesclando interesses diversos e contraditórios. Esse contexto complexo foi o marco no qual teve lugar uma progressiva agudização das contradições entre homens e mulheres.

Através de vários instrumentos como jornais, revistas e cinemas, se afirmava a importância da mulher em cumprir sua função social, qual seja gerar, parir e criar e, portanto, fixar-se naquele que deve ser seu espaço: o lar. Ao homem atribuiu-se a tarefa de trabalhar e prover a família. Assim, por exemplo, se em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%. (RAGO, 1997). Num sistema capitalista onde o poder econômico e político é masculino, a cultura acaba reproduzindo o discurso da dominação masculina da submissão e inferioridade feminina.

Do século XIX até meados do XX, a industrialização tendeu a colocar o *matrimônio* e a *família* no centro da trajetória feminina, caracterizando-se o trabalho assalariado apenas como uma fase passageira da vida das mulheres. O trabalho feminino remunerado foi concebido como *trabalho de moças solteiras e pobres* e, para a classe média, houveram poucos casos como esse. Pequenos avanços e recuos caracterizaram

esse período, considerado um tanto sombrio para as mulheres. (YANNOULAS, 1992).

Ao mesmo tempo, várias e novas possibilidades se abriram, como a organização coletiva (separada dos homens) em defesa de seus interesses, mais acesso e melhor instrução feminina, uma vez que as mulheres deviam desempenhar novas funções. As primeiras defensoras dos direitos da mulher no Brasil viam a educação como uma chave para a emancipação feminina e a melhoria de *status*. Em 1853, Nísia Floresta, professora, autodidata, uma voz feminina revolucionária, num dos seus vários escritos perturbaria a sociedade brasileira ao denunciar a condição de submissão em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada. (LOURO, 1997).

Enquanto as mulheres com alguma escolarização e mobilização social reivindicam educação, de outro lado da tribuna, os homens tentam explicar as razões da estratificação social e a discriminação que sofrem as mulheres. Uma das teses vem da *biologia social*, onde os partidários defendem que as explicações possíveis para diferentes formas de inserção social têm a ver com a natureza (biologia). O ponto de discussão dessa tese está em saber se as diferenças comportamentais verificadas entre homens e mulheres são determinadas pela *natureza* (biológico) ou pela *cultura* (sociedade). A biologia social parte da suposição de que o comportamento humano resulta de características biológicas dos indivíduos (tais como crânio ou natureza das células reprodutivas, por exemplo), nesse sentido, a inferioridade das mulheres aparece como simples conseqüência de suas características físicas. Esse tipo de explicação já foi refutado pelos cientistas sociais, por ser de cunho essencialmente racista (que concebe inferioridade e superioridade nos grupos sociais) pela ausência de rigorosidade científica.

Por outro lado, explicações *culturalistas* se apóiam em diferenças de comportamento, em explicações psicanalíticas

enfocando as características masculinas e femininas, em teses de que as pessoas são socializadas e construídas social e culturalmente de maneira diferenciada, considerando o meio vivido, a subjetividade, diferença etc. Para quem as justificativas ou explicações da *biologia social e da cultura* são insuficientes, surgem outras explicações que partem de teóricos que entendem que o problema da inserção da mulher no espaço público, nos espaços educacionais, no mercado de trabalho se origina no campo econômico. Apoiados nas teorias marxistas, eles acreditam na afirmação de que as mulheres formam um exército de reserva.

## Os clássicos do pensamento social e a questão de gênero

Como já se viu, foi com a revolução industrial e a consolidação do capitalismo que a questão de gênero ligada à esfera do trabalho ganha contornos analíticos. Família, reprodução, espaço público (externo), espaço privado (doméstico e interno), função econômica e função maternal, unidade de produção e de reprodução, dentre outros, são noções que passam a receber conotações diferenciadas e definir espacialidades e relações sociais.

As polêmicas giravam em torno de algumas questões, dentre elas a dúvida sobre se a propriedade é que determinava a supremacia masculina? Era o estatuto social diferenciado do trabalho de ambos que definia sua performance social? Com a industrialização, a mulher assumia também trabalhos públicos. Isso mudou sua identidade social? A responsabilidade do trabalho doméstico é uma das principais bases para apresentar empecilhos ao trabalho remunerado e colocar as mulheres numa posição mais explorada do que a do homem, como força de trabalho público? O trabalho individual familiar deve transformar-se em trabalho público para que as mulheres se tornem *adultos sociais plenos*? O que define as

diferenciações é o problema econômico (de classes sociais) ou é uma questão de ordem cultural, de representações sociais? Antes de se falar em gênero, deve-se falar em classes?

Essas e muitas outras questões fazem parte, ainda hoje, das grandes discussões sobre a ligação entre gênero e trabalho.

Alguns clássicos do pensamento social tentaram responder algumas destas questões, no entanto, não foram muito felizes. Algumas questões ganharam elucidações, mas grande parte ainda permanece, até porque a realidade atropela o campo de análise social. Antes mesmo de entender alguns processos, novos outros surgem.

Durkheim, por exemplo, analisou com profundidade a questão das funções sociais da divisão sexual e social do trabalho, as quais, segundo ele, passam a ser causadoras de diferenciações sociais. A família seria uma unidade que ainda representaria resquícios da solidariedade mecânica dos primórdios da civilização ocidental. Ela é o espaço que unifica *diferenças complementares*; as hierarquias de gênero seriam amenizadas pela funcionalidade da complementaridade. O autor não teve uma preocupação explícita com a questão do gênero. (YANNOULAS, 1992).

De certa forma, Durkheim contribuiu para naturalizar e funcionalizar as diferenciações de papéis no espaço da instituição família e, por correspondência, no processo social como um todo. Centralizou sua análise nos elementos constituintes das instituições, dos fatos sociais, das regras sociais, dos valores coletivos (consenso social) sobre o indivíduo. A família representa, para o autor, a expressão máxima do agrupamento institucional regrado, com hierarquia, papéis, (dis)posições, obrigatoriedades, comando, representa uma unidade na diferenciação. (YANNOULAS, 1992).

Weber localizou a família e seus papéis na dimensão cultural da sociedade ocidental, a qual desenvolveu a supremacia da funcionalidade, da burocratização, do objetivo e da

especialização sobre o subjetivo. Para tanto, enfatiza o papel do simbólico e das representações sociais em correspondência ou até sobredeterminação ao econômico. A família possui um capital simbólico, social e cultural e é nessa dimensão que se constitui a essência masculina, ou seja, o fazer, produzir (voltada para o exterior) a especialização do trabalho se adaptaria melhor ao homem. É por isso que Weber coloca que a cultura moderna ocidental mantém seu caráter masculino (objetivo). Os homens criaram a arte, a indústria, a ciência, o comércio, o estado e a religião. Para o autor, há uma masculinização da cultura na sociedade ocidental.

E as classes sociais...

Marx analisou a dimensão material (não exclusiva) da história humana. Para tanto, alguns elementos do cotidiano social e econômico fazem parte de sua obra: mercadoria, dinheiro, valor de troca, fetiche, exploração, alienação, subordinação, diferenciação, acumulação, emancipação, práxis, consciência social, sujeito, família, estado, propriedade privada etc. (TOLEDO, 2001, p. 77-92). O autor sustentava que a divisão social do trabalho promoveria maior exploração da mulher; o capital, com sua centralidade em termos de poder e de ideologia, desenvolveria a noção de trabalho *fora* e a ideologia da domesticidade.

Marx analisou com profundidade a organização e desenvolvimento, bem como a possibilidade de ruptura da família patriarcal e *trabalhadora*; pensou a emancipação da mulher como sendo possível só pela sua incorporação ao trabalho produtivo, ou seja, pela substituição da produção de valores de uso pela produção do trabalho abstrato (valor de troca). Ao mesmo tempo em que a esfera do trabalho aliena, o capital explora e extrai direta e indiretamente mais-valia, pode tornar-se um espaço de emancipação do gênero, na medida em que a consciência social e da exploração acontecem na esfera

da prática produtora de mercadorias e produtora da práxis social, na medida da luta pela sobrevivência, é incorporada a luta pela igualdade de oportunidades, de reconhecimento e de justiça social e de classe. (YANNOULAS, 1992).

Para Marx, o elemento determinante na história é a reprodução da vida imediata, ou seja, a reprodução dos meios de existência, dos objetos. Junto com estes há a reprodução dos seres humanos. Os homens/mulheres fazem e se fazem, produzem e se produzem. Marx, assim como Weber, analisou a sociedade ocidental/moderna. Ambos são frutos da modernidade, viram como e porque a modernidade criou a monogamia completada pelo adultério e pela prostituição, também viram que os processos racionais de produção (agricultura e manufatura/indústria, propriedade privada) produziram a passagem do matriarcado para o patriarcado. A racionalidade do direito e a sua reversão, indo direito materno (pré-histórico) em direção ao direito paterno, também auxiliaram, somado a isso está o fortalecimento da família em vez dos gens. Marx, no caso, estudou a origem da família monogâmica centrada no domínio do homem com o fim expresso de procriar filhos numa paternidade incontesteável. Essa estruturação tinha como objetivo identificar e qualificar os herdeiros diretos da posse da fortuna paterna. O autor percebeu que a monogamia não era constituída como fruto do amor sexual individual, mas manifestava, a soberania do homem na família, a submissão e o não acordo de gênero. (TOLEDO, 2001).

Marx viu que, com o tempo, o casamento tornou-se um ato político, uma questão de aumentar o poder através das alianças. O indivíduo tinha pouco poder de decisão, o interesse em torno da propriedade é que devia pesar mais. Em algumas circunstâncias, antes de nascer, já se estava casado. O casamento passou a ser um contrato, um negócio de direito e o mais importante de todos.

Marx viu que, com a modernidade, veio a consciência da liberdade. Com a constituição do estado garantindo a

propriedade, com o avanço do direito formal, permitiu-se mais liberdade ao casamento amoroso, porém intra-classe, ao mesmo tempo em que imprimiu honra à virgindade feminina. Marx viu a posição feminina variando de sociedade para sociedade ou de época para época de acordo com as relações econômicas e políticas predominantes da sociedade. Junto com a noção de liberdade, desenvolve-se a idéia (sagrada!) de propriedade. Com o desenvolvimento da instituição moderna da família, da propriedade privada e do estado, destrói-se a ordem tribal igualitária. As famílias passam a ser unidades econômicas, de posses de propriedades desiguais. (TOLEDO, 2001).

É nesse sentido que as diferenciações de gênero se aguçam. A posição social feminina decaiu à medida que a propriedade privada ganhava forças como um princípio ordenador para a sociedade. É através do desenvolvimento dessa dimensão, somado com a noção cultural de maternidade, que a mulher, passa a ser tutelada, subordinada e dependente. (YANNOULAS, 1992).

Tomando por base as relações culturais como decorrentes de processos econômicos, Marx vai mostrar que esse processo de subordinação se estabelece no desenvolvimento de valiosos recursos produtivos, inicialmente na domesticação de animais de grande porte como propriedade privada do homem por questões de ordem biológica da mesma. Os animais domesticados e a terra cultivada eram os maiores bens. Os instrumentos técnicos para o cultivo e os animais de grande porte propiciaram excedentes de bens disponíveis para trocas entre unidades produtivas. Desse modo, com a troca, a produção dos homens tornou-se mais desenvolvida e ampliada. A dimensão da troca, do externo, do domínio técnico e do adestramento de grandes animais passou a valorizar o homem, a alterar o significado do trabalho feminino dentro da família.

A mulher agora passa a trabalhar para seu marido e sua família, em vez de trabalhar para a sociedade. Seu trabalho

era necessário, mas socialmente subordinado à produção de troca de excedentes. Desse processo surge a noção de lealdade, riqueza, submissão, troca, desigualdades econômicas, conquista do trabalho dos outros etc.

Segundo Toledo (2001), o capitalismo não produz o gênero, mas se serve dessa diferenciação na esfera do trabalho, pois vincula diretamente a maneira de como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho. O capital se aproveita da questão de gênero para extrair sobretrabalho direto e indiretamente da mulher. A ideologia da domesticidade, a precarização de formas de trabalho, a informalidade, as diferenças de salários, as ideologizações psicológicas (sensibilidade, maior *jeito pra coisa*), diferenças nas remunerações e nos espaços de trabalho etc., são expressões de processos modernos das formas de como o capital *se serve* das questões de gênero. Assim, o capital está no centro do processo, não o gênero no mercado de trabalho.

Não há dúvidas de que as novas tecnologias aplicadas à produção aprofundam a divisão sexual do trabalho; passam a dificultar a possibilidade de emancipação da mulher. A mulher não encontra emprego porque não há emprego para a classe trabalhadora em seu conjunto. À exploração se soma à opressão, sacrificando ainda mais a mulher. Na interpretação marxista da autora, só com o fim do capitalismo e da divisão da sociedade em classes é que se permitirá que a mulher desenvolva suas potencialidades latentes, como um ser histórico diferente, participante da produção social como qualquer trabalhador, pois o problema da mulher trabalhadora não é o de ser mulher, mas de viver num regime que a oprime e, ao mesmo tempo, cria as diferenças, a fome, a miséria, a humilhação e o desemprego. (TOLEDO, 2001).

## Aspectos de ordem cultural e de representação social: visões modelares de família/gênero

Os discursos e os rituais das instituições buscam socializar normas do viver em família como uma esfera de valor, de uma *família pensada*. Essa se constitui a partir do século XIX em torno de uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável que dure para sempre. A dimensão do dar e receber afeto, de procriação, de uma ordem, hierarquia e estabilidade fizeram parte da constituição cultural e ocidentalizada de família (Weber, Durkheim e Simmel têm análise férteis nesse sentido).

No entanto, segundo alguns autores, em correspondência ou não com a *família pensada*, sempre na história constituiu-se a *família vivida*, aquela do cotidiano, com cultura própria e códigos para se comunicar e interpretar, com suas regras, ritos e jogos. Porém, seus pressupostos básicos não se diferenciam muito da *modelar*: como um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de acuidade entre adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto. Nesse vivido, a família se amplia para esferas emocionais, de parentesco, de compadrio, de vizinhança, de adoções etc., com um sistema lingüístico construído intersubjetivamente, porém preservando sua dimensão centralizada no homem. (BRUSCHINI, 1989).

É impossível analisar o sistema modelar de família no Brasil desvinculado da questão da terra (propriedade da terra), da escravatura, da nuclearidade (dos elementos *intermediários*) que a mesma absorvia no cenário da grande fazenda. A família patriarcal exerceu uma influência na organização social do Brasil-colônia, ela reunia em si toda a sociedade. A poligamia masculina, como fruto da organização patriarcal, presente nas famílias de grandes posses, o coronelismo, as

alianças com o poder político, a presença de filhos legítimos e ilegítimos, naturais ou adotivos, o compadrio e o parentesco, a mística religiosa (valorizando a criança (menino), a maternidade, a sexualidade para a reprodução da espécie, o casamento, a dessexualização da infância e da adolescência), o abandono de crianças negras, a corrupção de menores (escravos e escravas) sem a condenação da Igreja ou da Corte, dentre inúmeras outras relações, manifestam o formato de organização entre família, terra e poder na constituição e desenvolvimento do gênero no Brasil.

As imigrações, as migrações e a urbanização produziram novas centralidades de família. Aprofunda-se a lógica e a simbólica da família através dos grupos de descendência, da consangüinidade, da importância do matrimônio, das afiliações socialmente reconhecidas (antepassado comum). Ganha contornos de um princípio estrutural e coerente com a sucessão, com a residência e o casamento (o todo se sobrepondo ao indivíduo, evitando possíveis conflitos de direitos e individuações...). Porém, continua sendo uma perspectiva econômica, uma aliança (reciprocidade/contrato, um símbolo), que produz uma estrutura de parentesco funcionando como prática de reprodução social, resultado de práticas historicamente condicionadas. O papel da nuclearização (coabitações) passa a ser mais importante, somadas a uma unidade residencial e de consumo familiar e de novas condições de produção. (SARTI, 1996).

As imigrações e migrações internas favoreceram a perspectiva de agrupamentos extensivos, principalmente na população de baixa renda no urbano e no meio rural de espaços pouco habitados. (LOBO, 1985).

A literatura revisada coloca que sempre se tentou produzir imagens diferenciadas acerca da mulher: frágeis e infelizes, perigosas e indesejáveis, perdidas e degeneradas. As mulheres, no início do século, foram progressivamente sendo substituídas pelos homens conforme o avanço da industrialização; ficavam reduzidas a tarefas menos especializadas e mal remuneradas. (ARAÚJO, 1997). Houve uma ligação

entre mulher trabalhadora e a moralidade social: trabalhar fora destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. O taylorismo e o fordismo contribuíram em muito para que isso se apresentasse.

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degenerescência moral. A imigração europeia forneceu grande parte da mão-de-obra feminina para as primeiras fábricas no Brasil. Quando a industrialização absorveu atividades outrora exercidas na unidade doméstica (tecidos, pão, doces, manteiga etc.), desvalorizou os serviços relacionados ao lar, porém, foi revigorada a ideologia da maternidade: ser mãe tornou-se a principal missão da mulher num mundo em que se procura estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública (masculina) e a privada (lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos). Porém, muitas mulheres estiveram presentes nas greves, nos movimentos classistas, no anarco-sindicalismo, em organizações libertárias, na conquista do espaço público (contrárias ao discurso dos homens de ciência que consideravam sua participação na vida pública incompatível com sua constituição biológica), em cargos de chefia etc. Não era tão fácil *fritar as josefinas!* (ARAÚJO, 1997).

Com o advento da República, surgem novos ramos das ciências no Brasil, surgia e consolidava-se o processo de *medicalização da loucura*. O histerismo, a natureza biológica da mulher, a capacidade de inteligência, a questão da sensibilidade etc. passaram a ser avaliados, principalmente a da esfera feminina. A mulher era vista como um ser ambíguo e contraditório, misterioso e imprevisível, sintetizando por natureza como o bem e o mal, o virtual e a degradação. A literatura higienista-amorosa contribuiu em muito para que isso se desenvolvesse. Partiam do pressuposto de que a mulher, sendo uma mistura de atributos positivos e negativos, transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de normas rígidas que assegurassem seu papel de esposa e mãe, o que garantiria a vitória do bem sobre o mal. Havia uma profunda ligação entre o fisiológico e o patológico como fronteiras tênues na mulher. (ENGEL, 1997).

Não se pode esquecer que essas idéias criaram imaginários sociais, representações, simbologias e relações que tiveram grande materialidade. Se hoje isso está se rompendo é a duras lutas, pois não se rompe um processo social, cultural e religioso tão bem cristalizado como esse.

Segundo Bassanezi (1997), os anos de 1950 e 1960 atestam renovação de idéias, porém com base nas antigas. As mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães. A importância do casamento para a mulher e a felicidade e harmonia do casamento dependem fundamentalmente dos esforços femininos. É um período de ascensão da classe média, havia esperança de crescimento econômico, urbano e industrial, ainda, possibilidades de educação e profissionalização para homens e mulheres. Nesse período, democracia e participação eram idéias fortalecidas, havia acesso à informação, lazer e consumo.

Mesmo assim, distinções entre papéis femininos e masculinos, continuaram: na moral, no trabalho, na família, nas

instituições em geral. O casamento era a porta de entrada para a realização feminina, objetivo de vida de todas as jovens solteiras.

Nos anos de 1950 e 1960 surgiu a TV, a pílula, os desfiles de moda, o mercado de massa, a indústria cultural, surgem simbologias, tais como moças de família e moças levianas, virgindade, maternidade, casamento ligado à felicidade, a simbologia da noiva, moralidade, urbanidade no vestir, no falar e no andar, virilidade dos homens medida pelas relações sexuais; estigmas de ficar solteiras, enalhadas; educação sexual marcada por censura, reservas, silêncios e preconceitos, com o intuito de evitar desastres etc.

Os anos de 1970 atestam uma possibilidade de crescimento econômico, mesmo com a sociedade vivendo um regime de exceções. Populariza-se o automóvel, as diversões, o cinema (filmes americanos como *American way of life*), a crença na modernidade, tipologias de moças bem comportadas que ambicionavam o casamento e a maternidade. Ampliou-se o mercado de trabalho para as mulheres: serviços, escritórios, comércio, serviço público, escolaridade (magistério). Balanceava sua representação social: dona de casa e mãe, bem como a do marido e do homem: provedor e chefe, além de entrar no mundo competitivo das ocupações antes destinadas aos homens. Porém, esse processo externo não foi tão intenso. A incompatibilidade entre lar e trabalho *fora* reorientou o trabalho feminino em direção ao lar principalmente de mulheres de camadas médias. (BRUSCHINI, 1989).

A partir dos anos de 1980 e intensificado nos anos de 1990, os processos envolvendo a dinâmica familiar alteram-se em seus pontos mais sensíveis. Fernandes (1994) nos auxilia na compreensão de alguns desses processos:<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O jornal *Folha de São Paulo* do dia 20 de set., 1998, publicou um caderno especial sobre a família brasileira na virada do milênio. A pesquisa buscou abordar temas prementes como o papel da mãe, sobre casamento, coabitação, filhos, trabalho e gênero, sexo, comportamento, etc. Servimo-nos de algumas de suas conclusões no presente texto.

- A família, em linhas gerais, não é mais considerada a “unidade fundamental da sociedade”; seu discurso e configuração *obedecem* a modalidades diversas. Cada vez está se apresentando uma maior ligação entre dinâmicas familiares e alterações produzidas na sociedade global (ciência, tecnologia, relações sociais, representações, valores, normas, cada vez mais globais).

- O pensamento liberal (dimensão do individualismo), o direito (contratualidade e igualdade), a flexibilização (convívio, atividades), as opções variadas (afetivo-sexuais, étnicas) estruturam novos formatos de sociabilidade.

- Institucionaliza-se formas de conjugalidades distintas da vida familiar (deixou de ser procriação, autonomização da sexualidade em relação à família).

- Há um domínio maior da técnica, da biotécnica sobre o corpo, frutos, grande parte, da pós-modernidade, a qual tematiza o presentismo, a satisfação momentânea, as uniões livres, o fugidío.

- A urbanização e as aglomerações aceleradas desenvolvem o anonimato, a ausência de vínculos comunitários afetando relacionamentos.

- Apresentam-se novos símbolos e papéis (os homens não são os únicos provedores, mas não assumiram novas funções na relação familiar; mãe, de dona-de-casa à *dona da casa*), novos espaços (o urbano, as trocas, separações rotineiras), novos rituais (o religioso e o civil em queda), novas tipologias de organização (formas heterogêneas).

- A família passa a ser uma instituição multifacetada que assume organizações diferentes, em correspondência com a dinâmica do social. Há uma ambivalência na tendência da emancipação dos jovens, demoram cada vez mais em razão das dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, e estão se casando mais tarde.

- A mãe amplia sua importância na vida familiar, conjuga autoridade e afeto, cuida dos serviços domésticos e ajuda a complementar a renda. A perda de funções reduz o papel

do pai dentro da casa. Ele divide com a mulher a função de trazer dinheiro para sustentar a casa, não exerce mais a função da interdição. A família já não depende tanto do homem. O modelo de pai desvalorizado tende a dificultar a formação da identidade do menino, devido, também, ao baixo salário, alcoolismo, desemprego e migrações.

- Início de novo século: possíveis anos de dúvida e de indecisão, o estereótipo do jovem avançado desaparece numa geração bem mais conservadora que trocou o idealismo dos seus pais por um pragmatismo cínico (crise da idéia de progresso, de utopia, de política, de moral e de religião). Há análises que enfatizam o conservadorismo moral dos jovens: fidelidade feminina principalmente, não fazer aborto, não aceitar gravidez fora do casamento. Tudo isso fruto da instabilidade e insegurança social.

- Nas camadas populares, a família nuclear continua incorporando parentes ascendentes e descendentes; articulação do doméstico com remuneração; trabalho das crianças e de jovens; casamento não deve durar; alcoolismo e falta da dimensão do pai-provedor causando ruptura; solidariedade entre seus membros; busca do equilíbrio entre trabalho (ética do trabalho) e consumo (ética do provedor); hipótese da centralidade da relação mãe-filho (não seria um novo modelo, mas, sim, a impossibilidade de realização do modelo preferencial: mãe em casa, pai no trabalho e criança na escola); monogamia *serial* feminina: esforço das mulheres para manter a figura do provedor em casa; ética da reprodução e da família.

- Nas camadas médias e altas havia possibilidade de realização do modelo tradicional e triádico, responsabilidade pela satisfação de um conjunto complexo de necessidades afetivas, econômicas e sociais de seus membros através do exercício de papéis sintéticos de esposos, pais e filhos, pelos quais se efetivaria a socialização da criança e se garantiria a estabilidade da personalidade adulta; complementaridade assimétrica dos papéis sexuais; o consumo ganha prioridade

em vez do trabalho; aumento das taxas de divórcios, dos serviços médicos, de creches e da geriatria, o que empurra a responsabilidade de sustentar e socializar as crianças para os pais, também aumentam os laços entre avós e netos ativando redes de ajuda mútua; comportamento transgressor do amor romântico fora dos arranjos formais; tentativa de manter a família nuclear, diminuindo o número de filhos. Há uma maior participação feminina no mercado de trabalho abrindo mão da exclusividade feminina da função de criação (revalorização do pai na criação do filho pequeno). Há também o problema do enclausuramento em apartamentos, o papel da informática, da criança reduzindo seu papel como ser social.<sup>2</sup>

## ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE: A NOÇÃO DE GÊNERO

O gênero deve ser entendido como um produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. Apresenta-se mais no discurso pós-moderno (resgata vozes não ouvidas ou abafadas pelas ditas universais; critica a moral-racional da esfera pública, da cultura e das instituições; critica a exclusão da moral-racional no desejo, na empatia, na afetividade, nos sentimentos etc., todos vistos como manifestações irracionais e inferiores; porém corre o risco de esvaziar a dimensão capitalista da vida cotidiana).

A noção de gênero possui uma perspectiva histórica, ou seja, quer reconstruir ou redefinir os processos de subjetividade, de identidade da própria racionalidade no mundo contemporâneo (reprodução, família, público, sociabilidade), bem como permitir o contingente, o fortuito, a inventividade, a liberdade de ação dos sujeitos históricos, a natureza e a

---

<sup>2</sup> Ver Fernandes (1994).

cultura, a razão e as paixões. O gênero é mais uma forma de renovar a história cultural de acordo com os termos corporais próprios de cada pessoa do que um ato radical de criação. O gênero se constrói e se expressa através das relações sociais. Essa construção pode ser compreendida como um processo de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, homens e mulheres e homens.

Atualmente, os estudos sobre a situação da mulher na força de trabalho mostram que, mesmo em períodos históricos diferentes, independente do modo de produção dominante ou do nível de desenvolvimento da sociedade, existem elementos comuns a todas no que se refere à *estratificação por sexo* e na *invisibilidade* de determinadas tarefas realizadas predominantemente por mulheres (como trabalho doméstico).<sup>3</sup>

Uma das explicações a ser analisada sobre esse fato reside no campo econômico onde agem fatores de oferta e demanda, segundo os quais as mulheres aparecem como uma força de reserva para o capital ou como ocupante de empregos menos qualificados e que pagam salários mais baixos. Uma segunda possível explicação, reside no campo institucional cultural, onde a família patriarcal ocupa um lugar importante, e no âmbito da separação entre esferas da produção e reprodução. (SAFFIOTI, 1986).

Madeira (1983) chama a atenção oportunamente para o dado de que o nível de participação da mulher está estreitamente relacionado com as possibilidades de conciliar trabalhos domésticos e produtivos. Na economia pré-industrial a família e a produção constituíam uma única unidade. Com o surgimento da fábrica, o lar (como unidade de reprodução) e o lugar de trabalho (como unidade de produção) se separaram. Como já dissemos, forma-se o espaço privado e o espaço pú-

---

<sup>3</sup> Estamos considerando neste momento a sociedade ocidental, todavia a situação da mulher oriental nos aspectos que salientamos pelo pouco que se sabe é tão ou mais grave no tocante a direitos jurídico-sociais.

blico, a mulher foi destinada ao privado (doméstico). Quando ela começa a participar do mundo da produção, instala-se o conflito. Na grande maioria das vezes a mulher assume dupla ou tripla jornada de trabalho, porque não dispõe da solidariedade do parceiro, que por sua vez não aceita dividir as “tarefas femininas”.

Pode-se dizer que, dois momentos foram de maior participação na força de trabalho feminino: o primeiro, quando a agricultura empregou grande número de pessoas e parte da produção desenvolveu-se dentro dos limites domésticos. O segundo, quando o desenvolvimento das forças produtivas atingiu o nível capaz de liberar a mulher dos trabalhos domésticos (MADEIRA, 1983, p. 50). A forte redução das taxas de fecundidade e o grau elevado de escolaridade das mulheres, parece ter contribuído para essa evolução.

Oliveira (1976) observa que aumentou a participação de mulheres de todas as idades e de situação conjugal variada no mercado de trabalho, em especial de esposas, o que significa não só uma ampliação das oportunidades de emprego para esse sexo, como também a entrada das esposas no mercado de trabalho estaria relacionada a estratégias de sobrevivência, face à pauperização da família.

Os fatores estruturais do mercado podem ter um peso tão importante quanto os fatores institucionais na explicação das formas como se dá a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Outro dado importante e muito discutido, quando se trata da inserção da mulher no mercado, é de que as mulheres economicamente ativas se concentram em ocupações com características ditas *femininas*: servir, limpar, alimentar, cuidar em caso de doença, educar etc. (empregadas domésticas, enfermeiras, professoras, balconistas, funções burocráticas etc.). Trabalhos com caráter subalterno e que por terem menos prestígio social também recebem remuneração inferior.

Estudos realizados por Lobo (1985) e outros pesquisadores, entre operárias metalúrgicas de São Paulo, revelaram a discriminação sexual sofrida por elas, através de reivindicações apresentadas pelas mulheres num congresso organizado pelo sindicato metalúrgico de São Bernardo. As denúncias chamavam a atenção para os seguintes reclames:

a) desrespeito à lei, já insuficiente, que obriga empresas com mais de trinta empregadas a manter creches;

b) violência dos chefes, ameaças pessoais, abusos de autoridade, controle para ir ao banheiro (podiam ir duas vezes em toda jornada de trabalho, e não permanecer lá, por mais de cinco minutos);

c) mulheres casadas ou solteiras eram obrigadas a realizar testes de gravidez e ou obrigadas a realizar esterilização;

d) condições de higiene e segurança precárias;

e) desigualdade salarial entre homens e mulheres para funções idênticas;

f) discriminação de cor; assédio sexual (exigência de *boa* aparência para preencher funções próximas de chefias entre) outras denúncias graves.

Atualmente, sabe-se de exigências como de fazer exame de verificação de AIDS, se bem que neste caso homens e mulheres são expostos aos mesmos preconceitos. Porém, é mais um elemento que pode gerar graves problemas pessoais e torna-se mais um obstáculo a enfrentar para se conseguir um emprego.

Essas situações entre outras revelam que:

- existe uma segmentação no mercado de trabalho, fazendo com que as mulheres se concentrem em determinadas ocupações e os homens em outras;

- as mulheres de um modo geral recebem salários inferiores aos homens;

- o diferencial de salários entre homens e mulheres se mantém mesmo quando ambos executam a mesma tarefa;

- o controle sobre a fertilidade das mulheres e formas de subtrair benefícios (licenças) persistem, ou seja, a maternidade e o trabalho assalariado continuam a se opor;

- as mulheres sofrem discriminações no trabalho pelo simples fato de serem mulheres. (BRUMER, 1988).

Outras diferenças entre homens e mulheres mereceriam um exame mais aprofundado, como incontáveis desigualdades ainda não formalizadas, sobre do direito teoricamente igual à cidadania.

Outro argumento que vem corroborar com a tese de que as mulheres formam um exército de reserva, adaptável às oscilações do capital, é o fato verificável de facilidade com que a massa feminina se insere (ou são levadas a se inserir) no mercado e com a mesma facilidade saem (ou são levadas a abandonar) do trabalho.

O principal argumento a favor da tese de que as mulheres constituem uma força de reserva de trabalho é a constatação de que determinados períodos do ciclo industrial ou em determinadas circunstâncias como durante guerras e nos períodos de ascensão dos ciclos econômicos as mulheres são levadas a participar ativamente do mercado de trabalho mesmo nos setores considerados predominantemente masculinos.

Conforme já vimos no período da revolução industrial, as mulheres e crianças constituem uma parte considerável da mão de obra nas indústrias nascentes, tanto na Inglaterra, como nos Estados Unidos e mesmo no Brasil. O Estado também tem sua cota de participação nessa questão, dado que, com frequência, toma parte ativa na formulação e implementação de leis e serviços que favorecem ou desestimulam a participação no trabalho.

Também discutindo a mesma questão, Hirata e Humphrey (1984) defendem outra posição, dizem elas que existe uma segregação no mercado de trabalho que faz com que homens e mulheres se concentrem em determinados tipos de ocupações. Entretanto, o DIEESE de São Paulo, mostra que os

setores que mais desempregam são os da indústria metalúrgica, da construção civil, do transporte e o do comércio, setores considerados nitidamente masculinos. Comprovadamente, em períodos de recessão econômica no Brasil, ocorreram aumentos nas taxas de emprego feminino principalmente nas regiões metropolitanas, esse indicador contradiz a tese de que as mulheres formam um exército de reserva.

Essas observações são confirmadas por Sarti (1989) que, numa revisão de literatura sobre a mulher, diz que “a absorção de um grande número de mulheres pela produção industrial não significa necessariamente uma substituição direta do trabalho masculino pelo feminino. A presença delas está relacionada, sobretudo, à sua adequação a determinadas tarefas industriais, que exigem habilidades, destreza e minúcia. Além disso, na medida em que modificações no processo de trabalho simplificam e rotinizam as tarefas, desqualificando o trabalho, abre-se o espaço para a mulher. Apontam-se, ainda, a docilidade feminina e o fato de as mulheres serem menos reivindicativas, como razões para sua preferência”. (SARTI, 1989, p.109).

O argumento da segregação dos sexos em determinadas ocupações, para explicar as respectivas taxas de atividade de homens e mulheres, parece ser convincente, pois não seria razoável supor que em ocupações tais como o ensino primário, enfermagem ou telefonia, que são ocupações tipicamente femininas, as mulheres possam ser dispensadas, em períodos de crise econômica, para facilitar o acesso dos homens ao mercado de trabalho, sem que haja mudança nos valores culturais e ou na organização social dominantes.

Estabelece-se um balanço entre as vantagens e desvantagens de se trabalhar fora, no qual as tentativas de acomodação à situação doméstica e as racionalizações que acompanham a escolha do exercício de uma atividade profissional são o verso e o reverso da mesma situação. O objetivo principal é sempre encontrar um ponto de equilíbrio entre as condições materiais de vida, a representação do papel

da mulher dentro da família e a situação conjuntural. Há, no entanto, uma luta silenciosa e sutil que ocorre dentro do campo familiar visando a mudança das regras que regem as relações internas.

Os interesses de mulheres de diferentes classes sociais em ingressar ou sair do mercado de trabalho, além de estarem ligados à necessidade ou não de um rendimento monetário, se relacionam com os tipos de emprego que elas têm acesso. Não é de se estranhar, assim, que devido à sua baixa qualificação e/ou à impossibilidade de manterem uma atividade contínua, devido ao acúmulo do trabalho com as atividades na esfera do lar, mulheres da classe mais baixa tenham acesso apenas aos trabalhos mais rotineiros, mais pesados e pior remunerados que, em conseqüência, não lhes dê satisfação, nem as estimulam a manter uma atividade profissional contínua. (TOLEDO, 2001).

Por mais que se demonstre que não existe um determinismo econômico na inclusão ou exclusão das mulheres no mercado de trabalho e que os jovens de ambos os sexos (entre eles, principalmente as jovens) podem ser ainda mais importantes do que as mulheres na constituição do exército de reserva, mantém-se as evidências de que a participação das mulheres aumenta e diminui em determinadas circunstâncias.

Fica claro, pela análise dos vários pesquisadores, que as teorias da segmentação do mercado de trabalho não proporcionam uma resposta satisfatória para a segregação das mulheres no mercado secundário e que a explicação para a discriminação que elas enfrentam deve ser buscada fora da esfera da economia. Isto é, por mais que se tenha demonstrado que mulheres e homens têm predisposição, interesses e qualificações distintas em relação ao trabalho, resultando na ocupação de diferentes tipos de emprego, não são explicadas as razões dessas diferenças.

Essas observações deixam claro que embora a participação feminina na força de trabalho tenha aumentado, tanto

no Brasil como noutros países, esse aumento não significa, necessariamente, a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres.

Na opinião de Oliveira (1976), a perda do papel masculino de provedor da família, sofrida pelos trabalhadores, estaria minando o poder patriarcal e determinando mudanças significativas na organização das famílias proletárias, redefinindo, assim, papéis sexuais.<sup>4</sup> Essa consideração nos faz pensar na importância que possui o *patriarcado* na divisão sexual do trabalho, nas relações familiares e para compreensão da segmentação do trabalho feminino. Nesse sentido, vamos tentar entender qual a relação existente entre modo de produção capitalista, patriarcado e mulher, partindo do pressuposto de que estes dois elementos formam um único sistema e agem de forma integrada.

## SOCIEDADE CAPITALISTA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Muitos autores tentaram explicar a segregação das mulheres do mercado de trabalho a partir da separação entre as esferas da produção e da reprodução, produzida pelo desenvolvimento capitalista. Embora a divisão por sexo seja anterior ao capitalismo ela se modifica com o advento do mesmo. As transformações que produziram a separação entre o produtor e os meios de produção também produziram a separação entre o local de produção da força de trabalho (masculino, remunerado, público) e o lugar da reprodução (feminino, não remunerado, privado). Ao se efetuar essa separação, as tarefas são hierarquizadas e recebem valorização distinta conforme especificamos.

---

<sup>4</sup> Bruschini (1989) também constata que, num plano mais genérico, a formalização do emprego vem contribuindo para tal redefinição.

Porém, como indica Hartmann (1983), o capitalismo pode ser responsabilizado pela hierarquização das tarefas desempenhadas por homens e mulheres, atribuindo aos homens as posições mais elevadas e às mulheres as posições inferiores. A subordinação da reprodução à produção, por sua vez, apóia-se na submissão das mulheres aos homens tendo como respaldo a divisão sexual do trabalho.

Teóricos baseados em Marx defendem que tanto mulheres como homens são oprimidos: os homens por executarem trabalho assalariado e as mulheres por serem excluídas do mesmo ou terem que executar trabalhos domésticos (gratuitos), proporcionarem apoio psicológico com a finalidade de reproduzir a força de trabalho para o sistema. A argumentação acima não permite explicar porque, ao separar as esferas do lar e do trabalho, o capital destina às mulheres o lar e aos homens o trabalho. (BRUSCHINI, 1989).

Saffioti (1976) introduz, a partir da análise de dados brasileiros, o argumento da elaboração da *mística feminina*, uma construção ideológica da natureza feminina, utilizada pelo sistema capitalista para afastar parte das mulheres da esfera produtiva.

No entanto, se é possível observar claramente a elaboração dessa mística feminina em sociedades capitalistas, também é verdade que tanto em sociedades capitalistas como em sociedades não capitalistas ocorreram a mesma divisão de atividades entre homens e mulheres e a alocação preferencial do trabalho doméstico às mulheres. O que parece ser peculiar ao sistema capitalista é a utilização dessa ideologia.

Não há dúvida em afirmar que a subordinação das mulheres é importante para a reprodução das relações de classe. Nas raízes dessa subordinação estão a *família* e o *casamento*, pois é através dessas instituições que as classes proprietárias se reproduzem enquanto tal. A família e o casamento, segundo a autora, significam o controle sexual das mulheres, em consequência da crença arraigada na ideologia burguesa de que a identidade social é igual à identidade genética.

Uma das explicações para a segmentação do mercado de trabalho pode ser encontrada na *natureza da família patriarcal*, que se mantém na sociedade moderna, fazendo com que a discriminação da mulher, com base na sua subordinação ao homem, vigente na sociedade patriarcal, seja identificada como uma questão de poder. Nesse contexto, a segregação do mercado de trabalho deriva da necessidade de manter-se uma organização social que assegure as distâncias e as diferenças, bem como os direitos e os privilégios atribuídos a determinados grupos ou categorias sociais.

Hartmann (1983), ao apresentar uma formulação teórica sobre o patriarcado, reconhece que as raízes da posição subalterna ocupada pelas mulheres na sociedade atual têm origem na divisão do trabalho baseada no sexo, que antecede o desenvolvimento capitalista. Segundo a autora, muitos estudos antropológicos sugerem que o primeiro processo, estratificação sexual, ocorreu concomitante com o aumento da produtividade, da especialização e da complexidade da sociedade, como, por exemplo, através do estabelecimento da agricultura, da propriedade privada ou do Estado. Ele surgiu à medida em que a sociedade humana emergiu do primitivo e tornou-se *civilizada*.

Nessa perspectiva, capitalismo é relativamente recente, enquanto que o patriarcado, a relação hierárquica entre homens e mulheres na qual os homens são dominantes e as mulheres subordinadas, é anterior.

Ainda, segunda autora, a situação social das mulheres é diminuída quando ocorrem três tipos de mudanças: na primeira, as mulheres perdem controle dos meios de subsistência como decorrência da mudança nos métodos de produção e da desvalorização de sua participação na divisão do trabalho. Na segunda, seu trabalho passa a ser privado e centrado na família, em substituição a um trabalho de característica social e focalizado no grupo de parentesco. Na terceira, alguns homens asseguram seu poder sobre outros através de mecanismos de Estado e, como uma forma de

compensação, elevam a situação dos homens subordinados em suas famílias, utilizando a família nuclear contra o grupo de parentesco.

Pode-se considerar que as relações sociais patriarcais são responsáveis pela situação inferior das mulheres no mercado de trabalho capitalista, dado que são socializadas para desempenhar este papel sexual, as mulheres encontram poucos incentivos para adquirir habilidades necessárias para competir no terreno profissional e, mesmo que já tenham adquirido essas habilidades ou estejam dispostas a adquiri-las, sofrem discriminação no ingresso ou no salário, comparativamente a homens em situação semelhante. (MADEIRA, 1983).

A própria discriminação é o resultado da suposição patriarcal de que o lugar da mulher é na esfera doméstica e de que ela é incapaz de exercer determinadas atividades profissionais ou, ainda, que certas atividades não lhe são apropriadas, devido ao fato de afetarem suas responsabilidades domésticas ou vice-versa (BRUMER, 1988).

Enfim, a concepção do patriarcado é importante para uma análise mais compreensiva das formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, porém, deve-se levar em conta, as forças estruturais mais gerais da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acima demonstraram que as formas de inserção das mulheres na força de trabalho são explicadas não apenas por um, mas por um conjunto de fatores. Concluiu-se que nem as forças de mercado ou a evolução do sistema produtivo, de um lado, nem as escolhas individuais (cuja base sociocultural pode ser facilmente demonstrada), de outro, explicam isoladamente as taxas de participação das mulheres, nem sua segregação a um número determinado e restrito de ocupações.

Entre os fatores a serem levados em conta, podem ser citadas as mudanças estruturais da economia, as transformações sociais, as modificações comportamentais referentes ao processo de reprodução e às formas de organização da instituição familiar, bem como a conscientização das mulheres e as lutas por elas desenvolvidas visando alcançar uma situação mais igualitária na sociedade.

Vimos que a inferioridade das mulheres no mercado de trabalho é concebida como resultante de seus próprios interesses e características pessoais, bastaria sua vontade, consubstanciada numa melhor habilitação profissional para que tal situação fosse revertida.

No entanto, quando a segregação das mulheres no mercado de trabalho é explicada através da influência conjunta das forças estruturais do sistema capitalista e da dominação patriarcal, a solução não é tão simples, pois exigiria a transformação de ambos, isto é, seria necessário, ao mesmo tempo, modificar as relações de poder existentes entre homens e mulheres, fazendo-os, entre outras coisas, compartilhar o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, tendo em vista a transformação dos padrões de dominação patriarcal tradicionais e, ainda, reverter a tendência histórica de intensificação das desigualdades e da estrutura hierárquica na esfera econômica e na divisão social do trabalho, inerentes ao sistema capitalista.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PERIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-77.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

BERTEN, A. Entretien avec Michel Foucault. *Les Cahiers du Grif*, n. 37/38, 1983.

BRUSCHINI, C. *Tendências na força de trabalho feminina brasileira nos anos 70 e 80: algumas comparações regionais*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BRUMER, A. O sexo da ocupação. *Revista da Anpocs*, São Paulo, n. 8, 1988.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 322-361.

FERNANDES, L. T. Dinâmicas familiares no mundo atual: harmonias e conflitos. In: *Análise Social*, Lisboa, v. 129, p. 1149-1191, 1994.

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. Signs: *Journal of Women in culture and society*, 1(3, Part 2) p. 137-169, 1983.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 16, p. 89-107, out./dez. 1984.

LOBO, E. S. *Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho: estudos sobre os trabalhos das mulheres*. Montevidéo: Grecmu, 1985.

MADEIRA, F. R. Força de trabalho no Brasil: 1940-1970. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 15, p. 47-75, 1983.

MARX, K. *El Capital: crítica de la economia política*. Buenos Aires: Biblioteca Nueva, 1946.

OLIVEIRA, F. A reprodução dos homens. Notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap*, n. 16, p. 5-26, 1976.

RODRIGUES, A. M. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: COSTA, A. Q.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e período de crise econômica; Brasil: 1872-1982. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 16, 1986, Rio de Janeiro. *Resumo...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1986.

SARTI, C. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 70, ago. 1989.

\_\_\_\_\_. *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.

THOM, D. Livres das correntes? A imagem do trabalho e das mulheres em Londres entre 1900-1920. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun. 1996.

TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. In: *Marxismo Vivo*, n. 2, p. 77-92, jan. 2001.

YANNOULAS, S. C. Trabalho feminino: discursos e realidade. In: *Marx morreu, viva Marx*. São Paulo: Papyrus, 1992.



# Relações de gênero na agricultura ecológica

Elenice Pastore \*

## Introdução

O objeto de pesquisa deste capítulo está nas *transformações* que ocorrem com as famílias de agricultores ecológicos, em relação ao sistema produtivo, às relações intrafamiliares e de gênero, principalmente no período logo após as frustrações da *revolução verde*.<sup>1</sup>

Parte-se do pressuposto que o sistema produtivo difundido, sob análise nos últimos dez anos, imprime gradualmente não só nova visão de mundo, gerando novas compreensões acerca do meio que a envolve, mas também reordena radicalmente o sistema agrícola quanto às opções tecnológicas, novos processos de trabalho (divisão de tarefas) e imposição de relacionamentos distintos com os agentes.

---

\* Professora da Universidade de Passo Fundo, mestre em Sociologia pela UFRGS.

<sup>1</sup> A noção de Revolução Verde indica, na literatura, um processo de mudanças pelo qual “a realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou esse processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente [...] em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas de pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos” (GOODMAN, et al, 1990).

Busca-se, compreender como se estabelecem as relações no interior das famílias rurais nesse novo sistema: quais são suas repercussões no processo de trabalho em vista das alterações nos sistemas agrícolas? Como são tomadas decisões referentes ao uso da terra, à distribuição do trabalho entre membros da família e aos agentes externos ao estabelecimento? Quais os impactos em relação à família e, especialmente, às mulheres, tendo em vista a maior complexidade e diversidade que os sistemas agroecológicos impõem? Qual o papel e o lugar da mulher nessas novas sociopolíticas-organizativas em relação à produção, ao meio e a outros *atores que entram em cena* a partir dessa nova perspectiva?

Este estudo foi realizado na Região Serrana do Rio Grande do Sul.

## UM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES

Para o grande historiador inglês Hobsbawn (1995), o mundo contemporâneo tem observado transformações significativas em todos os campos da vida social. Essas mudanças *extremas* podem ser notadas a partir de diferentes focos, porém duas dessas mudanças se enquadram no objetivo deste início de capítulo.

a) a crescente participação feminina no mundo do trabalho, processo social normalmente associado, em sua etapa preliminar, aos chamados *anos dourados* (1945-1975), que assistiram à crescente inclusão da força de trabalho feminina nas atividades externas ao mundo privado doméstico, em virtude de ter sido esse um período de expansão econômica sem precedentes na história do capitalismo. Esse fato, já nos anos de 1960 em diante, estendendo-se a diversos países, contribuiu decisivamente (associado a outros fatores típicos daquele período, como a emergência

dos movimentos feministas) para a crescente presença e participação de mulheres em outras esferas societárias e, também, ao crescente interesse das ciências sociais em interpretar esse novo fenômeno, em todos os âmbitos sociais, seja das cidades, seja do mundo rural.

b) conjunto de mudanças que vêm ocorrendo em relação às atividades agropecuárias e suas características produtivas e tecnológicas, nesse caso em um período mais recente, que poderia ser situado como estando entre os últimos vinte anos.

Análise das relações existentes entre esses dois processos de mudança, procura estabelecer os nexos causais entre os dois *grandes eixos de mudança*, acima indicados.

É importante compreender que tem sido crescente o processo de transição de sistemas agrícolas que se modificaram a partir ou de uma situação anterior/tradicional (sistemas agrícolas policultores voltados primordialmente à subsistência das famílias rurais) ou, então, a partir de *sistemas modernizados* (estabelecimentos rurais que adotaram lógicas de mudança na modernização agrícola dos anos de 1970 em diante) transformando-se gradualmente em sistemas agrícolas com enfoques ecológicos de diversos matizes e orientações.

No entanto, segundo evidências assistemáticas, as experiências existentes (algumas com implantação há mais de dez anos), mesmo propondo um novo sistema de produção com significativos resultados produtivos e ambientais, permanecem, no geral, imersas em um ambiente patriarcal, reproduzindo-se desiguais entre homens e mulheres. Essa desigualdade é percebida de forma nítida na divisão de papéis, onde os homens permanecem sendo responsáveis pela esfera pública e as mulheres pela esfera privada, compreendida normalmente como tarefas domésticas.

## A agricultura nos processos de transformação

As últimas décadas do século XX marcaram-se por transformações na agricultura brasileira, expressas como *modernizações tecnológicas*, ou, mais genericamente, como *revolução verde*, expressão tirada de uma idéia de desenvolvimento e progresso agrícola que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial. A *revolução verde* implementou, através de um conjunto interdependente de práticas agrícolas, a difusão de técnicas que foram aplicadas a diferentes ecossistemas, ou seja, a regiões com clima e geografia diferentes. Começa a acentuar-se também o controle e modificação dos elementos do processo biológico de produção. Marca, ainda, uma maior homogeneização do processo agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas relacionadas à agricultura com a utilização de insumos industriais, baseados em máquinas sofisticadas, agrotóxicos, adubos químicos, sementes selecionadas e outros.

Esse modelo de produção agrícola condicionou a incorporação de diferentes famílias rurais, principalmente as de agricultura familiar, visando aumentar a produção para exportação. Essa nova lógica de produção aumentou os custos, principalmente, com insumos e máquinas, sendo que a rentabilidade quase sempre significou perdas para as famílias rurais. Essas perdas só não foram maiores porque existia uma política de administração de preços que passou a ser sustentada a todo custo. Com o passar do tempo e a intensificação do processo de modernização, os problemas foram aumentando, principalmente devido aos seus impactos ambientais, sociais e econômicos, principalmente nos países subdesenvolvidos, relacionados ao aumento da pobreza no campo e o conseqüente êxodo rural.

Todos esses fatores, somados à inviabilidade de sustentação permanente, por parte do Estado, da diminuição da renda das famílias rurais e dos lucros dos setores agroindustriais, resultaram inúmeras críticas ao padrão tecnológico, devido à sua insustentabilidade geral, seja do ponto de vista am-

biental, seja pelo ângulo econômico, seja por seus impactos sociais, entre tantas outras análises críticas produzidas nos anos mais recentes.

A contestação social, relacionada principalmente ao surgimento de movimentos sociais rurais, a partir dos anos de 1980, obteve cada vez mais força nos anos subseqüentes, bem como a constante presença do meio acadêmico em investigar esse processo que costumamos chamar de *transições na agricultura*.

## Os sistemas agrícolas ecológicos

A contrapartida ao questionamento crescente à *agricultura moderna* tem sido exatamente a multiplicação de iniciativas de constituição de sistemas agrícolas ecológicos ou *mais sustentáveis*, que de fato reconstróem o que se entende, genericamente, por *agricultura*, como forma de produção e como modo de vida.

Em termos genéricos, essas novas propostas de produção agrícola, que pretendem ser mais ecológicas e sustentáveis, organizam-se, de um lado, reduzindo ao máximo o uso de insumos industrializados e, de outro, promovendo intensos rearranjos nos sistemas agrícolas dos estabelecimentos rurais das famílias que vêm aderindo a essas modificações.

A agricultura ecológica, seja qual for sua orientação mais geral, parece estar multiplicando-se em vários países, contando inclusive com a crescente aceitação de consumidores ávidos por produtos alimentares *naturais*, *limpos* ou *orgânicos*. É assim que mercados de produtos ecológicos têm crescido a altas taxas, estimulando famílias rurais *agroecológica*.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Embora exista uma controvérsia a respeito, não se discutirá neste estudo as nuances associadas ao termo *agroecologia*, que aqui se entenderá como sendo, genericamente, correspondente a *agricultura ecológica*, *lato sensu*, indicando especialmente a utilização de técnicas ecológicas em um determinado estabelecimento rural. Gliessman (2000).

Já em meados de 1970, diferentes grupos se organizavam das mais variadas formas contra a degradação ambiental, não só causadas pelas práticas agrícolas modernas, mas pelo modelo de desenvolvimento em curso na época. Os objetivos dessas organizações, nesse primeiro momento, giravam muito mais em torno das questões ambientais, como combate à degradação dos solos, uso de agrotóxicos, poluição das águas, usinas nucleares etc. Alguns anos mais tarde é que se incorporaram com maior vigor ao discurso ambientalista as preocupações políticas e sociais, quando uma série de ONGS com atuação no meio rural se formaram ou incorporaram linhas de ação que podem se chamar de *agroambientalistas*.

A perspectiva de implementação de práticas agrícolas que consolidem uma agricultura sustentável tem atraído esforços de muitos setores, como os sociais, os governamentais, mas atrai mais o setor agrícola. A partir dessa perspectiva de desenvolvimento sustentável, enumeram-se uma série de experiências que estão sendo desenvolvidas, pressupondo modificações de melhor manejo dos recursos naturais, desenvolvendo atividades mais compatíveis com a preservação do meio ambiente, com produção de alimentos mais limpos e com maior renda para as famílias rurais. Essas novas propostas de utilização dos recursos naturais sugerem que o sistema agrícola se diversifique mais, seja mais completo, mais interdependente e mais autônomo (aos insumos externos), ampliando a biodiversidade para alcançar um nível de equilíbrio ampliado. Seriam também previstos, uma crescente capacidade produtiva, maior qualidade de vida, maior segurança alimentar e, especialmente, a construção de uma base física de produção mais segura, mais sustentável e com maior imunidade aos riscos externos.

Na região pesquisada, mais do que resultados econômicos e ecológicos, pode-se ressaltar, em especial, a construção ao longo dos anos de um processo cada vez mais sólido de interação social entre famílias de agricultores ecologistas, suas associações e os próprios consumidores, o que vêm

fortalecendo estrategicamente o desígnio de implementar processos equitativos na relações homem/natureza.

Não reduzindo apenas à noção de sustento econômico, mas também é de produção de alimentos *limpos* e mais saudáveis, esses novos atores têm demonstrado, na prática, a importância de se constituir como um grupo que não pensa *socialmente*, mas age *concretamente*.

Assim, um depoimento expressa claramente essa nova percepção, quando uma agricultora afirma que: “[...] O que estamos produzindo não é só para a nossa saúde, para a nossa sobrevivência e pra que a nossa expectativa de vida seja melhor, a gente também pensa na vida das outras pessoas. Com a venda da produção a gente não pensa só no dinheiro, mas principalmente nas pessoas, na qualidade da comida, e também porque pensamos no futuro dos nossos filhos, que eles não saiam para a cidade”.<sup>3</sup>

Portanto, essas famílias rurais que se envolvem gradualmente em sistemas agroecológicos incorporam novos valores, percepções e perspectivas acerca da produção e de suas relações, produzindo uma nova *visão de mundo*, que está moldando novas racionalidades entre as famílias através do adensamento do processo de interação social e da sociabilidade em geral. É possível perceber entre os agricultores o embrião de uma identidade já constituída nesse período relativamente curto, mas significativo de implantação da agricultura ecológica, onde eles se tornam efetivos sujeitos do processo, dominando técnicas de produção, industrialização, comercialização, inserção no mercado e organização associativa. É dentro dessa perspectiva que analisaremos as alterações no campo das relações de gênero.

---

<sup>3</sup> M. Z., agricultora, 35 anos.

## RELAÇÕES DO GÊNERO NA AGRICULTURA

### Aspectos conceituais sobre gênero

Para o aprofundamento acerca das relações de gênero na agricultura e, em especial, na ecológica, é preciso uma compreensão sobre as noções conceituais do gênero. Num primeiro momento a categoria *gênero* foi usada para indicar a condição da mulher em relação à discriminação no campo econômico, político e social. É a corrida das mulheres por participação no mercado de trabalho, ou seja, no espaço público, na perspectiva da interdependência e autonomia. Contudo, somente nas últimas décadas é que se iniciam as discussões em torno do gênero, que partem da crítica às estruturas do patriarcado e da sociedade de classes. Despertando mulheres e homens intelectuais para desenvolverem empírica e teoricamente análises do conceito de gênero. Portanto, gênero é expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e homens, permitindo uma compreensão do *ser mulher* e do *ser homem* como uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos.

A noção de gênero parte da idéia de que os papéis e as identidades de homem e de mulher se definem dentro de determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é constituída biologicamente, mas construída culturalmente. A partir das diferenças biológicas, criaram-se comportamentos, valores e atributos para mulheres e homens que socialmente caracterizam o feminino e o masculino. Contudo, diferenças fisiológicas/anatômicas não podem ser sinônimo de desigualdade social. Relaciona-se a gênero a existência de desigualdade nas relações entre os sexos e a posição inferior que a mulher ocupa nelas. Essa idéia está baseada na segregação e na hierarquia que supõe uma dominação

masculina, com a qual a diferença está estabelecida, de tal forma que o masculino sempre está sobrevalorizado, enquanto a mulher atua em relativa subordinação ao homem. Essa hierarquização sexual se materializou em sistemas sociais, políticos e históricos, totalmente patriarcais. (BEDIA, 1995, p. 55-62). O patriarcado, entretanto, passou a estabelecer uma hierarquia entre os sexos, na qual o homem concebe-se como um ser superior, que domina o inferior.

No intuito de rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, Joan Scott define que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. As diferenças entre os sexos, ou seja, as características biológicas são confundidas com as características femininas e masculinas construídas socialmente dentro de certos contextos culturais considerados como naturais.

Para Bourdieu (1999, p. 33), a diferença biológica entre os sexos, isto é, o corpo masculino e o feminino e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho em função da reprodução. Segundo o sociólogo, a força particular masculina provém do fato de essa força acumular e condensar duas operações: “[...] ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”.

O conceito de gênero, além de ser a categoria central da teoria feminista, foi incorporado nas últimas décadas às ciências sociais. No entanto, como assinala Bedia, se o gênero é uma construção cultural, por força, deve ser objeto de estudo das ciências sociais, pois é considerado princípio estruturador em todas as sociedades que se expressam nas condições de produ-

ção e reprodução, reforçado através de sistemas culturais, religiosos e ideológicos. (BEDIA, 1995, p. 62).

Na atualidade, o conceito de gênero tomou relativa significância principalmente no meio acadêmico e no interior das organizações feministas, sendo reconhecido como um avanço teórico nos estudos das relações entre mulheres e homens na sociedade. Gênero também é freqüentemente utilizado como sinônimo de organizações de mulheres, ou então, de forma mais simbólica, caracterizou-se como o estudo sobre os problemas das mulheres, o que muitas vezes tem resultado em confusões e desvio de conceito. Isso se deve também porque o termo *gênero* esteve historicamente presente no discurso feminista e nas organizações de mulheres, o que passou a ser caracterizado como *questão de mulher*.

## Retratos e realidades de gênero na agricultura

Ao analisar a participação feminina na força de trabalho, percebeu-se um fenômeno importante de crescimento e ascensão de forma bastante rápida. A partir da metade do século XX, juntamente com o crescimento da indústria brasileira, as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, aumentando sua participação entre os anos de 1950 à 1980, 13 pontos percentuais, chegando nos anos de 1990 a representar uma taxa de participação feminina de 40%. Contudo, a massiva entrada das mulheres nos espaços de trabalho não significou uma diminuição das desigualdades de gênero. O emprego para as mulheres ainda concentra-se em alguns setores e em pequeno número de profissões. Há muitas situações onde as mulheres trabalham em profissões pouco definidas, menos especializadas e menos remuneradas. O espaço doméstico permanece, na grande maioria das famílias, ainda sob responsabilidade das mulheres, acarretando uma sobrecarregada jornada de trabalho.

No espaço rural, a participação feminina toma outra conotação com especificidades próprias em relação aos processos de trabalho que, geralmente, envolvem mão de obra familiar no desenvolvimento das atividades. As mulheres participam em todas as atividades, dependendo da quantidade de membros da família disponibilizados para as atividades agrícolas. As mulheres, mãe e filhas, têm por responsabilidade as atividades ditas domésticas, o que não as ausenta das atividades na agricultura, ao contrário, elas conciliam as duas atividades permanentemente.

Esse contexto promove, de forma involuntária, uma separação de atividades que se torna praticamente *naturalizada* à divisão sexual do trabalho. Mesmo o grande estudioso da produção econômica camponesa, Chayanov, ao se deparar com as estatísticas que apontavam o tempo de trabalho muito maior das mulheres em relação ao dos homens, na Rússia do início do século, afirmou: “uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral, a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da fazenda é de acordo com o sexo; em geral, os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico.” (CHAYANOV, 1985, p. 210).

Essa *naturalização* da divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim, tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da família pelo nascimento e criação dos herdeiros). A diferenciação de tarefas entre homens e mulheres tem também como consequência uma subordinação entre os gêneros. Na agricultura familiar essa subordinação

se expressa, entre outras questões, na desvalorização das atividades realizadas pelas mulheres (principalmente no trabalho doméstico, já o seu trabalho na agricultura é considerado como *ajuda*), no papel reconhecido do homem como principal responsável pela unidade familiar, assim como na aceitação mais ou menos generalizada de que, em função disso, cabe ao homem representar a unidade familiar no ambiente público, para fora do estabelecimento.

Mesmo existindo significativos estudos acerca do tema mulher/gênero na agricultura, ainda é difícil compreender a separação entre o espaço público e o privado, pois há uma mescla de atividades. Por exemplo, as atividades desenvolvidas pelos homens relacionam-se ao trabalho da roça, ao *poder político* de tomada de decisões, à participação e representação como *chefe* da família em espaços da sociedade, da comunidade e dos *negócios na cidade*. Enquanto que as atividades desenvolvidas pela mulher extrapolam o espaço delimitado da casa e do cuidado dos filhos, incluindo também as atividades da horta e da roça (considerados como *ajuda* ao marido), assumindo trabalhos regulares de plantio, capina, colheita e outros, especialmente na produção das chamadas miudezas<sup>4</sup> e do cuidado de um pequeno pomar.

Para Tedesco (1999, p. 175), “[...] no meio rural sempre esteve presente a divisão espacial em termos *de casa* e *de fora*,<sup>5</sup> relacionada à alimentação, educação, limpeza, reprodução dos princípios inerentes à família do colono e à cultura camponesa e ao meio rural em geral [...]”. O trabalho doméstico, espaço privado e o trabalho fora de casa,

---

<sup>4</sup> As miudezas se referem ao cultivo de produtos para consumo próprio da família, como batata, cebola, alho, amendoim, pipoca, arroz, melancia, abóbora, tomate, entre muitos outros.

<sup>5</sup> Anoção “de fora” se relaciona-se ao público e as inter-relações com o espaço de trabalho, o que exclui a horta, o quintal, os espaços de plantações de pastos, de produtos de consumo interno, os estábulos etc. Ver TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 175.

como o espaço público, em geral produzem intranqüilidade, pois mesmo as mulheres desenvolvendo atividades fora de casa, essas atividades não contam como valor econômico. No entanto, atividades realizadas pelos homens no espaço privado, como o vinho produzido nos porões das casas, têm alto valor comercial.

Um estudo realizado por Paulilo relaciona a divisão sexual de trabalho no meio rural com uma terminologia mais adequada à realidade espacial, não mais como espaço público ou privado, mas sim pode ser definido como espaço produtivo e improdutivo. Por certo, é preciso considerar que essa terminologia carrega consigo um certo juízo no que tange à importância de um ou de outro. Segundo Paulilo (2001), “[...] na década de 1970, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar *trabalho produtivo* de *trabalho improdutivo*, referindo-se, o primeiro, às atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria improdutivo”. Para a autora, é preciso considerar que, apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, é através dele que se conquista a independência feminina. É claro que essa situação diz respeito ao mundo urbano, diferentemente do meio rural, onde essa autonomia ainda está bastante distante.

O foco em discussão, portanto, está estritamente direcionado ao fato do trabalho desenvolvido pelos membros da unidade familiar *ter ou não* valor econômico reconhecido, no caso específico das mulheres. Para ilustrar essa argumentação, podemos tomar como exemplo a produção leiteira, atividade bastante usual em praticamente todas as propriedades de agricultores familiares. Há uma constatação de que as mulheres teriam a responsabilidade sobre essa atividade, até um certo nível de produção destinado somente o para consumo familiar. Quando essa produção passa a receber investimentos e mecanização, aumentando a produtividade e, também, viabilizando a produção de renda, a tarefa é transferida à responsabilidade masculina, principalmente,

na compra de animais, equipamentos, no manejo desses, bem como o recebimento do dinheiro. (CEMTR/DESER, 2000).

A separação entre *produtivo* e *improdutivo* em termos econômicos é bastante nítida, mas também em relação à valorização social do trabalho que cada um desenvolve. Muitas mulheres se referem ao trabalho doméstico (como o de limpeza da casa) como um trabalho invisível, *ninguém percebe se a gente limpou o chão ou não*, pois é um trabalho que não tem reconhecimento. Para Paulilo (2001), a categoria *trabalho*, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar e nas pequenas propriedades agrícolas é uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas.

Contudo, após quatro décadas de ações coletivas e novas teorizações centradas no feminismo, parece ainda não ter sido um tempo suficiente para enraizar socialmente o devido reconhecimento dessa categoria, pois a discussão sobre o trabalho da mulher ainda está no cerne das reivindicações dos movimentos de mulheres. O reconhecimento da profissão de *agricultora* tornou-se um constante debate no interior das organizações de agricultores e agricultoras, na tentativa de desmistificar a idéia de que ser agricultora é algo *atrasado*, sendo mais *bonito* identificar-se como *do lar*.

A análise das relações de gênero na agricultura remete-nos a uma importante discussão sobre a identidade da mulher, não mais centrada nos papéis socialmente atribuídos à mulher como mãe e esposa (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995, p. 50), mas no processo de construção de uma nova identidade de mulher-rural, conferindo visibilidade a sua participação na produção. Grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organização familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas.

Carneiro (2001, p. 48) aponta que, reconhece-se o trabalho feminino na lavoura, em condições semelhantes ao do homem, ainda que caiba a este a posição de chefe da unidade produtiva, mesmo quando é a mulher que assume, de fato, essa função.<sup>6</sup> A autora enfatiza ainda que a participação da mulher nas tarefas agrícolas não modifica a posição de hierarquia familiar, mesmo nessas situações em que assume por completo a atividade agrícola, ela permanece na condição de auxiliar de homem. Nesse sentido, a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do trabalho feminino, ou na não participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal.

A invisibilidade do trabalho feminino pode ser entendida através da sua não-valorização e valorização econômica, ou seja, é um trabalho reprodutivo, que objetiva ser o mantenedor da força de trabalho na unidade familiar. Segundo Schaaf (2001, p. 98), a unidade familiar apesar de representar uma coletividade, tem relações desiguais entre os membros da mesma unidade, as quais em certa medida são refletidas na divisão do espaço da propriedade, no tempo dedicado a cada atividade e em sua importância, o que representa uma oposição entre *masculino* e *feminino* e entre *jovem* e *idoso*.

Uma pesquisa realizada no Paraná sobre gênero e associativismo na agricultura familiar (CEMTR/DESER, 2001, p. 58-60), aponta que a participação da mulher nos processos decisórios relacionados à produção no meio rural ainda é muito restrita. Indica que, apesar de se envolverem diretamente em inúmeras tarefas do ciclo produtivo familiar, as agricultoras possuem uma influência relativamente pequena sobre as decisões que afetam a continuidade dos empreendimentos realizados pela família ou então pelas associações de agricultores. Nas associações, normalmente, prevalece uma visão que concebe os homens como os representantes *naturais*,

---

<sup>6</sup> Casos onde o homem é um camponês assalariado.

ocupando os principais cargos de direção, decidindo sobre comercialização ou investimento, negociando projetos, participando de cursos de capacitação, enfim, assumindo a responsabilidade com o mundo público.

Por outro lado, é possível identificar uma certa insegurança das mulheres em participar de espaços construídos como essencialmente masculinos, sendo que as principais razões apontadas para explicar o maior envolvimento dos homens nas atividades desenvolvidas pelas associações estão relacionados a dois fatos interdependentes. Um atribuindo a dupla ou sobrecarregada jornada de trabalho das mulheres, e outro à maior facilidade dos homens *para sair de casa, pois eles têm mais tempo e estão mais livres*.

A maioria das mulheres ainda declara ter *medo de falar*, ou preferem dizer que “ajudam os homens a discutir em casa e depois eles expõem as idéias” no grupo. Essa insegurança das mulheres pode ser entendida por um lado, pela sua trajetória histórica de não terem sido *acostumadas*, incentivadas a expor suas idéias e por não terem oportunidades e espaços de participação das mulheres na esfera pública. Por outro lado, o sentimento de *medo* retrata a condição real da mulher agricultora, pois na prática ela é tratada (e condicionada a sentir-se) como uma pessoa *inferior*.

A desvalorização do trabalho das mulheres também pode ser identificado através da falta de investimentos em infra-estrutura para viabilizar e facilitar determinados tipos de tarefas. De forma geral, as famílias não dispõem de equipamentos eletrodomésticos ou de instalações de infra-estrutura adequada e equipamentos agrícolas que atenuem a carga de trabalho feminino, exigindo das mulheres um esforço físico adicional para cumprir determinadas tarefas. Muitas vezes, a família dispõe de recursos financeiros para adquirir tais produtos ou construir essas instalações, porém, como se trata de uma despesa associada a uma atividade vista como secundária pelos homens, não se faz nenhum investimento para facilitar as condições de trabalho designadas ainda às mulheres. Nesse

contexto é perceptível como as decisões das famílias passam pelo crivo de uma perspectiva de gênero e de maior ou menor valoração do trabalho que homens e mulheres desenvolvem na unidade familiar.

## UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA ECOLÓGICA

As relações de gênero na agricultura manifestam-se sob formas imensamente variadas. Dependem dos espaços socialmente construídos, das realidades e singularidades regionais, da diversidade dos campos sociais e seus correspondentes *habitus*, do padrão cultural e dos valores determinantes, inclusive étnicos, enfim, de uma multitude de processos sociais que se expressam e se materializam em situações específicas, assim determinando o padrão de relações entre mulheres e homens no mundo contemporâneo.

Partindo da compreensão de que o gênero é uma construção social e, conseqüentemente, resultante de uma interpretação e de representações embutidas em relações de poder, as quais se reproduzem em todas as sociedades e ambientes sociais, também é esperado que essas assimetrias e as relações sociais correspondentes se mantenham no meio rural.

Como já foi evidenciado anteriormente, essas desigualdades de gênero permanecem no mundo rural, de forma bastante conservadora, em vista de valores que são mantidos pela cultura (através da educação, da religião e de outros processos de socialização) e das formas de organização e estruturas sociais apontadas em diversas pesquisas já desenvolvidas, que foram objeto de estudo, fazendo parte de uma literatura significativa na atualidade.

Considerando a viabilidade da agricultura ecológica e os estudos recentes nessa área, pode-se afirmar que a

agricultura ecológica produz resultados concretos, tanto no nível ambiental quanto em termos econômicos e produtivos. Contudo, no que tange aos aspectos culturais, especialmente nas relações familiares e de gênero, ainda são escassos os estudos que enfocam o tema e que investigam os impactos de um novo sistema agrícola, assentado em objetivos ecológicos, em relações de gênero intrafamiliares e na condução do modo de vida característico da agricultura familiar.

Evidentemente, as respostas em relação à mudança no sistema produtivo, mesmo que de forma mais complexa, são mais perceptíveis até porque tendem a ser contabilizadas, quase sempre, a partir de variáveis quantitativas, não deixando de enfatizar, entretanto, que os resultados qualitativos, que na agricultura ecológica, são fundamentais tanto para os agricultores como para os pesquisadores que navegam nesse emaranhado contexto socioambiental. Entretanto, a cultura, o mundo das idéias, sua construção e desconstrução, envolvem questões do campo simbólico e da vida privada e, conseqüentemente, são aspectos fortemente subjetivos.

Os desafios interpretativos, aliás, são claramente ressaltados por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 17) quando abordam a temática da cultura, utilizando uma noção mais abrangente, chamando a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política e, portanto, às relações de poder. Segundo os autores, “[...] significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento do seu caráter *cultural* ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados”.

A cultura, nessa ótica, compreende um processo coletivo e incessantemente mutável de produção de significados que moldam a experiência social e configuram as relações sociais.

Nesse sentido, Alvarez, Dagnino e Escobar apud Jordan e Weedon afirmam que “[...] cultura não é uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas. Cultura é um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades”. (2000, p. 18)

Far-se-á menção a essas especificidades, no que tange aos processos decisórios, à modificação de valores, como autonomia, participação e oportunidades, mas também do processo de trabalho, às práticas de tomada de decisões, à valorização e valoração do papel e do trabalho da mulher, às novas particularidades do trabalho doméstico, entre outros aspectos, os quais expressam um outro *jogo das ações e reações*.

Parte-se de um pressuposto, qual seja: a agricultura ecológica provoca entre os atores envolvidos uma nova *visão de mundo* acerca do todo que os envolve, sua vida, seu trabalho, a atividade que realizam, suas percepções. Como já salientado, os agricultores passam a desenvolver práticas de produção inteiramente distintas das convencionais, incorporam novos valores (sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais) e estabelecem, conseqüentemente, novos processos de interação e sociabilidade.

Os princípios, que na agricultura ecológica passam a nortear tanto os processos de produção quanto os de reprodução,<sup>7</sup> atribuem extrema valorização aos componentes ambientais e, conseqüentemente, uma explícita revalorização das relações entre humanos e não-humanos ou, mais genericamente, entre sociedade e natureza. Uma entrevistada retrata algumas dessas mudanças quando destaca que “[...] A agricultura ecológica mudou tudo. Antes a gente ficava mais doente. Acho que, além de não ter mais o agrotóxico, a gente é mais feliz,

---

<sup>7</sup> A reprodução é entendida aqui como envolvendo uma noção bastante abrangente, desde o trabalho reprodutivo, mas também a reprodução de idéias no circuito das interações, nas dimensões simbólicas e materiais.

porque se realiza no que faz. A gente ensina às crianças de forma diferente, tudo é valorizado”.<sup>8</sup>

Outra agricultora também salienta o aspecto da mudança e do valor atribuído aos elementos da natureza, ressaltando que “[...] nós não dávamos valor a pequenas coisas como, por exemplo, um ninho de passarinho, que antes a gente achava e matava porque ia comer as frutas, queimava-se o inço para deixar o solo limpo. Agora temos a compreensão de que tudo faz parte, [da natureza] é um reaprender tudo e ver com outros olhos”.<sup>9</sup>

É importante perceber essa estrita conexão que existe entre as mudanças no sistema produtivo e as decorrentes relações entre natureza com os humanos, pois não é possível implementar esses processos sem, de fato, *reaprender* a valorizar todos os aspectos que foram praticamente esquecidos e desvalorizados culturalmente algumas décadas atrás.

Esse *reaprender*, citado pela entrevistada, tem um significado importantíssimo, envolvendo desde a tomada de decisão coletiva da família na prática e no dia-a-dia, indicando mais diálogo; o aprendizado, recuperação ou até mesmo o desenvolvimento de técnicas de produção; a modificação de valores em relação ao meio ambiente compreendendo que *tudo tem o seu lugar* e situando os seres humanos, especialmente o grupo familiar, as associações, os técnicos, os consumidores, todos os praticantes dessa rede, como agentes fundamentais para a viabilidade desse processo.

Com essa compreensão mais geral e o desenvolvimento de uma nova *visão de mundo*, as relações de gênero também assumem, crescentemente, um formato diferenciado, alterando-se significativamente as desigualdades sociais e os papéis que eram desempenhados até então por mulheres e homens. Essa hipótese geral pode ser confirmada em es-

---

<sup>8</sup> J. P. F., agricultora, 28 anos.

<sup>9</sup> D. C. P., agricultora, 25 anos.

pecial se articulada à significativa influência que os atores externos<sup>10</sup> exercem no sentido de impulsionar uma nova concepção sobre as relações de gênero.

Essa nova *visão de mundo*, portanto, seria parcial (*não ecológica*) se não provocasse maior solidariedade social e não instituísse mecanismos democratizantes nas relações intra-familiares e de gênero. Uma agricultora relatou que “[...] na agroecologia você tem que participar, não é só produzir, tem cursos, você sai, tem uma visão diferente das coisas, fazer parte de um grupo, de uma associação, é uma mudança [...] Lá em casa, nós planejamos juntos, a quantidade que vamos plantar, em qual lugar [...], isso acontece na hora do almoço, da janta, a gente sempre conversa”.<sup>11</sup>

Ou seja, a agricultura ecológica imprime perspectivas de mudanças nos padrões de relações até então, mas é importante ressaltar, que essas mudanças, alicerçadas historicamente, necessitam de mais tempo e trabalho para serem assimiladas, adquirindo novos significados.

É possível verificar, a partir das entrevistas, que ainda é bastante difícil para as próprias mulheres apropriarem-se de uma compreensão do masculino e feminino como uma construção social, principalmente quando relacionados à idéia de divisão de papéis em relação ao trabalho, pois tal segmentação é fortemente naturalizada.

Na frase usual ouviu-se: “Eu faço um trabalho de mulher, meu marido cuida da administração”.<sup>12</sup> Mesmo tendo iniciado o trabalho da agricultura ecológica há aproximadamente 13 anos, e hoje trabalhando com uma agroindústria de massas, a entrevistada considera isso é um trabalho “somente para mulheres” e ressalta que está apenas dando continuidade ao que aprendeu com a mãe. Ao mesmo tempo, também argumenta que passou a ter mais autonomia enquanto mulher,

---

<sup>10</sup> São entidades que interagem junto aos grupos e associações como; Centro Ecológico, mediações religiosas, Emater.

<sup>11</sup> A. M. Z., agricultora, 35 anos.

<sup>12</sup> H. F. R. agricultora, 42 anos.

pois tem seu negócio próprio, decidindo e não precisando pedir autorização ao seu marido. Nesse sentido, argumenta que “[...] Eu também fui dependente do marido, ele que mandava na roça e no dinheiro, mesmo quando já trabalhava com a agricultura ecológica era assim. Eu despertei há pouco tempo para uma atividade que eu gosto, a agroindústria me despertou”,<sup>13</sup>

Para algumas mulheres, a autonomia e independência significam, principalmente, *tocar* o seu próprio negócio e garantir também o seu próprio dinheiro. No entanto, a partir dessa questão, mas mantendo-se apenas em sua *exterioridade*, poder-se-ia considerar que as mulheres que desenvolvem a agricultura convencional e têm uma agroindústria também poderiam ter sua autonomia, sobretudo financeira.

Qual seria, então, o diferencial da agricultura ecológica para modificar relações de gênero? Basicamente, embora um processo de longa duração temporal, a agricultura ecológica *potencializa* maior espaço de adensamento societário para o conjunto dos membros da unidade familiar no interior e fora do estabelecimento agrícola, no qual a participação em novas atividades de formação, informação e articulação possibilitam, no caso específico das mulheres, integrar-se mais solidamente em processos sociais que historicamente foram fechados a elas.

Apesar de os comportamentos sociais e as evidências de novos valores (isto é, apreensões sociais sobre o mundo, transformadas em padrões normativos e práticas sociais) não serem ainda tão disseminados, parece certo que a idéia do poder masculino, em que o pai ou o homem da família comanda incontrastavelmente a unidade familiar, na agricultura ecológica não se sustenta. Particularmente, porque a ruptura do padrão convencional de produção e a opção pelo ecológico não se constroem sobre uma decisão individual. Esse processo de mudança no sistema de produção possibilita (ou, pelo menos,

---

<sup>13</sup> H. F. R. agricultora, 42 anos.

potencializa) mais democratização, justamente porque está se vivenciando por essas famílias algo que é novo, desafiador e com implicações profundas para toda a família, razão pela qual precisa ser discutido por todos os seus integrantes.

A adesão à agricultura ecológica surgiu de idéias de grupos de jovens e isso significa, obrigatoriamente, que houve um debate familiar para optar por essa mudança, durante a qual o *patriarca* perdeu automaticamente um pouco de seu poder, sendo forçado a ouvir a opinião da mulher e dos filhos, ou então, como ocorreu em muitas situações relatadas, elas próprias começaram a participar das atividades da associação e, munidas de uma renovada capacidade argumentativa, convenceram o marido após este perceber os resultados concretos.

Alguns fatores são fundamentais na análise sobre a valorização do papel da mulher na agricultura ecológica. As atividades que antes eram desenvolvidas somente para a subsistência da família, na agricultura ecológica, sob forma qualificada e em número maior, passam a ser a principal renda da família.

Ou seja, há uma agregação de valor econômico nas atividades que antes eram somente desenvolvidas pelas mulheres. Ao decidir pela mudança no sistema produtivo, faz-se uma opção por também investir num espaço que era antes essencialmente feminino, e as mulheres passam a ser sujeitos fundamentais desse processo, em vista do domínio das técnicas de produção, da habilidade e experiência. Como recorda uma entrevistada, “[...] Antes a horta era trabalho da vó. Hoje aumentamos o tamanho da horta e todos trabalham. Os homens antes tinham receio de trabalhar na horta e, hoje, eles vêem que este é um trabalho que dá dinheiro”.<sup>14</sup>

A produção de olerícolas, também requer um trabalho mais delicado, cuidadoso e planejado, para possibilitar que semanalmente este *mix* de produtos possa ser oferecido ao consumidor. Portanto, necessita do envolvimento de todos os

---

<sup>14</sup> T. M. C., agricultora, 46 anos.

membros da família nesse minucioso trabalho principalmente o de plantio e de colheita dos produtos para a feira.

Um depoimento de outra agricultora igualmente revelou, segundo sua visão, que “[...] na horta ele faz este trabalho com prazer. Eu acho que antes ficava na responsabilidade da mulher, talvez porque o homem não tinha tempo ou, havia falta de interesse. Mas hoje, como é uma de nossas principais atividades, ele prioriza. Pensando bem é porque dá renda, dinheiro. Antes, era só para subsistência, não rendia dinheiro; agora, a venda da feira dá retorno toda semana, é mais rápido”.<sup>15</sup>

A agricultura ecológica envolve mais as pessoas em todas as atividades. Além disso, as atividades prioritariamente desenvolvidas passam a ser de cultivos de produtos, de que normalmente as mulheres tinham o domínio, como, por exemplo, a horta. Nessa lógica, a mulher passa a ser peça-chave no desenvolvimento da atividade agrícola ecológica, pois ela sabe as *luas* da sementeira, o tempo de crescimento e de maturação das hortaliças, as receitas e o modo de fazer as conservas e outros aspectos.

Esse processo possibilita às mulheres um espaço de diálogo que, conseqüentemente, pode ser entendido também como democratização das decisões, pois as mulheres estão diretamente envolvidas. É notável perceber a dicotomia que há entre a agricultura convencional e a agricultura ecológica em tal aspecto, o que antes era uma relação completamente patriarcal, com a total predominância do pai como o chefe da família, acerca das decisões tomadas por ele, ou então consultando os filhos homens mais velhos, de preferência casados, agora passa a ser um processo conjunto de tomada de decisões: “[...] aqui, é tudo de igual para igual [...] é tudo junto, não há essa coisa de que um cuida e decide, todos sabem de tudo”.<sup>16</sup> Ocorre que, pelo fato de todos os membros da família

---

<sup>15</sup> M. C. Z., agricultora, 35 anos.

<sup>16</sup> J. P. F., agricultora, 28 anos.

inserir-se em praticamente todo o conjunto de atividades (produção, transformação dos produtos, comercialização, negócios/administração, capacitação técnica e organizativa e outros). É preciso que se estabeleçam relações mais democráticas tanto de poder quanto de saber, o que possibilita aos indivíduos envolvidos o dominarem todo o processo que está sendo desenvolvido.

O processo de participação dos membros da unidade familiar e, especialmente, das mulheres, em atividades como reuniões ou cursos, técnicos ou político-pedagógicos, que propiciam maior conhecimento e segurança no desenvolvimento da prática da agricultura ecológica, promove maior satisfação entre os membros da família e também entre as participantes do grupo da associação. A interação com outros indivíduos, e a dinâmica desenvolvida nessas atividades, nas quais todos têm algo a aprender, mas também a ensinar, proporcionam a recuperação da auto-estima desses agricultores e agricultoras.

Para as agricultoras entrevistadas, esses espaços permitem discutir as desigualdades de gênero, já que, nesse caso, “[...] na agricultura ecológica participamos de cursos, de reuniões e, nos grupos, as mulheres têm uma visão um pouco diferente. Mas aquela mulher que está só trabalhando e não participa de quase nada, nossa! Essa mulher não é valorizada e ela não quer participar porque não tem espaço que ela se sintam bem”.<sup>17</sup> É possível compreender que o processo de interação social recupera para as mulheres a auto-estima, transformando-as em sujeitos ativos e importantes no grupo familiar e na sociedade.

---

<sup>17</sup> A. M. Z., agricultora, 35 anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, nesse conteúdo, entender alguns aspectos sobre os processos de transição para a agricultura ecológica e como esses dialogam com as relações de gênero. Essa reflexão, ainda que inicial, revelou indícios de alterações no mundo da vida de agricultores e agricultoras.

A opção pela agricultura ecológica envolve uma série de fatores dentro da unidade familiar, principalmente relacionado aos processos decisórios, no qual o poder patriarcal, que dominava anteriormente passa a ser desmantelado, redefinindo de papéis e espaços. Uma constatação inicial foi de que o espaço de trabalho antes considerado improdutivo (doméstico ou privado) agora passa a ser o principal local de produção onde é garantida a maior parte da renda familiar. O *improdutivo* (da casa, da horta, da transformação de alimentos, da fabricação de pães, doces, conservas, sucos, da criação e cuidado dos animais domésticos e outros) que era desenvolvido essencialmente pelas mulheres, com papel secundário, e finalidade de garantir a subsistência familiar, tem na agricultura ecológica uma extrema valorização e valoração econômica.

Dessa forma é possível observar que ocorre uma transferência radical do local estratégico de produção. Ou seja, há uma transferência de valor, o que era improdutivo e desvalorizado, passa a ser produtivo e valorizado.

O espaço doméstico, historicamente destinado às mulheres, constitui-se como um lugar, talvez o único, onde as mulheres têm maior *poder*, mesmo que nunca tenha sido considerado importante. Se esse é um espaço de domínio feminino, é difícil compreender porque de um momento para o outro ele se torna extremamente valorizado.

A pesquisa de campo, bem como as evidências empíricas, demonstraram que essa mudança no *local* de produção está estritamente ligada à valoração econômica que este passa

a obter. Observou-se, por exemplo, que o maior aumento em termos da produção foi o de olerícolas, antes produzido somente para consumo familiar. Certamente, essa mudança na estratégia produtiva passou também pelo convencimento das mulheres, pois são elas que obtêm maior conhecimento e domínio das técnicas de produção.

Outro elemento a ser destacado, diz respeito à complexidade dos processos de mudança ambiental que envolve várias dimensões, no qual *o olhar* sobre as relações de gênero é parte integrante. As transições ecológicas permitem a todos os envolvidos uma nova visão de mundo, em vista das necessidades de aprender e reaprender técnicas produtivas, novos padrões e relações societárias, oportunizando mudanças de valores em relação à natureza e os humanos.

A forma pela qual a agricultura ecológica estrutura-se, no espaço intrafamiliar e interfamiliar, faz com que todos os membros da unidade produtiva entrem em contato com outros espaços societários, e de interação, sejam eles em momentos de qualificação ou aperfeiçoamento (cursos, oficinas), troca de experiências (com outras associações e grupos) ou mesmo nos espaços de comercialização que, principalmente, para muitas entrevistadas, consideram esses momentos como uma *escola de aprendizado*. A visão de mundo amplia-se e conseqüentemente amplia-se à visão sobre o papel e valorização da mulher.

A relação que era estabelecida pelo poder masculino, no qual o pai decidia sobre os rumos do processo produtivo convencional, agora precisa ser remetido a uma discussão com a família e principalmente com a mulher que tem o domínio desse espaço. É possível evidenciar que a tomada de decisões sobre a agricultura ecológica foi feita de forma coletiva, mesmo sendo um processo mais longo e demorado. Conseqüentemente, essa mudança exige a necessidade de, além de dominar as técnicas de produção existentes, buscar outras formas de aprendizado.

A agricultura ecológica possibilita, nas relações interfamiliares e com outros atores, maiores processos de sociabilidade e interação e, nas relações intrafamiliares, maiores espaços de diálogo e tomada de decisões coletivas. Esses elementos articulados permitem apontar que as mulheres ecologistas têm mais espaços e oportunidades de participação social, permitindo sentirem-se sujeitos e parte do processo. Também é possível evidenciar que os processos decisórios tornaram-se mais democráticos e as relações de trabalho menos desiguais, com relativo reconhecimento do trabalho da mulher.

É importante considerar que a transição que está sendo desenvolvida por esses agricultores e agricultoras na direção da agricultura ecológica é um processo que encontra limites que precisam ser superados internamente nas famílias, nas associações, assim como nas relações externas mais gerais. As desigualdades de gênero já começam a ser superadas, pois estão em andamento novas configurações que possibilitam relações mais democráticas entre mulheres e homens. É claro que essas mudanças não andam na mesma velocidade das verificadas no sistema produtivo, entretanto, embora de forma um pouco mais lenta, a agricultura ecológica seja um dos principais espaços de reconstrução de relações e de reencontro com padrões societários socialmente mais justos e igualitários.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BEDIA, Rosa Cobo. Género. In: AMÓROS, Célia. *10 palabras clave sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU et al. (Org.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996. p. 39-58.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45-57, nov. 1995.

CEMTR/DESER. *Gênero e associativismo na agricultura familiar*. Curitiba: [s.n.], jan. 2000.

CHAYANOV, Alexander V. *La organizacion de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985. p. 210.

DEERE, Carmem D.; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOODMAN, David et al. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos – O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORDAN, Glenn; WEEDON, Chris. *Cultural politics: class, gender, race and the postmodern world*. Oxford: Blackwell, 1995.

NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

PASTORE, Elenice. *Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul*.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de pesquisa*, PPGSP/UFSC, n. 21, jun. 2001.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?* As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

SCHAAF, Alie van der. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHIMITT, Claudia Job. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região Serrana do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990.

TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

# Movimentos sociais: retrospectivas e os novos desafios

Henrique Kujawa\*

## Introdução

Os movimentos sociais têm sido tema recorrente para pesquisadores das ciências sociais, com tratamentos diferenciados em cada período, interpretando-os como os grandes agentes das mudanças sociais, da dinamização da política e da ação do estado, ou então, mais recentemente, como parte da institucionalidade, modificando sua forma de organização e objetivos. É inegável que, com diferentes formas de organização e diferentes reivindicações cumprindo papéis específicos, os movimentos sociais fazem parte do tecido social brasileiro.

Este capítulo pretende, de forma didática, entender o tratamento dos pesquisadores à temática dos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas e realçar alguns desafios.

Para iniciar, será esclarecido o conceito de *movimentos sociais* a partir de teóricos da área. Após, serão resgatados as diferentes formas de análise de movimentos sociais, principalmente as diferenças dos mesmos durante os anos de 1970/80 e depois nos anos de 1990. Por fim, serão apresentadas características dos movimentos neste início de século

---

\* Professor da Universidade de Passo Fundo e da Universidade de Chapecó, mestre em história.

e os desafios que permanecem para as ciências sociais sobre essa temática.

## MOVIMENTOS SOCIAIS: A BUSCA DE UMA INTERPRETAÇÃO

A definição e a especificação da categoria sociológica *movimento social* não é algo fácil, devido às abordagens adaptadas para cada autor, porém serão revistos os pensamentos de alguns autores para se manter uma definição.

Castells (1976, p. 3) coloca que movimentos sociais urbanos “são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana.”

A compreensão de Castells é a de que os movimentos sociais têm como elemento fundante a contraposição à ordem social vigente representada pelo Estado. Seus estudos abordam essencialmente os movimentos urbanos e tratam, portanto, da questão da moradia, acesso a serviços coletivos como educação, saúde, cultura e transporte. Para o autor, os movimentos por demandas coletivas específicas estão relacionados à estrutura do sistema capitalista, já as questões urbanas são demonstrativas das contradições estruturais do sistema vigente no qual o Estado representa o *status quo*.

Outro autor com grande influência nas abordagens sobre movimentos sociais na América Latina e, especificamente no Brasil, é Alain Touraine. Para ele, os movimentos sociais “são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (1991, p. 15). Na compreensão desse autor, os movimentos sociais têm como elemento central a disputa política pela direção política dos rumos da história. Nessa perspectiva, eles estariam inseridos no seio da luta de classes

e representariam as ações pela direção política da sociedade representando as respectivas classes sociais.

Ammann (1991), diferenciando-se de Touraine, aponta seis características gerais que construiriam o contorno da definição do conceito de movimentos sociais:

- a) O elemento central da constituição do movimento é a contestação, portanto, ações reivindicatórias e cooperativas não se caracterizam como movimento.
- b) Os movimentos sociais devem ser lidos no contexto das relações de produção, pois é aí que eles contestam determinadas relações sociais.
- c) Os protagonistas dos movimentos sociais não são, necessariamente, classes sociais, podem ser etnias, regiões, religiões etc.
- d) Como decorrência dessas características, nem todo o movimento tem caráter de classe.
- e) Não tendo necessariamente o caráter de classe, também não necessariamente terá a perspectiva de lutar pelo poder político. A autora exemplifica com os movimentos ecológicos ou étnicos que não possuem uma perspectiva de classe, nem de conquista do poder político.
- f) Os movimentos sociais podem ter como objetivo a contestação social ou a preservação das relações sociais vigentes quando elas encontram-se, por algum motivo, ameaçadas.

Após abordar essas características, Ammann (1991, p. 22) elabora o seguinte conceito: “movimento social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.”

Contribuindo com o mesmo esforço de definir a categoria sociológica de movimentos sociais, Scherer-Warren (1989) aborda que o termo *movimentos sociais* surge na sociologia acadêmica em meados do século XIX com Lorez Von

Stein, que aponta a necessidade de uma ciência da sociedade que contribuísse na análise dos movimentos sociais da época, ligados à luta proletária e ao socialismo emergentes.

Em meados do século XX, surgem diversos autores (Mac-Iver, R. Heberle, G. Roger A. Touraine) que abordam essa temática, apontando alguns critérios para definição dos movimentos sociais, referindo-se a um grupo mais ou menos organizado, sob a liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social.

A mesma autora coloca que, na segunda metade do século XX, cresce a influência da teoria marxista para entender os movimentos sociais. A partir dessa leitura teórica, os estudos buscam entendê-los na perspectiva de suas ações transformadoras da sociedade. Com essa compreensão, a autora produz o seguinte conceito “Definirei, assim, movimentos sociais como uma ação grupal para transformação [a páxis] voltada para a realização dos mesmos objetivos [o projeto], sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns [a ideologia] e sob uma organização diretiva mais ou menos definida [organização e sua direção]”. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

Gohn (2003, p. 13), recentemente, definiu a sua compreensão de movimentos sociais com ações coletivas que expressam suas demandas das mais diversas formas: “[...] nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilização marcha, concentração, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até pressões indiretas.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Gohn (2000) elabora uma complexa teorização sobre a compreensão dos movimentos sociais e a possibilidade de uma teoria para a sua interpretação, contudo optamos por esta elaboração que é mais sucinta e apropriada para este capítulo.

A autora deixa clara a sua posição quanto ao papel dos movimentos sociais na sociedade quando afirma que “os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão”, entendendo-os como o “coração da sociedade” (GOHN, 2003), com a força criativa em grande medida responsável pelas inovações socioculturais.

Essas diversas compreensões de movimentos sociais são frutos de períodos e abordagens teóricas distintas.

## ABORDAGENS TEÓRICAS E PERSPECTIVAS DE LEITURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Strapazzon (1997) classifica as abordagens dos movimentos sociais pela sociologia em três perspectivas: estrutural-determinista, político-institucional e pluralista-articulista.

a) Estrutural-determinista: esta perspectiva, sob a luz teórica marxista, analisa os movimentos a partir do viés econômico, analisando a sociedade como um todo racional e articulado, entende os movimentos como reação contestatória à base capitalista, que é a propriedade e a exploração da mão-de-obra. Dentro da lógica da luta de classe (burguesia e proletariado), os movimentos sociais são ações e mecanismos que explicitam a referida luta, permitindo a acumulação de forças do proletariado na sua função histórica de realizar a revolução. “Os movimentos sociais, como constituinte de lutas que englobavam diversos setores explorados da sociedade, eram reduzidos ao termo proletários e estavam imbuídos da necessidade de transformar a sociedade, uma vez que na luta de classes eles fizeram parte do sujeito histórico da revolução, juntamente com os operários urbanos. (STRAPAZZON, 1997, p. 16)”.

Continua o autor: “Nesse caso, os movimentos sociais rurais [...] são reduzidos a uma perspectiva de luta de classes e acham seu nicho dentro dos discursos e da teoria marxista

como integrantes do sujeito que revoluciona a sociedade, no processo de mudança social”. (p. 17).

b) Abordagem político-institucional: o surgimento dos movimentos não têm sua base no econômico, mas no político, a partir das falhas do sistema representativo. “Essa perspectiva de análise do surgimento dos movimentos sociais rurais, que não se localiza no nível econômico, explica que estes surgem a partir de falhas no sistema representativo político e corporativo. Pelo lado da representação política a falha ocorre a partir dos partidos políticos e, pelo lado corporativo, a partir dos sindicatos”. (p. 18).

c) Abordagem pluralista-articulista: entende que a sociedade é composta pela pluralidade de posições de sujeitos e que estas posições são construídas por várias formações discursivas. “Nesse caso, os movimentos sociais seriam articulações de discursos que mobilizam várias significações, vinculadas a posições de sujeitos (religiosos, econômicas, culturais etc), que os unificam e mobilizam-nos em busca do que lhes foi tirado ou que é considerado como um direito coletivo”. (p. 19).

Se, na primeira base interpretativa, o econômico é o central, na segunda o político é o centro, na terceira, o núcleo é a constituição de identidade coletiva buscando fugir das análises totalizantes e teleológicas que visualizam um papel predeterminado para os sujeitos históricos, no caso os movimentos sociais. “Na última abordagem, a sociedade é concebida como espaço de formação de identidades coletivas, portanto, consideramo-la como alternativa para o entendimento dos movimentos sociais, desvinculando-a das bases teóricas tradicionais.

A visão da sociedade plural e indeterminada auxilia para que não se caia na tentação de considerar os movimentos sociais como um sujeito social, cujo destino está determinado de antemão. Além disso, há a consideração do pluralismo dos atores, o que auxilia para a interpretação de uma sociedade democrática, na qual se considera o político, o econômico e o

social, sem haver distinção de determinação por alguns dos níveis”. (p. 21-22).

Scherer-Warren (1993, p. 13), em um esforço parecido com o do Strapazzom, busca fazer uma reconstrução das teorias dos movimentos sociais na América Latina. Sem entrar na polêmica da definição do que seriam os movimentos sociais, entende que na prática e na teoria as ações coletivas vêm sendo denominadas de movimentos sociais. Aponta que para o entendimento da produção de teorias sociais dos movimentos sociais devemos levar em conta dois elementos: “a) A própria história do desenvolvimento latino-americano em seus aspectos econômicos, políticos e culturais e sua captação pelo pensamento das ciências sociais. b) A história do pensamento social latino-americano em suas articulações com o pensamento teórico internacional”.

A autora aponta quatro períodos nos quais é possível agrupar elementos comuns na produção e análise teórica dos movimentos sociais na América Latina:

a) A luta de classes (século XIX até 1970): nesta primeira fase, o pensamento sociológico girou em torno das correntes marxista e funcionalistas. “Os processos sociais eram analisados como processos de mudanças globais e tomavam como referências básicas as questões do desenvolvimento e da dependência pela primeira corrente e da modernização pela segunda”. (p. 14). Tendo presente que a perspectiva marxista concebe o real enquanto uma totalidade inteligível, macroestrutural e que concebe um sujeito histórico responsável teleologicamente para a transformação histórica: o proletariado e, ao mesmo tempo, a dificuldade de identificar claramente esse sujeito histórico na América Latina, vários estudiosos centraram atenção no sujeito político, estado e partidos de vanguarda como potencial transformador. “Portanto, menos atenção foi dada para as pesquisas sobre as organizações da sociedade civil [isto é, ações coletivas de grupos específicos] ou sobre o significado de suas ações, conflitos ou resistências”. (p. 15).

b) As lutas nacional-populares (anos de 1970): têm como referência central o seminário *As Classes Sociais na América Latina* realizado no México, em 1971. Segundo Scherer-Warren, “esse período traz, de fato, a introdução de novas considerações paradigmáticas do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos sociais”. (p. 15).

Alguns autores europeus tiveram grande influência nessas mudanças, especialmente Touraine e Castells. Touraine, abordando a sociedade da contradição em substituição da sociedade de conflito, propõe a superação das questões objetivas de classe (econômica) e o estudo das contradições na busca pela direção da historicidade. Desenvolve a chamada sociologia da ação, na qual o tema central é a historicidade, a capacidade de autoprodução da sociedade a partir do posicionamento e das relações estabelecidas pelos diversos atores sociais no campo da acumulação do conhecimento e da cultura.

Castells, em suas análises dos movimentos urbanos, estabelece relações entre o espaço da produção e reprodução, entendendo os movimentos urbanos como movimentos de contestação e reivindicações por serviços e bens de consumo coletivos. “Portanto, a noção de centralidade da classe social, da acumulação de forças em torno do partido e da tomada revolucionária do poder, passa a dar lugar, nesse período, à análise da hegemonia e da possibilidade de criação de uma *vontade coletiva nacional-popular*. A ênfase que recaía antes na explicação dos condicionamentos infra-estruturais da ação de classe dará lugar ao exame dos potenciais de articulação em torno da categoria *povo* e dos nexos ideológicos relativos à categoria *nação*. O enfoque do período anterior nas lutas de classe cede lugar às interpretações em termos de lutas históricas nacional-populares”. (CASTELLS, 1976, p. 16).

c) Os movimentos de base (Grassroots) nos anos de 1980, principalmente na metade da década, crescem significativamente os estudos realizados por cientistas sociais, antropólogos, assistentes sociais, utilizando a categoria de movimentos sociais. Em sua maioria, buscam analisar movimentos específicos em sua identidade restrita, verificando os elementos inovadores nessas formas de organização, na forma de fazer política.

A cultura popular, que era entendida como negativa nos anos de 1950-60 (ilógica, arcaica para os liberais e alienada para os marxistas), passa a ser vista como positiva e inovadora nos anos de 1970-80. “A religião e o lazer dos pobres passam a ser vistos como lutas tácitas contra as injustiças das oligarquias tradicionais e do capitalismo moderno. A categoria de sujeito popular para uns e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe”. (SCHERER-WARREN, 1993, p. 17).

A autora diz que permanece, nesse período, dissenso sobre o conceito de movimentos sociais. Enquanto que, para alguns, todas as ações coletivas, reivindicativas ou de protesto são consideradas movimentos sociais, independente de suas abrangências. Para outros, apenas as ações coletivas de conflito constituem-se movimentos sociais, ou seja, aquelas que buscam alterar a sociedade, aqueles que buscam substituir um modelo social vigente por outro modelo (a primeira tem grande influência de Castells e a segunda, de Touraine).

d) As redes de movimentos (networks): Scherer-Warren identifica duas perspectivas na análise dos movimentos sociais. Uma que não mais atribui grande relevância aos movimentos sociais, aponta as obras de Zermeno (1989) e Machado (1989) como características desta abordagem, em que tratam da crise da sociedade e dos movimentos sociais, como também tratam da pobreza, da violência, das agres-

sões pessoais. A segunda, mesmo admitindo a mudança na perspectiva dos movimentos sociais (crise), analisa as novas formas de movimento da sociedade e compreende seus significados sociais, políticos e culturais.

A autora aponta, ainda, que essas mudanças interpretativas não se devem apenas a modificações teóricas, mas também às alterações dos contextos políticos, econômicos e sociais que ocorrem em diversos países da América.

Ruth Cardoso (1994) menciona a existência, a partir da produção acadêmica sobre os movimentos sociais, duas fases: a primeira, a dos anos de 1970, que considera como fase *heróica* e a segunda que considera como *institucionalizada* durante os anos de 1980, após o processo de redemocratização política. Na primeira fase, os movimentos sociais foram tratados como expressão espontânea da sociedade que se mobiliza em busca do novo, da ruptura como o sistema político. “Na primeira fase, os trabalhos todos enfatizam muito o espontaneísmo dos movimentos, o fato de serem uma quebra dentro do sistema político, de surgirem como alguma coisa nova que, de certa maneira, iria substituir os instrumentos de participação até então disponíveis como partidos, associações e outros. [...] Dessa forma, a grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política”. (p. 82).

A interpretação feita durante os anos de 1970 está relacionada a mudanças na forma de fazer ciências sociais, redefinindo as relações entre o pesquisador e o objeto da pesquisa. Valorizaram-se mais técnicas como a observação, o estudo de caso e a pesquisa participante. Intensificou-se a negação da neutralidade do pesquisador, o que, em muitas vezes, segundo a autora, provocou a constituição de uma pesquisa engajada pouco crítica. “Assim, em nome de uma ciência social crítica, nós fizemos uma ciência social engajada e pouco crítica, utilizamos os discursos que os próprios movimentos sociais realizavam e ofereciam, estando as interpretações muitas vezes coladas a esses discursos. Isso não quer dizer que estávamos erradas, visto que esse discurso era também

parte da realidade a ser observada, mas muitas vezes se deu a ele uma importância muito grande”. (p. 85).

A própria interpretação em relação ao espontaneísmo dos movimentos nessa fase se deve, muitas vezes, pela impossibilidade de se revelar que as lideranças foram militantes partidárias ou, ainda, atuavam na clandestinidade, articuladas a grupos partidários.

A segunda fase está relacionada ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a refundação de partidos políticos. Os movimentos passam a ter uma nova relação, seja com os partidos políticos, seja com o Estado e/ou agências públicas. “Cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro. Começa a haver um fenômeno que foi muitas vezes chamado de cooptação, palavra que eu realmente não gosto”. (p. 83).

Junto à idéia de cooptação também se desenvolve a idéia de refluxo dos movimentos sociais. Segundo a autora, as duas questões fazem parte de uma leitura superficial, pois a idéia de refluxo se deve à mudança das formas de ação dos movimentos sociais, ou seja, com a mudança do contexto político, os movimentos passam a organizar-se a partir de novas pautas e, principalmente, desenvolver suas ações na relação com novos agentes políticos.

Quanto à idéia de cooptação, Cardoso considera que, mesmo durante os anos de 1970, os movimentos relacionavam-se com agências públicas. Nesse sentido, a abordagem da autora se relaciona com a compreensão de Jacobi (1993), quando busca demonstrar que os movimentos pela água e pela saúde na grande São Paulo tinham influência de líderes políticos e se relacionavam com agências do Estado responsáveis pela execução desses direitos. Muitas vezes, os próprios movimentos eram instigados para a mobilização em função da necessidade de setores da burocracia estatal dar conta de demanda. Foi a intensificação da participação

dos movimentos sociais junto ao estado que atribuiu a esta fase a denominação de institucionalização dos movimentos.

Junto com este debate, Cardoso coloca a necessidade de discutir a relação entre as esferas privada e pública, sobre em que medida a esfera privada é incorporada pelo público e, principalmente, como o conceito de cidadania dá conta dessa questão; questiona a tese de que cidadania seria a consciência dos indivíduos sobre os seus direitos e se a consciência seria uma condição que garante a cidadania. “Há muitos anos, os operários têm consciência de algo chamado *mais valia* e nem por isso a gente consegue mudar o capitalismo. Vamos um pouco mais devagar com essa idéia de que as mudanças vêm exclusivamente da consciência e que a cidadania pode se definir assim. A cidadania é uma relação entre o Estado e sociedade civil, entre a ordem pública e a esfera privada” (p. 90).

Gohn (2003) também aponta para as mudanças na atuação dos movimentos sociais dos anos de 1970-80 para os anos de 1990. No primeiro momento, os movimentos sociais estavam articulados em torno da oposição ao regime militar no Brasil, como de resto, na América latina. As características sociais e políticas da época e o objetivo central desses movimentos contribuíram para a construção de movimentos que se colocavam como oposição ao Estado,<sup>2</sup> identificando no mesmo, ações de violência e, ao mesmo tempo, de privação de direitos. Por isso estava na pauta desses movimentos a reivindicação de liberdades políticas e sociais (anistia, liberdade de manifestações, diretas já) e garantias constitucionais de direito dos cidadãos e dever do Estado (um exemplo emblemático dessa luta é por saúde).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> É comum a expressão “de costa para o Estado”, para demonstrar a posição dos movimentos sociais frente ao Estado.

<sup>3</sup> O Movimento pela Reforma Sanitária que reunia profissionais de saúde, pastorais sociais, organizações sindicais e populares buscando a saúde como um direito universal. Este movimento tem um papel fundamental na realização da VIII Conferência Nacional da Saúde que esboçou a proposta do SUS, posteriormente pressionou a Constituinte para constar na Carta Magna a saúde como um direito de todos e dever do Estado e continuou atuando no sentido de garantir as leis complementares que são formuladas em 1990 (Lei Orgânica da Saúde 8.80/90 e 8.142/90)

Nos anos de 1990 ocorrem modificações sociais, políticas e econômicas, promovendo, também alterações na forma de atuação dos movimentos sociais. Entre as modificações ocorridas, houve o processo de globalização, o surgimento de novas demandas, a preservação da natureza, da biodiversidade, a violência, a ética na política, a liberdade sexual, a fome. A possibilidade da institucionalização e do diálogo com o Estado promove a gradativa substituição da posição reivindicatória para construção de uma posição propositiva de interlocução. “As identidades coletivas dos movimentos populares deixaram alguns elementos de lado, tais como as frequentes contestações às políticas públicas, mas como eles incorporam outros elementos, isso possibilitou-lhes sair do nível reivindicatório, para um nível mais operacional, propositivo. Embora os eixos nucleadores das demandas fossem os mesmos, eles incorporaram novas práticas, alguns de seus líderes ou assessores passaram a incorporar diferentes escalões da administração pública”. (GOHN, 2003, p. 24).

Nesse contexto, salienta a autora, ocorrem mudanças na conjuntura, nos discursos políticos; os movimentos têm maiores dificuldades de realizarem mobilizações de massa, diminui sua visibilidade e crescem as ONGs, que passam a cumprir um papel relevante na relação com o Estado e ganham visibilidade.

Gohn questiona, assim como Cardoso anteriormente, a compreensão de que os movimentos sociais entram em crise nos anos de 1990, salienta que o que houve na virada do milênio foram novas formas de organização e estruturação dos movimentos, onde eles não são apenas vítimas, mas, em grande medida, artífices dessas alterações. “(...) o perfil dos movimentos sociais se alterou na virada do novo milênio porque a conjuntura política mudou; eles redefiniram-se em função dessas mudanças. Mas eles foram também co-artífices dessa nova conjuntura, pelo que ela continha de positivo, em termos de conquistas de novos direitos sociais, resultados das pressões e mobilizações que eles – movimentos – realizaram nos anos de 1980” (p. 30).

Por outro lado, a ação neoliberal do período buscou enfraquecer e desarticular os movimentos, provocando a necessidade dos mesmos buscarem uma maior articulação, atuação em redes, fazendo parcerias com outros atores sociais, adotando uma postura propositiva e de interrelação com o Estado, superando, gradativamente, o posicionamento, típico do período militar, de antagonismo com o estado.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE

Há um grande debate em torno das características dos movimentos sociais na atualidade, das formas organizativas, das pautas/temas que os mobilizam e de sua relação com o estado/instituição. É notório que os movimentos sociais do início do século XXI possuem demandas, formas organizativas bem distintas das de 20 anos atrás. Abordaremos essa temática a partir das características dos movimentos de hoje, suas formas organizativas e a relação com o Estado.

Gohn (2003) conceituou movimentos sociais como formas de organização coletiva para reivindicar suas demandas, ao mesmo tempo, diversos estudos buscam demonstrar que a sociedade apresenta demandas diferenciadas neste início de século. Dagnino (1994) afirma que o conceito de cidadania associado à democracia aparece com grande força na análise dos movimentos sociais na atualidade.<sup>4</sup> Tendo por base a sua compreensão de que cidadania se define em cada período histórico a partir das

---

<sup>4</sup> Scherer-Warren; Rossiaud (1999) também apontam como uma das características dos movimentos sociais anos 1990 a busca da ampliação da cidadania. “Na década de 1990, as organizações e os movimentos locais se orientam para uma ampliação da participação dos cidadãos na esfera do poder público, para a conquista de novos direitos e a garantia dos já instituídos”. (p. 42). Apontam ainda a incorporação, na luta sindical, a denominação de sindicato cidadão.

disputas políticas concretas, a autora aponta quatro itens que considera fundamentais para mostrar as diferenças do conceito de cidadania na sua origem (século XVIII) e nos anos de 1990, que chama de nova cidadania. São eles:

a) Noção de direito: a cidadania dos anos de 1990 não trabalha mais com a perspectiva de acesso ao direito formal, mas com a de *direito a ter direito*. Isso permite não se limitar ao acesso de direitos preestabelecidos, mas constituir o direito a partir da realidade específica. Considera também que a redefinição de direito contempla, além do direito à igualdade, o direito à diferença.

b) Não se restringe à aquisição dos direitos formais-legais; busca níveis de sociabilidade para além das próprias instâncias formais da política. “Supor que o reconhecimento formal de direito pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como na arena política, como o enraizamento do autoritarismo social”. (DAGNINO, 1994, p. 109). A autora entende, portanto, que a constituição da cidadania está também na disputa por valores historicamente constituídos e o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos novos sujeitos.

c) O conceito liberal de cidadania define o direito de os cidadãos serem incluídos no sistema político. A nova cidadania amplia para a necessidade dos sujeitos sociais terem o direito de definir o sistema político e não apenas serem incorporados por ele. A autora menciona aqui a experiência de orçamento participativo e de administrações populares que ampliam a possibilidade dos sujeitos sociais definirem a estrutura política e participar mais ativamente dos espaços decisórios ao mesmo tempo em que vão moldando e definindo esses espaços.

Em síntese, a autora aponta que esta “nova noção de cidadania pode constituir um quadro de referência complexo e aberto para dar conta da diversidade de questões emergentes nas sociedades latino-americanas: da igualdade à diferença, da saúde aos meios de comunicação de massas, do racismo

ao aborto, do meio ambiente à moradia”. (DAGNINO, 1994, p. 112).

Uma segunda característica dos movimentos na atualidade é sua atuação em redes. Devido à globalização, ao processo de informatização, à necessidade de maior impacto e visibilidade das ações, cada vez mais a atuação dos movimentos e organizações sociais estão utilizando-se de articulações. Gohn entende que “as redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral”. (GOHN, 2003, p. 15).

A autora chama a atenção para os diversos tipos de redes com características e objetivos específicos, como por exemplo, redes de sociabilidade que têm no local sua principal articulação, redes *on line* que se articulam internacionalmente (principalmente nas temáticas antiglobalização, ecologia, gênero), redes socioculturais, redes geracionais, históricas, as redes de governança (salientamos o debate em torno da participação popular e do orçamento participativo).

Outra característica é a valorização das ONGs que nos anos de 1980 tinham um papel de contribuição e fortalecimento dos movimentos sociais e nos anos de 1990 assumem um papel específico de interlocução com o estado e com o conjunto da sociedade. Gohn (2003, p. 22), ao analisar as manifestações sociais na atualidade é enfática: “Aliás, as ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos de 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 junto com os movimentos populares. Agora são ONGs inscritas no universo do terceiro setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade (...)”

As formas organizativas e motivadoras para a organização de movimentos sociais também se modificaram significativamente no delinear do novo século:

a) mantêm-se movimentos que têm no econômico e nas condições de vida o seu principal motivador, destacam-se movimentos pela moradia, pela reforma agrária, pelo acesso ao crédito no campo, pelo emprego;

b) ganham forças os movimentos com perspectiva político-cidadã, que podem pautar-se pela luta contra políticas neoliberais de globalização e de relações comerciais (contra a Alca, contra o pagamento da dívida externa) e também para a ampliação da participação política dos cidadãos, como nos casos de orçamento participativo, participação nos conselhos gestores (saúde, educação, assistência social);

c) movimentos de solidariedade ligados à criança e adolescente, meninos e meninas de rua, portadores do HIV, de combate à fome.<sup>5</sup>

d) mantêm-se movimentos de reivindicações de serviços sociais cobrando do Estado o seu papel de provedor de políticas sociais na área da saúde, moradia e educação;

e) fortalecem-se movimentos em defesa dos direitos humanos, entendendo-os a partir da lógica dos Desc (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e articulando ações nacionais e internacionais;<sup>6</sup>

g) os movimentos em torno da ecologia;

h) movimentos em defesa do que Dagnino (1994) chamou de diferença, agrupando movimentos pela liberdade sexual, cultural etc.

Do ponto de vista da relação com o Estado, os movimentos sociais se modificaram significativamente com o processo de democratização nos anos de 1980. Para Gohn (2003), houve uma modificação no conceito de autonomia, enquanto nos anos de 1980, como reflexo do período ditatorial, autonomia

---

<sup>5</sup> Hebert de Souza e o IBASE foram os precursores nos anos de 1990, desencadeando, o movimento Natal Sem Fome que cresceu durante toda a década e mais recentemente foi incorporada, em certa medida, pela política pública do Fome Zero.

<sup>6</sup> Exemplos típicos nesta área é a Plataforma DESC, que articula um conjunto de movimentos e organizações em torno da temática; a organização do contra informe DESC da sociedade civil brasileira à ONU.

significava distância do Estado, posição contrária a ele. Nos anos de 1990 este conceito foi se modificando, dando lugar a um diálogo, à possibilidade de interlocução e, muitas vezes, parcerias em pensar e executar ações no intuito de resolver os problemas apontados pela sociedade ou especificamente movimentos sociais. Segundo Gohn (2003, p. 17), nos anos de 1990 “(...) ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também proposta de resolução dos conflitos envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos de forma como estão; (...)”

Dagnino (2002), ao analisar as relações entre sociedade civil e Estado, a partir dos conselhos gestores, aponta para a compreensão de que o estado deixou de ser entendido como um bloco monolítico, como a “encarnação do mal”, por inúmeros fatores, dentre eles porque diversos militantes de movimentos sociais passaram a ocupar espaços no Estado (principalmente em administrações populares) e passaram a fazer uma maior interlocução entre Estado e movimentos sociais.

Decorrem da colocação acima dois outros aspectos a serem analisados: a participação nos conselhos gestores e a relação dos movimentos sociais com governos populares. Quanto aos conselhos gestores, há diversas avaliações da atuação em conselhos específicos (2002) e o conjunto deles. Apontam-se limites nesta atuação tanto da parte da sociedade e movimentos, que têm a dificuldade de ocupar estes espaços de forma representativa e qualificada, quanto por parte do Estado, que tem dificuldade de compartilhar o poder e livrar-se da cultura política autoritária, clientelista e fisiológica. Mesmo considerando essas questões, Dagnino (2002) aponta para a importância desses espaços e para a necessidade de ampliar e qualificar a participação social neles como forma de construir uma nova cultura política. A

autora conclui pela positividade da existência dos conselhos por três grandes argumentos:

a) Questiona e confronta a concepção elitista e tecnocrática da democracia, bem como o monopólio estatal na definição do que é público, permitindo, com isso, uma cultura de maior transparência, das ações estatais.

b) A convivência com o diferente e o divergente, tanto do ponto de vista do Estado como da sociedade, provoca a necessidade do reconhecimento do outro enquanto sujeito capaz de se colocar no diálogo.

c) Espaço de reivindicação dos direitos dos excluídos, permitindo maior publicização dos direitos, o que se constitui num avanço, mesmo que ainda não abrigados em políticas públicas.

Quanto à relação dos movimentos sociais com governos populares, há poucas produções acadêmicas com este recorte específico. Em sua maioria, as produções tratam da relação com a sociedade, principalmente a partir de novas formas de participação, como é o caso do Orçamento Participativo. O que aparece é o debate em torno da autonomia dos movimentos frente ao Estado e ao mesmo tempo o compartilhamento do projeto político. As experiências concretas demonstram uma certa dificuldade de construir esta relação. Foi o caso do Governo do Rio Grande do Sul, que está por ser analisada sob este aspecto e, neste momento, é a relação do Governo Lula com os movimentos sociais. Como exemplo, pode-se citar os movimentos contra as reformas da previdência, o movimento pela reforma agrária etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais tiveram, historicamente, diferentes formas de organização, de mobilização, diversas pautas de reivindicação, diferentes formas de relacionar-se com o Estado e com o conjunto da sociedade. A interpretação dispensada pelas ciências sociais também se alterou a partir de diversas teorias e paradigmas de análises. A queda do muro de Berlim, o processo de globalização e, especificamente no Brasil, a redemocratização do Estado, trouxeram significativas modificações nas formas organizativas e interpretativas dos movimentos.

A categoria de luta de classe perde importância, formulam-se novas pautas de reivindicações como a exclusão social, gênero, liberdade de expressão sexual, preservação da natureza. Os propósitos ideológicos foram sendo substituídos por demandas que dialogam com os interesses específicos. A militância sistemática cede lugar para as marchas, para as manifestações pontuais com temáticas que se respaldam nas condições concretas de vida.

No caso dos países que viveram um processo de redemocratização, como é o nosso caso, estabelece-se uma nova postura diante do Estado, não mais entendendo-o como inimigo que deveria ser destruído, mas ocupando seus espaços, estabelecendo diálogo, parcerias, buscando construir espaços de participação e democratização, como é o caso dos conselhos gestores, do Orçamento Participativo etc.

Concordando com Gohn (2000; 2003) os movimentos sociais são parte integrante da dinâmica social, que vão constituindo-se em cada momento histórico motivados pelo contexto e pelas condições concretas. Nesse sentido, mais do que buscarmos uma teoria pronta e acabada para analisarmos historicamente ou entendê-los, o desafio, atualmente, é pesquisarmos os movimentos a partir de sua característica constitutiva, qual seja, “os movimentos são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como teia de

aranha, eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam, eles constroem ciclos na histórica, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoas esvoaçantes. Mas sempre presentes”. (GOHN, 2000, p. 343).

## Referências bibliográficas

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Afrontamento, 1976.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a grande transição*. São Paulo: SENAC, 2000.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaço público e a construção da democracia no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaço público no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo Brasiliense, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí: Univali; Florianópolis: Diálogo, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1989.

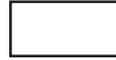
\_\_\_\_\_. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

STRAPAZZON, João Paulo. *E o verbo se fez terra*. Chapecó: Grifos, 1997.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaço público no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WENDHAUSEN, Águeda. *O duplo sentido do controle social: (des)caminhos da participação em saúde*. Itajaí: UNIVALI, 2002.



**III**



# Terceiro setor: nova cultura entre as esferas política e social?

João Carlos Tedesco\*

Paola Silva\*\*

## Introdução

Na história da cultura política brasileira, há uma marca de fragilidade na participação e no poder de decisão das organizações sociais, principalmente, levando-se em conta a participação política autônoma e a dinâmica da democratização.

Não obstante, os anos de 1990 marcaram-se como período *movimentalista* na sociedade civil e, simultaneamente, percebe-se uma legitimação de ações e discursos sobre o *desmonte do Estado*, do que resta de sua dimensão social, portanto, desvinculado e descomprometido com o popular e, contraditoriamente, recebendo e desenvolvendo apoios e atuações colaboracionistas, clientelistas e reformadoras (PEREIRA et al, 2002).

Analistas sociais tendem a dizer que a década de 1990 marcou o discurso e a prática do voluntariado, do solidarismo e do colaboracionismo. No início do século XXI esse processo se avoluma em ações, discussões, polêmicas, explicitações

de interesses, contradições, metodologias de ação etc. todas galvanizadas em políticas emergenciais de enfrentamento de questões sociais. (GOHN, 2003).

Esse processo todo foi acrescido pelo horizonte empresarial que foi e está sendo convidado a atuar no campo da responsabilidade e da contabilidade social, bem como nas parcerias com políticas públicas de cunho social (Comunidade Solidária do período FHC e o Programa Fome Zero do governo Lula, dentre outras, malgrado críticas, são exemplos de ações, orientações e legislações implementadas nesse sentido).

Desse modo, a busca de alternativas à desigualdade e às demandas sociais, a vivência de uma pseudodemocratização, a redução do papel e do poder do Estado nas questões de controle social e econômico, dentre inúmeras outras de ordem conjuntural, estão fazendo emergir ações organizadas do chamado *terceiro setor*.<sup>1</sup>

Com a chegada do século XXI, defrontamo-nos com transformações de toda ordem e, na esfera social, com a carência de ações e obrigações por parte do Estado. Nesse contexto, abre-se uma grande brecha para o terceiro setor, que atua na esfera privada, porém com mais intensidade para fins públicos, já que se propõe a ajudar a sociedade. É fruto de organizações da sociedade civil que busca, através de ações próprias e/ou induzidas e outorgadas solucionar ou, pelo menos, amenizar os problemas mais prementes da sociedade. (FIOREZE, 2003).

O terceiro setor ganhou espaço após 1990 quando passou a intermediar o Estado com a sociedade, amenizando problemas sociais, principalmente, nos países subdesenvolvidos,

---

<sup>1</sup> O que se convencionou denominar *Terceiro Setor* é a constituição de diversos tipos de entidades ou associações, geralmente não-lucrativas, de cidadãos, que tem como objetivo defender interesses da sociedade de uma forma ampla, trabalhando em prol do bem comum, porém com focos definidos de atuação. Assim, o Terceiro Setor pode ser considerado como de direito privado, no entanto, com fim público, assumindo, muitas vezes, o papel do Estado, no qual os protagonistas são os agentes sociais nos vários níveis de atuação. (GOHN, 2000).

com modelos econômicos ruins, nos quais estabelece mudanças profundas do ponto de vista econômico, social e político.

Assim, a nova conjuntura política propiciou a criação de entidades com fortes vínculos com governos locais, principalmente com redes de matriz religiosa emergencial-compensatórias, não se destinando a eliminar problemas, mas equacioná-los de forma socialmente aceitável.

A performance crescente de entidades do terceiro setor se deve à agilidade, organização, criatividade e ao modelo de gestão adotado, muito parecido com os existentes na sociedade civil, que produzem novos saberes através da agregação de conhecimentos do cotidiano das pessoas.

Assim, as formas de atuação de instituições do terceiro setor, a partir das diferentes dinâmicas de organização social, podem ser vistas concreta e objetivamente nas novas práticas de trabalho que a cada dia mais se inserem no meio social, nas formas de economia solidária, de prestação de serviços, assistência social, parcerias no campo da educação em vários âmbitos, ainda, na forma de controle e gerenciamento local de políticas públicas em várias áreas, no campo da organização e reestruturação do trabalho, nas inúmeras formas de organização empresarial e para-empresarial da sociedade civil, dentre outras.

O terceiro setor é, acima de tudo, um espaço social dinamizador de processos econômicos que repercutem na cultura política, porém, em profunda tensão *contra* e *a favor* dos processos históricos de participação e de democratização social, inseridos num cenário de lógicas contraditórias que constituem o social contemporâneo.

O terceiro setor engloba noções de participação, de local, de civil, de social, de democratização, de co-gestão, de parceria etc. Não são processos novos, mas ganham novas determinações e exigências frente a um cenário diferente nas relações entre política e sociedade, principalmente quanto a projetos, participação, poder, dominação, hegemonia, respon-

sabilização, democratização da sociedade como do Estado. (GOHN, 2000).

Este capítulo discute, preliminarmente, alguns elementos dessa nova realidade de ação entre Estado e sociedade civil, reconstruindo alguns processos responsáveis por esses rearranjos societais, suas polêmicas, contradições e tentativas de resoluções. Isso servirá de revisão de literatura para um elementar referencial de discussão aos estudiosos das ciências sociais.

## EMERGÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL E SUAS NOVAS MEDIAÇÕES

A partir da redefinição do papel do Estado, tanto na esfera política, quanto na social e na econômica do final dos anos de 1970, com o fim do regime militar, o qual considerava todo acontecimento fora de seu controle como ilegal, segmentos da sociedade organizada foram colocados na clandestinidade. Repressão, clandestinidade, assassinatos, fechamentos etc. foram ações comuns, principalmente, nas esferas políticas, sindicais, acadêmicas, dentre outras.

Poucas instituições da sociedade civil conseguiram manter alguma autonomia frente à esfera política, principalmente as que atuavam no meio social. Uma parcela da Igreja, principalmente a católica, que preservava certa independência, passou, no final dos anos de 1970, a constituir-se num espaço de atuação da sociedade fora do controle direto do regime, promovendo iniciativas assistenciais e, em parte, emancipatórias, protagonizadas por sujeitos sociais. Nesse contexto de *comunidade* encontravam-se os clubes de mães, os círculos bíblicos, os grupos de jovens, os grupos de reflexão, os cursos de alfabetização, as associações populares de produção e auto-ajuda como as roças comunitárias e as caixas coletivas, entre outras iniciativas, com o apoio e a proteção

da Igreja e o trabalho dos agentes ou líderes comunitários, constituindo uma rede solidária de futuros dirigentes de movimentos sociais. A Teologia da Libertação, as Cebs, a Ação Católica, as Oposições Sindicais, dentre outras, foram expressivas no período.

É desse encontro da solidariedade com a cidadania que surgiram e multiplicaram-se as organizações não-governamentais de caráter público voltadas para a melhoria da vida comunitária, a defesa dos direitos e a luta pela democracia precursora das primeiras ONGs brasileiras.

No Brasil, em 1970-80, as ONGs militantes estiveram por trás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos participando intensamente da sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens que contribuíram decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática do país. As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito de *sociedade civil* e para a inovação das lutas sociais, criando um novo campo ético-político e cultural por meio de ações coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania. (GOHN, 2000, p. 62).

Após a Constituição de 1988, que reconheceu a pluralidade partidária e os sindicatos, as ONGs e as várias entidades que atuam no terceiro setor ganharam espaço para atuar mais efetivamente, aumentando a quantidade de ONGs devido às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelo Brasil na época.

Segundo Fernandes (1997) o surgimento das ONGs foi o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que levaram a se pensar num terceiro setor, pois, a primeira geração de ONGs surgiu para solucionar a falta de opções momentâneas, nunca se imaginando que essas iniciativas teriam longa duração. O autor também ressalta que as ONGs tornaram-se um fenômeno maciço no continente, a partir da década de 1970, já que cerca de 68% delas surgiram depois de 1975, tendo seu nome se originado das nomenclaturas da

ONU, alcançando mais projeção em meados dos anos de 1980.

Em 1991 foi criada a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG) para representar coletivamente as ONGs junto ao Estado e à sociedade civil, visando a promoção do intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na conquista e expansão dos direitos sociais e da democracia.

A década de 1990 também foi marcada por inúmeras iniciativas de solidariedade no Brasil. Em 1993, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, criou a Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, que ficou nacionalmente conhecida como Campanha Contra Fome, mostrando a disposição da população em ajudar solidariamente de forma ética e justa rumo a uma nova sociedade. Em 1995 surge o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), uma organização sem fins lucrativos, de caráter associativo, que congregava instituições de origem privada que realizam investimento social no Brasil.

Em 1998, o Instituto Ethos, criado por um grupo de empresários a fim de ajudar empresas a compreender e incorporar o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão. O GIFE e o Instituto Ethos se tornaram referência no incentivo à realização de projetos e programas de investimento social e na divulgação dos conceitos de *responsabilidade social, ética, cidadania, investimento social, capital social, contabilidade social*, dentre outros.

O surgimento de um terceiro setor não-governamental e não-lucrativo, em termos privatistas, passa a redefinir o Estado e sua ação no mercado. Até 1996, a legislação brasileira não fazia distinção entre as diferentes organizações incluídas no terceiro setor, sendo todas denominadas entidades sem fins lucrativos e havendo distinções jurídicas apenas entre fundações e associações (FERNANDES, 1997).

Em 1999 surge a lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que ficou conhecida como marco legal do terceiro setor, regulamentada pelo decreto nº 3100, de 30 de junho de 1999, o qual introduziu importantes alterações para a regularização do setor como os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público<sup>2</sup> e possibilidades de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos.

Assim, a fim de qualificar juridicamente as organizações do terceiro setor, diferenciando as instituições privadas de interesse público, foi criada a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que parte da idéia de que o público não é monopólio do Estado. No entanto, apesar do reconhecimento jurídico qualificado, existem menos de 300 OSCIPs no Brasil (segundo dados do Ministério da Justiça), sendo que, no terceiro setor, existem cerca de 250 mil instituições não governamentais e 20 milhões de voluntários atuantes. (LANDIM; BERES, 1997).

## PERFORMANCE ATUAL DO TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é tido atualmente como *espaço público não-estatal*. Como já visto, o mesmo se desenvolve num contexto de acirramento da retirada pelo Estado da economia, da restrição de emprego, de sua performance instável, do aumento das taxas de juro para alargar a poupança e reduzir o consumo, da diminuição dos gastos e receitas públicas e, como consequência, dos investimentos em políticas sociais,

---

<sup>2</sup> Foram excluídos da composição do terceiro setor, para efeitos legais, as instituições estatais, as organizações de mercado, as cooperativas, as organizações sindicais, as entidades representativas de profissão ou partido político, os fundos de previdência e de pensão e as instituições vinculadas às igrejas ou práticas devocionais, com exceção daquelas que visam apenas o bem comum.

redução do papel do Estado em suas responsabilizações sociais. (FRIGOTO, 1995, p. 80).

Nestes nos primeiros anos do século XXI está havendo uma maior privatização das políticas sociais, uma problemática descentralização política e centralização de ações com participação popular, estímulo às iniciativas de ordem local/comunitária em torno de ações na luta pelo combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Determinadas lutas e ações em movimentos sociais redefinem sua vitalidade combativa e contestatória, produzindo certo colaboracionismo com a estrutura de poder público. (GOHN, 1999; 2001).

Frente a essa nova realidade e tipos de ação social, a partir de demandas públicas e sociais, o terceiro setor apresenta-se complexo, multifacetado, contraditório e pluri-dimensional. Inclui entidades progressistas e conservadoras, projetos emancipatórios do campo popular mesclados com estruturas de ação assistenciais, compensatórias e adequadas aos horizontes de mercado. A complexidade do processo é evidenciada nos tipos de ação, nas orientações finalistas, nos objetivos propostos e na linguagem genérica à cidadania (SILVA, 2003), mas criticadas por alguns, quanto a desmobilizações das reivindicações populares, ao encobrimento da luta de classes, à perda das referências das grandes centrais sindicais e da manifestação das contradições entre capital e trabalho, à dificuldade de praticar democracia política, a qual envolve a publicização e a explicitação de conflitos, das diferenças, das visões de mundo, como espaço da finalidade consensual no dissenso, a diferença. (GOHN, 2000).

Críticas a esse processo ainda existem em torno do fato de que o mesmo fortalece a proposta neoliberal pela intensa despolitização e reduzida explicitação das contradições de classe, resignando o Estado e a questão social ao horizonte da flexibilização e esvaziamento de direitos conquistados pelo Estado democrático e de direito.

Há interesses de classes em direção ao grande capital associado e produtor da redefinição do Estado. Portanto, para Montaña (2002, p. 128-129), reforçar o terceiro setor não é igual a reforçar o espaço civil, nem muito menos a democratização da sociedade, pois a despolitização operada no terceiro setor reflete intenções gestadas no comando hegemônico da sociedade e da organização política que se agrupa no Estado atual. O terceiro setor tem dificuldade de “fomentar uma cultura de contestação, de resistência e de pressão popular fora do espaço institucional”. (FIOREZE, 2003).

Esse *movimentalismo* dos anos de 1990, que tem seqüência, em grande parte, segundo críticos, secundariza a emancipação da sociedade civil, está, sim, em correspondência com processos deflagradores de um liberalismo mesclado com paternalismo estatal gerido pela lógica da desregulamentação, da flexibilização, da desnacionalização como que se aproveitando de brechas conjunturais que apelam pela caridade e/ou caritocracia, voluntariado a filantropização e assistencialismo.

Segundo analistas, essas inúmeras ações sociais dos anos de 1990 e atuais, produzem e se adequam à desresponsabilização do Estado, à despolitização dos direitos e da cidadania, ao enfraquecimento das conquistas de participação e mediação dos movimentos e sindicatos organizados. (GOHN, 2000; ROMÃO, 1992).

O despertar para a assistência e a solidariedade, em tese, é necessário, porém precisa estar acompanhado de um processo de anti-tutela, de anti-opressão; precisa construir, na concomitância da ação, canais de participação direta, proposições democratizadoras, ações promotoras da redução das desigualdades socioeconômicas, de participação e representação de desinstitucionalização. (PETRY, 2001).

O que se evidencia são jogos de interesse pelo poder no mercado eleitoral, apropriando-se do bem público e da própria política, enquanto esfera material, administrativa e de

poder, numa lógica perversa de mercado, corrupção, desvios e apropriações indevidas.

Esse processo todo se (re)alimenta com a falácia da reforma e reestruturação do Estado, da responsabilização da sociedade civil pelo enfrentamento das grandes e multifacetadas questões de ordem social, pela despolitização do estado e, por conseqüência, da própria questão social. A lógica da obrigação, do favor e da ajuda se mesclam e enfraquecem à dos direitos sociais. (GOHN, 2000).

Não obstante a essa performance crítica, o avanço da participação do terceiro setor é inequívoco e está presente promovendo desenvolvimento local, através de ações praticadas por instituições filantrópicas prestadoras de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social, nas organizações defensoras de grupos específicos da população, como as mulheres, os negros e os povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer, experiências com trabalho voluntário, onde cidadãos exprimem solidariedade doando seu tempo, trabalho e recursos para as causas sociais. Também, esses avanços aparecem na área da filantropia empresarial, onde as empresas se responsabilizam e se comprometem em melhorar as condições de vida da comunidade e, conseqüentemente, compromisso com o desenvolvimento.

Conforme Camargo et al. (2001), o terceiro setor também tem como missão combater o paternalismo do Estado e o individualismo social, integrando a sociedade civil com suas próprias problemáticas e soluções, capacitar o indivíduo, o cidadão, de recursos que o tornem ativo perante as desigualdades.

O terceiro setor reflete o amadurecimento da sociedade em se sustentar com base numa relação de parceria com os demais setores sem criar dependência a um deles.

O autor afirma que, dessa forma, o terceiro setor desloca-se da tutela do Estado ou da hegemonia religiosa para se tornar um conjunto de organizações autônomas, profissio-

nalizadas e não-governamentais, pois as pessoas ocupadas com o desenvolvimento não querem ser confundidas com as que se dedicam à mera assistência e, também, nem como meras medidoras de políticas, ideologias e deliberações do *status quo* político. As associações civis que lutam por direitos humanos não se identificam mais intensamente com as entidades religiosas ou corporações profissionais.

Na década de 1980 foram as ONGs<sup>3</sup> que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade como novos espaços de participação cidadã.

Atualmente, o terceiro setor se tornou mais abrangente, incluindo as organizações que têm regulação com base na troca mercantil, como as cooperativas, as mutuais de crédito, os institutos, as fundações empresariais e públicas, associações e as organizações civis ou filantrópicas objetivadoras da diminuição das desigualdades sociais com base na reciprocidade e no voluntariado.

Embora o terceiro setor seja formado por diferentes organizações, estas possuem pontos característicos, como por exemplo:

- objetivo social acima da geração de lucro;
- independência e, ao mesmo tempo, o vínculo jurídico, administrativo e regimental do Estado ou, então, por pessoas que não fazem parte ou não estão ligadas a governos ou representações públicas;

---

<sup>3</sup> As características das ONGs resumem-se com nitidez na idéia do “privado com funções públicas” (Fernandes, 1994). São instituições privadas porém, sem fins lucrativos. Lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades fim, não cabendo sua distribuição entre os membros da organização. Também, seus responsáveis legais não recebem remuneração pelo trabalho prestado e nem o capital acumulado pode ser convertido em patrimônio dos seus executivos. Quando o(s) criador(es) desaparecem, uma outra pessoa deve assumir o seu lugar, não havendo assim, herdeiros. Quando uma ONG desaparece, seus bens devem ser transferidos para uma outra organização do mesmo gênero. Legalmente as ONGs são registradas como sociedades civis, fundações ou associações sem fins lucrativos.

- aplicação de recursos na comunidade;
- ação voluntária está sendo a força que as marcam e as distinguem.

Dessa forma, pode-se perceber as dimensões sociais, econômicas e políticas, as quais são complementares e indissociáveis, ao funcionamento dessas organizações.

O terceiro setor reflete processos contraditórios da sociedade capitalista, em especial da brasileira e da relação que historicamente se constituiu entre estado e sociedade; possui uma ambivalência intrínseca, ou seja, de acordo com Gohn (2000, p. 60), abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, estruturados segundo ações pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania.

Segundo essa autora, vários autores vêem o terceiro setor negativamente, como mais uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta das elites à organização e mobilização sindical e popular dos anos de 1980, além de fazer parte das estratégias neoliberais para desobrigar o Estado de atuar na área social.

A contribuição do governo federal com o crescimento do terceiro setor tem sido na área jurídica, no incentivo à co-responsabilização pela questão social, na regulamentação de novas regras que criaram um novo marco legal para o trabalho voluntário, na canalização de recursos financeiros e pessoais, dentre outros processos (FIOREZE, 2003).

O terceiro setor, malgrado todas as suas controvérsias, tende a produzir, bem como tende a ser produzido, criando uma outra cultura política, o que implica redefinir relações com a política nacional, com políticos e instituições políticas de várias instâncias, com a política partidária, com valores, símbolos e responsabilidades coletivas (ética na política, o primado do co-



gerir e administrar conflitos de classe, do campo social e do poder político; pode ser espaço de interlocução de sujeitos sociais organizados em torno de demandas específicas, as quais necessitam de negociação pública e política, de consensos e de reconhecimento jurídico, cultural e social. (SADER, 1988).

Em hipótese alguma, a lógica do *público* deve ser reduzida e/ou incorporada à lógica do *privado* ou da *privatização do público*. O que o terceiro setor poderá promover é um alargamento das fronteiras políticas, a partir de formas de organização mobilizada da sociedade civil no interior de seu cotidiano e na consciência da possibilidade de existência de novas formas de sociabilidade contempladoras de questões reprimidas como é o caso racial, de gênero, de etnia, do meio ambiente, da conquista da terra, de moradia, de escola pública, de direitos sociais, de representação etc.<sup>4</sup>

Análises identificam ações do terceiro setor, ainda e cada vez mais, dependentes de iniciativas socioinstitucionais, evidenciando que o seu êxito será maior nas áreas em que houver maior planejamento e organização social. Assim, o terceiro setor pode ser encarado como um segmento complementar tanto das ações governamentais como de mercado e não como um *salvador da pátria*, potencializando o processo de universalização dos direitos e dos deveres e da participação cidadã, estando as organizações preparadas para atender às expectativas que recaem sobre elas. (FERNANDES, 1997).

No entanto, “a cultura do terceiro setor no Brasil é forte em voluntarismo e fraca no aspecto profissional, permanecendo distante do espírito empreendedor que dialoga com as demandas da sociedade ao redor. Resulta que o imenso

---

<sup>4</sup> Uma excelente discussão sobre esse tema da negociação democrática de sujeitos sociais, encontra-se em RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

---

<sup>5</sup> REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 29 nov. 2004.

responsabilidade social, vindo nas organizações sem fins lucrativos, meios de concretizar investimentos no setor privado empresarial nas áreas social, ambiental e cultural.

Não há dúvidas de que há mudanças no campo da política e, por conseqüência, na cultura que o mesmo redefine. Essas alterações promovem parcerias entre as esferas da sociedade política e da sociedade civil, ampliação do processo de democratização social, dos direitos, da economia, dos recursos públicos.

Quanto à cultura política, é importante ressaltar e compreender os processos em gestação e as novas formas de legitimação e hegemonia de classes em disputa no meio social e político atual.

Coutinho (2000) nos lembra que a soberania popular, democracia e cidadania são processos que devem ser sempre pensados em sua historicidade e conjuntura, como conceitos e realidade, as quais a história atribui permanentemente novas e ricas determinações.

A processualidade é uma categoria da história e das relações sociais, a mesma deve ser pensada na esfera da construção, enquanto consciência da historicidade do momento, ou seja, das correlações de forças, das lutas de classe e da ampliação dos direitos, das concessões e das formas de legitimação de frações dominantes no poder e no controle social.

Negociações, interesses em jogo, luta de posições e reformas são todos processos em evidência e que se congregam no cenário de ações do terceiro setor, porém, poderíamos nos questionar se o mesmo representa uma força social capaz de criar processos novos de hegemonia e legitimação nas estruturas de poder? (GONH, 2000).

Poderíamos questionar mais ainda (e sem encontrar respostas) sobre a existência de uma cultura da participação e da democratização que seja potencializadora de uma emancipação de grupos sociais e, por conseqüência, da sociedade como todo e que o terceiro setor poderia ser protagonista.









# Economia, redes e consumo solidários

Jandir Pauli\*

## Introdução

As grandes transformações no mundo do trabalho excluíram, nos últimos anos, um grande número de trabalhadores do mercado de trabalho, deixando um saldo de desemprego sem precedentes, a ponto de tornar-se um problema estrutural da sociedade contemporânea.

No entanto, é para a exclusão e competição que se articula uma nova proposta de perceber a economia que, ao contrário da lógica capitalista, que compreende a economia como espaço para a luta de todos contra todos, a economia solidária<sup>1</sup> ressignifica o ideal do *óikos* grego

---

\* Colaborador do Centro de Apoio à Economia Popular Solidária (CAEPS), mes-trando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este capítulo teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Brasil.

1 Pode-se entender por economia solidária um sistema econômico-social que se constitui pelas múltiplas formas associativas e empreendimentos solidários, sustentados pelos “princípios e valores universais da solidariedade, da cooperação e da democracia como formas de vida e de convivência humana” (PAEZ, 2001, p 57). E este *modus vivendi* se organiza balizado por alguns princípios como: 1) Compreensão do trabalho como meio de produção de riqueza, que significa supremacia do trabalho sobre o capital, impedindo a exploração de trabalhadores; 2) Trabalho associado como base fundamental da organização do trabalho; 3) Propriedade social e coletiva dos meios de produção; 4) Autogestão como forma de participação dos trabalhadores no planejamento; 5) Apropriação coletiva do excedente produzido; 6) Integração entre empreendimentos solidários na perspectiva da organização de redes,

e qualifica a economia como o espaço do exercício da solidariedade.

Essa perspectiva econômica surge a partir do exercício *desta* solidariedade sempre presente nas relações interpessoais, isto é, na atuação em redes<sup>2</sup> de pessoas e grupos articulados buscando um bem-viver para, através do esforço coletivo, ter acesso a bens de consumo, expandindo relações comunitárias e transformando-as em iniciativas econômicas concretas para geração de trabalho e renda.

É nessa perspectiva que a proposta da economia solidária se apresenta como alternativa para a construção de uma nova economia e de novas relações sociais.

Essa nova proposta se articula diversamente, uma é a das pequenas iniciativas de produção, de consumo, da criação de associações e cooperativas de trabalho e de consumo, da auto-gestão, ou seja, na estruturação de redes de economia solidária que suportam a articulação dessas iniciativas entre si.

Assim, o conceito de *redes solidárias* se refere a redes econômicas sob perspectiva da colaboração solidária e apresenta a “dimensão da relação entre pessoas e empreendimentos como condição de possibilidade de sua viabilidade econômica e social” (MANCE, 1999, p. 47), através da “vivência da solidariedade em torno do trabalho e do consumo como elemento norteador da articulação de pessoas e empreendimentos”. (MANCE, 2003b, p. 87-88). Essas redes devem ser articulações capazes de suportar também a socialização de conhecimentos e tecnologias, capazes de circular bens e serviços e ainda insumos das cadeias produtivas.

Este capítulo vai aproximar os conceitos de economia solidária, e de organização do consumo solidário e sua

---

criando relações de cooperação; 6) Reinvestimento do excedente na produção coletiva ou na promoção do bem-viver; 7) Preservação dos ecossistemas e do meio ambiente na cadeia produtiva, isto é, desde a produção ao consumo.

<sup>2</sup> Sobre o conceito de *rede* ver também Scherer-Waren (1993) e Castells (1999).

perspectiva na estruturação de redes. Para tanto, será apresentada uma experiência de organização do consumo, a Cooperativa de Consumo Crítico Solidário e Coletivo de Passo Fundo,<sup>3</sup> demonstrando seu potencial na estruturação de redes solidárias e sua contribuição na ressignificação do sistema econômico como um todo.

## A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA<sup>4</sup>

A origem da Cooperativa de Consumo Crítico Solidário e Coletivo de Passo Fundo está ligada a três questões: a) análise e perspectiva do sistema econômico vigente; b) importância estratégica da organização do consumo; c) necessidade da criação de um espaço para o exercício da solidariedade.

A perspectiva do modelo econômico e a importância da organização do consumo<sup>5</sup> é analisada por França (2002, p. 61), indicando que vivemos na chamada sociedade do consumo onde “a agenda econômico-consumista passou a definir em grande parte a vida das pessoas, impondo a perversa lógica do *eu consumo, logo existo*, em que as próprias identidades individuais estão fortemente ligadas ao que se consome, à maneira de consumir, ao próprio ato de consumo. Ao ponto de chamar de excluídos os que não têm acesso pleno ao mercado de consumo. Como se o grau de acesso ao mercado pudesse

---

<sup>3</sup> Delimitação dos conceitos crítico, solidário e coletivo: Crítica é a dimensão da opção pelo tipo de produto que será consumido pelo grupo, optando sempre pela aquisição de produtos oriundos de pequenos empreendimentos solidários, associações e cooperativas realmente representativas destes grupos. O termo solidário faz referência à relação estabelecida entre as pessoas que adquirem os produtos e com os produtores que fornecem. Já o termo coletivo explica o formato organizacional para operação do consumo crítico e solidário, isto é, a opção de reunir as pessoas para fazer as compras de forma coletiva e cooperativada.

<sup>4</sup> O texto que segue foi extraído de uma publicação do autor na *Revista Proposta*, nº 98, set-nov/2003. FASE: Rio de Janeiro, 2003: “O Consumo Solidário na perspectiva da estruturação de Redes”.

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a importância estratégica da organização do consumo ver Mance, 1999. p. 25.

definir se uma pessoa deveria ou não ser considerada parte da sociedade”.

Além disso, os bens de consumo disponíveis no mercado convencional carregam em si a própria exclusão, porque são produzidos sob a égide da exploração e, como resultado deste modelo, vemos o aumento da exclusão social (POSCHMANN; AMORIN, 2003, p. 140) motivada por um modelo de consumo desumano e sem responsabilidade social, o que leva a concluir que nosso hábito de consumo tem influência estratégica e direta na viabilização da economia solidária ou na viabilização de um sistema de exploração.

Um exemplo:

Se consumo um determinado refrigerante produzido com exploração de mão-de-obra e que agride o meio ambiente, no ato da compra eu gero um excedente (o lucro) que é apropriado pelo dono dos meios de produção, que por sua vez mantém essa forma de produção.

Ao contrário, se consumo um suco de origem solidária, além de consumir um produto saudável, estou gerando um excedente que é apropriado por todo o grupo que o produziu e que é reinvestido na produção e na garantia do bem viver dos envolvidos.

Portanto, o ato do consumo, além de ser um ato econômico, é também político, porque esta ação incide diretamente no escoamento da produção dos empreendimentos solidários, amplia o excedente do consumidor, através da economia na compra coletiva, garantindo um preço justo ao produtor, contribui na estruturação de crédito solidário, através do excedente acumulado coletivamente, contribui na geração de novos postos de trabalho, uma vez que a produção de riquezas é distribuída, preserva os ecossistemas, contribui no exercício de uma cultura solidária com novas relações entre as pessoas, corrige fluxos de valores, na medida em que se evita comprar a matéria prima e insumos de empresas exploradoras. Assim, se tem

a capacidade de, estrategicamente, remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, contribuindo na estruturação de redes solidárias.

Conforme dados do IBGE (MALUF, 2003) 44,9% do consumo de produtos alimentícios no Brasil é feito através dos supermercados, 26,7% de estabelecimentos especializados e 8,2% em mercados e *sacolões*, enquanto apenas 5,9% consome alternativamente através de feiras. Por outro lado, percebe-se que os produtos de procedência solidária não são encontrados nos mercados convencionais, demonstrando a dificuldade de expansão da produção solidária, o que reforça a urgência em organizar espaços alternativos de consumo.

Assim, pode-se entender melhor a experiência de Passo Fundo, uma vez que, na primeira compra do grupo, constatou-se que apenas 4% dos produtos adquiridos eram de procedência solidária, mesmo o grupo sendo, inicialmente, formado por pessoas ligadas a movimentos sociais de defesa dos direitos humanos e contra o sistema de exploração capitalista.

Passados dois anos, felizmente, 46% dos produtos da lista de compras têm procedência solidária. E isso só foi possível porque houve um esforço coletivo por um processo de reeducação dos hábitos de consumo e aposta na organização coletiva para garantir o bem-viver de todos. Como resultado, gradativamente estamos melhorando nossa qualidade de vida, além de gerarmos um excedente coletivo que será usado no financiamento solidário de novos empreendimentos que irão abastecer a cooperativa de compras coletivas.

Um elemento positivo que merece destaque neste processo foi o de que a reeducação dos hábitos de consumo dos integrantes do grupo que causou um impacto considerável também nos fornecedores do grupo que passaram a compreender a cooperativa não como um intermediário interessado em um produto diferenciado, mas um grupo que se articula em torno de uma proposta alternativa e que no ato do consumo incentiva o seu modo de produção.

## O EXERCÍCIO DA SOLIDARIEDADE

Do ponto de vista conceitual, pode-se dizer que a Cooperativa de Consumo Crítico, Solidário e Coletivo nasceu da necessidade de organização de um espaço de exercício da solidariedade, como diz Carbonari (2003), “que suplante o padrão individualista e consumista que grassa neste *fin de siècle*”. E esta questão foi muito importante para o amadurecimento do grupo quanto aos seus objetivos e para enfrentar as dificuldades comuns em processos organizativos dessa natureza.

A cooperativa começou a ser gestada ainda em 2000 e é fruto de um debate motivado pelo Centro de Apoio à Economia Popular Solidária<sup>6</sup> (CAEPS). O formato organizativo da cooperativa foi construído em uma oficina sobre consumo solidário em fevereiro de 2001, onde o grupo definiu a metodologia da compra, confeccionou uma lista, mapeou fornecedores, discutiu um formato organizativo de tomada de decisões e avaliação, elegeu uma coordenação, definiu a forma de gestão das finanças e os objetivos do grupo. Em abril daquele ano foi feita a primeira compra com a participação de 32 famílias.

### Objetivos da cooperativa

- Organizar o consumo crítico, solidário e coletivo, priorizando o consumo de produtos solidários, a partir dos princípios da economia solidária.
- Comprar produtos em conjunto, visando qualidade e baixo custo.
- A partir do consumo, organizar uma rede de produção, comercialização e consumo solidários, podendo absorver uma

---

<sup>6</sup> O Caeps é uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, com a missão de contribuir na promoção e no desenvolvimento da economia popular solidária.

grande parte do que é produzido pelas iniciativas solidárias.

- Oportunizar a circulação de produtos e serviços, integrando ao grupo iniciativas de prestação de serviços como os de informática, corte-e-costura, serviços gerias etc.

- Reeducar para o consumo, percebendo no consumo crítico, solidário e coletivo a possibilidade de se criarem novas relações entre pessoas que passam a absorver, não somente produtos e serviços, mas incidem para afirmação de uma cultura de responsabilidade e solidariedade.

- Incentivar a cooperação e o associativismo para a construção de novas relações econômicas, pois é dessa forma que se fortalece a democracia e a participação no processo produtivo, que se cria novas relações de trabalho que considerem o trabalho humano com dignidade, promovendo a auto-sustentabilidade do ecossistema.

### Como funciona

O formato metodológico-organizacional da cooperativa pode ser detalhado da seguinte forma:

- a) Pessoas organizadas em grupos (núcleos), que podem ser geográficos (bairros, locais de trabalho, escolas) ou temáticos (que se encontram com alguma frequência);

- b) Esses escolhem um coordenador que será animador do grupo para ampliar o número de associados, distribuir e receber as listas;

- c) A pessoa recebe a lista com a relação dos produtos e seus prazos de entrega e prazos para devolução da lista;

- d) O grupo/coordenação faz compras, negocia valores e busca fornecedores solidários;

- e) Após, calcula-se com a seguinte fórmula: a partir do preço pago pelo produto, faz-se uma pesquisa de mercado em três estabelecimentos diferentes. A diferença entre o preço pago pelo produto e o preço médio é dividida por dois, sendo

que uma parte (50%) fica para o coletivo e a outra metade fica com quem compra;

f) Na semana seguinte é feito um encontro de avaliação da compra, onde é apresentada a prestação de contas mensal e discussão sobre as estratégias de ampliação.

## AS DIFICULDADES

A estruturação de uma iniciativa alternativa dentro de um modelo de exclusão é bastante complexa, seja pelos empecilhos legais e jurídicos, seja pela necessária “*desconstrução cultural*” de valores capitalistas que são assimilados pelos indivíduos em maior ou menor intensidade.

O primeiro problema enfrentado pelo grupo de Passo Fundo foi o pouco acúmulo metodológico em organização de experiências dessa natureza. É claro que cada iniciativa tem suas diferenças peculiares de acordo com as características regionais.

No entanto, vivenciar na prática uma relação de comércio justo com produtores solidários e adotar um formato organizacional “que permita a democracia interna – que é o agente de transformação – sem que isto se torne um gargalo para a eficiência necessária para enfrentar o mercado”. (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 39). A transparência administrativa e a determinação coletiva dos fins da cooperativa são questões perplexas no momento da tomada de decisão ao se organizar uma iniciativa de comércio justo.

Além disto, a dificuldade de infra-estrutura e logística, como a de se ter um espaço fixo para depósito dos produtos, um sistema de transporte para distribuição e a dependência de atravessadores de produtos convencionais (que diminui a margem do excedente sobre produtos que ainda não são produzidos de forma solidária) foi outro problema enfrentado

pelo grupo. Concomitante a isso, a dificuldade de informações sobre os empreendimentos solidários e a carência de um sistema de transporte solidário limitou o acesso a esses produtos diferenciados.

Outro problema foi o de pouco apoio do poder público local que ainda não se convenceu da importância estratégica de apoiar iniciativas de comércio justo para o desenvolvimento local. Junto com isso, a falta de democracia e a insuficiência de canais de diálogo com o Estado impedem a estruturação de políticas públicas para a economia solidária.

Embora não pareça, o hábito do consumo é bastante arraigado no cotidiano das pessoas e, muitas vezes, a opção de consumir de forma solidária implica na reorganização das famílias. Além disso, produzir o debate do consumo de produtos solidários é uma tarefa árdua pelo poucos instrumentos de comunicação de massa alternativos disponíveis, diante de uma mídia que incute marcas e produtos nas pessoas.

Existem ainda um conjunto de entraves eventuais que são comuns na estruturação desse tipo de iniciativas, mas que são perfeitamente superáveis se houver um processo rico de participação e envolvimento coletivo, como por exemplo:

- Ampliar relação com fornecedores para adquirir produtos de fábrica, pois atualmente, mais de 70% do volume de compras é gasto em atacados de produtos convencionais.
- Encontrar o ponto de equilíbrio e de viabilidade da cooperativa, isto é, analisar detalhadamente as receitas para custear as despesas (infra-estrutura física e recursos humanos).
- Incentivar a circulação de serviços no grupo, agregando iniciativas de prestação de serviços e outros produtos.
- Melhorar o espaço físico para armazenamento dos produtos e organização da infra-estrutura.
- Melhorar o sistema de distribuição dos ranchos garantindo a eficiência e comodidade aos cooperados.

- Envolver eficientemente os integrantes do grupo na organização do consumo e na gestão da cooperativa.
- Construir uma política para reinvestimento do excedente que contemple: a) reinvestimento no próprio grupo, através de recursos humanos; b) usar o excedente como capital de giro, investindo em estoque de produtos, garantindo o preço no mês seguinte; c) financiar um empreendimento de produção, se viável, para gerar produtos, inclusive, para o grupo de consumo crítico, solidário e coletivo.
- Estabelecer uma lista de produtos totalmente solidários.
- Definir uma estratégia de ampliação e nucleação, identificando os coordenadores de núcleos e atribuindo responsabilidades.
- Definir uma estratégia de formação e informação para que cada um dos membros se sinta em condições de participar ativamente no planejamento da cooperativa, assim como dos debates públicos e da ampliação do grupo.

## SUPERANDO PROBLEMAS

Como se afirmou anteriormente, todos os problemas e entraves podem ser superados se houver envolvimento efetivo e responsável de todos os integrantes da cooperativa. Talvez a maior aposta deva estar na formação para o associativismo e no debate da escolha de um modelo adequado e democrático de gestão. A formação é elemento básico e indispensável, por isso, o grupo se encontra periodicamente para avaliar, prestar contas e debater a metodologia e organização.

Outro elemento digno de aposta está na parceria com entidades e uma participação política efetiva em lutas e processos organizativos sociais, como associações de moradores, movimentos de igrejas, Fórum Regional de Economia Popular

Solidária, Rede Ecovida de Certificação Participativa, Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária, ONGs, Sindicatos, Cooperativas, Rede Selo Sabor Gaúcho, Agroindústrias, empreendimentos urbanos etc.

Essa participação cria uma rede de sustentação política e dá legitimidade da proposta de organização do consumo. Esse envolvimento é importante porque não somente a economia solidária e a organização do consumo vai fazendo parte do cotidiano desses grupos, mas a própria economia solidária vai enriquecendo sua compreensão, na medida em que estabelece uma interface com estes movimentos.

## EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

A visão de futuro dos associados da cooperativa de consumo crítico e solidário fundamenta-se em elementos contestatórios e questionadores do sistema econômico vigente, na medida em que os empreendimentos da economia solidária reinventam a economia como o espaço do exercício da solidariedade, incorporando princípios como o da democracia, da auto-gestão, da igualdade de gênero, da ecologia e das diferentes manifestações contra-hegemônicas.

Além disso, é necessário *aperfeiçoar* esse conceito de solidariedade para expandir os limites do espaço *doméstico-familiar* e restrito do exercício da solidariedade para, então, entrar em conexão com os diferentes espaços de articulações em torno da produção e do consumo, que são as redes solidárias de economia solidária. Essas devem maximizar conceitos até então aceitos para o funcionamento *interno* dos empreendimentos, quebrando a lógica da convivência/concorrência desses empreendimentos com outros pequenos empreendimentos no espaço do mercado, muitas vezes concorrendo diretamente com outros empreendimentos solidários.

As redes de economia solidária podem ressignificar o mundo do trabalho, na medida em que introduzem na economia aspectos como o da solidariedade, de ecologia, dos direitos humanos, de libertação da mulher, da responsabilidade, da co-responsabilidade e da diversidade nas suas múltiplas manifestações culturais, além da perspectiva de proposição da emancipação social apresentando uma nova racionalidade estético-expressiva que constrói uma subjetividade solidária consciente da sua condição e menos interventora, ressignificando a sua relação com o ecossistema que se situa.

Assim, a contribuição da organização do consumo de forma crítica, solidária e coletiva para a economia solidária é a remontagem da cadeia produtiva e a perspectiva da conexão dos empreendimentos de produção, prestação de serviços e consumo em uma rede solidária que, conforme Mance (2003a), tem como objetivos básicos atender as demandas de consumo dos membros das redes, produzindo e comercializando bens e serviços com qualidade técnica, social e ecológica; produzir nas redes tudo o que seus membros ainda necessitem consumir do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc; corrigir fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empresas capitalistas; gerar novos postos de trabalho e distribuir renda, com a criação de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, visando garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nenhum sistema econômico se torna hegemônico sem a intervenção e participação efetiva do Estado. Cabe à sociedade civil direcionar seus esforços, políticas públicas e mobilizar-se para que estas sejam efetivadas e potencializem a articulação em espaços autônomos de fortalecimento e de acúmulo de poder.

Por isso, outro grande desafio é o de construir políticas públicas para a economia solidária buscando a universalidade e ver na organização do consumo solidário a oportunidade de se formar redes que integrem empreendimentos não exploradores do trabalho, preservadores do equilíbrio dos ecossistemas, reinvestidores do excedente na própria rede e que enxerguem na autogestão, a construção da cidadania, o que não somente dinamiza a economia solidária, mas implica no agenciamento do Estado na afirmação de uma nova economia, baseada na solidariedade e na cooperação.

No entanto, qualquer proposta de política pública, venha ela de espaços governamentais ou da sociedade civil, terá que atentar para o diálogo com as questões políticas, sociais e culturais que caracterizam o público alvo dos futuros programas, caso contrário, a política pública correrá o risco de desestruturar o acúmulo histórico dos sujeitos beneficiados por essas políticas, ao invés de contribuir para sua afirmação social e econômica.

Passados dois anos, a cooperativa ainda não acumula grandes números de impacto social e econômico, mas tem certeza de que, conforme Veiga e Fonseca (2001, p. 39), “utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras; reconhece que a força está na participação e na comunicação; necessita estar integrada ao território e às redes de informação; usa de pressão coletiva para organizar apoio político e para barganhar no mercado; e

necessita ter a capacidade de articular potenciais humanos e sociais como uma componente estratégica de transformação e de realização de seus objetivos”.

Além disto, temos a compreensão de que a expansão da cooperativa significa, também, uma importante contribuição na efetivação de uma cultura de solidariedade onde o comércio justo e solidário é protagonista de novas relações entre consumidores e produtores e contribui na afirmação de sujeitos históricos.

## Referências bibliográficas

CARBONARI, Paulo César. *Economia solidária: possibilidades e limites*. Disponível em: <<http://www.redesolidaria.com.br>>. Acesso em: 11 jun. 2003.

FRANÇA, Cássio Luiz de. *Comércio ético e solidário*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Ilde, 2002.

MALUF, Renato S. *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/20006.html>>. Instituto Polis, n. 6, 2000. Acesso em: 10 jun. 2003.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: como se constrói um “sistema solidário” e participativo*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/construir.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2003.

\_\_\_\_\_. *Como organizar redes solidárias* (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

POSCHMANN, Márcio; AMORIN, Ricardo; SILVA, Ronnie. *Atlas da exclusão social no Brasil*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003. p. 140.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 39.

### *Bibliografia sugerida*

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil – Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *Perspectiva econômica*, São Leopoldo, v. 32, n. 96, jan./mar., 1997.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. *Capital social o trabalho social*. Monografia – PACS, Rio de Janeiro, 1998.

CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade e rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KRAYCHETE, Gabriel et al. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. [S. l.]: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WAREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola - Centro João XXIII, 1993.

### *Na internet*

BOCAYUVA CUNHA, Pedro Cláudio Cunha. *Rede de microempresas e trabalhador empreendedor*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/bocayuva2.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

BOCAYUVA CUNHA, Pedro Claudio Cunha; SILVEIRA, Caio Márcio da. *Para situar o desenvolvimento local*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/bocayuva.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

BOCAYUVA CUNHA, Pedro Cláudio Cunha. *A economia solidária entre a resistência e a utopia*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/bocayuva3.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/burigo.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. *Economia Popular, Solidária e Autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da Ufrgs)*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. *Organização popular: uma possibilidade de construção com participação da comunidade universitária*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa2.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

FASE. *Cooperativismo e política para o trabalho*. Contribuição da FASE para o Encontro do Governo do Estado com o Movimento Cooperativista do Estado do Rio de Janeiro, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/cooperativismo2.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

FORUM DE DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO POPULAR DO RIO DE JANEIRO. *Cooperativismo popular - carta de princípios*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/cooperativismo.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

GARCIA, Regina Leite. A educação numa plataforma de economia solidária. Disponível em: <<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/artigos/u0066.html>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

GOMES, Rosemary. *Construindo a socioeconomia popular e solidária no Brasil*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/gomes.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

LISBOA, Armando de Melo. *Economia solidária: similia, similibus curentur*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lisboa1.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

LOPES, Paulo R. C. A favor da crítica e da autoCrítica. *Cepat Informa*, Juiz de Fora, ano 5, n. 51, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lopes3.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Um contraponto a propostas concretas. *Cepat Informa*, Juiz de Fora, ano 5, n. 47, fev. 1999. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lopes1.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Recolocando a polêmica em torno da colaboração solidária. *Cepat Informa*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 49, abr. 1999. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lopes2.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

MANCE, Euclides A. Aspectos filosóficos das redes de colaboração solidária. *Contato*, p. 4, ago. 1999. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ivf/cavif/ce04.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. A colaboração solidária - compreendendo, transformando e conectando o que já existe. *Cepat Informa*, Curitiba, ano 5, n. 48, p.10-19, mar. 1999. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/mance3.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. A revolução das redes - a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. *Cepat Informa*, Curitiba, ano 4, n. 46, p. 10-19, dez. 1998. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/rede.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. A revolução das redes como estratégia de libertação popular. *Cepat Informa*, Curitiba, ano 5, n. 51, jun. 1999. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/mance4.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e economia solidária*. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/nascimento.htm>. Acesso em: 19 jan. 2005.

REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. *Fundamentos - conceitos e características das redes*. Disponível em: [http://www.rits.org.br/redes/rd\\_conceitos.cfm](http://www.rits.org.br/redes/rd_conceitos.cfm). Acesso em: 19 jan. 2005.

REDE SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.redesolidaria.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2005.

RODRIGUES, Fernanda. *Conjunto palmeiras: palco de práticas e acordos solidários*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/rodrigues.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

SINGER, Paul. Crise do trabalho e economia solidária. Trabalho apresentado no Seminário de Tropicologia V Reunião Ordinária, Recife, 1998. Disponível em: <<http://bases.fundaj.gov.br/tropic.html>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

TRINDADE, Vanderlei Luiz. *A revolução das redes*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/Trindade.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

WHITAKER, Francisco. *Rede: uma estrutura alternativa de organização*. Disponível em: <[http://www.rits.org.br/redes/rd\\_estrutalternativa.cfm](http://www.rits.org.br/redes/rd_estrutalternativa.cfm)>. Acesso em: 19 jan. 2005.



Este livro dá sua contribuição à contemporaneidade através de abordagens e reflexões sobre a realidade social, inegavelmente, mais dinâmica e abrangente, pois com o passar do tempo, as mutações econômicas, políticas, geográficas e informacionais criam novos modos de convívio social.

Esse processo faz com que as ciências sociais produzam novas visões das perspectivas em curso no sentido de interpretar e presentir o que se constitui no presente.

Com essa intenção, os assuntos tratados nesta obra dizem respeito ao pensamento sociológico clássico, a profissão de sociólogo nessa realidade cambiante, bem como a retomada de pensadores das ciências sociais no Brasil como Gilberto Freire e, também, temas da atualidade nas áreas de comunicação, movimentos sociais, estado e política, gênero e economia solidária.

